

# RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

2025



O presente relatório é da responsabilidade do Conselho de Administração da Águas de Cascais, tendo sido elaborado pela Direção-Geral, em colaboração com todas as Direções e Áreas de Responsabilidade da Empresa, e dá cumprimento aos requisitos de informação para fiscalização da Concedente, conforme previsto na cláusula 87.<sup>a</sup> do Contrato de Concessão, integrando o relato da atividade realizada durante o ano de 2025, referente à exploração e gestão dos sistemas concessionados.

Aprovado em reunião de CA, de 18 de fevereiro de 2026



<b>1</b>	<b>A ÁGUAS DE CASCAIS</b>	<b>7</b>
1.1	CONCESSÃO	7
1.2	VISÃO, MISSÃO E CULTURA DA ORGANIZAÇÃO	7
1.3	POLÍTICA, OBJETIVOS E ESTRATÉGIA	8
1.4	ESTRUTURA ACIONISTA, ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ÓRGÃOS SOCIAIS	11
<b>2</b>	<b>PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS</b>	<b>14</b>
<b>3</b>	<b>CONTEXTO E ENVOLVENTE</b>	<b>16</b>
3.1	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	16
3.2	ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO	17
3.3	EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA	18
3.4	CLIENTES	20
3.5	SISTEMAS EM ALTA	20
3.6	REGULAÇÃO	20
<b>4</b>	<b>SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA</b>	<b>22</b>
<b>5</b>	<b>ATIVIDADE DESENVOLVIDA</b>	<b>26</b>
5.1	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	26
5.1.1	Adução	26
5.1.2	Distribuição	27
5.1.3	Controlo Operacional	27
5.1.3.1	Monitorização	27
5.1.3.2	Água Não Faturada	28
5.1.3.3	Continuidade do fornecimento	28
5.1.4	Controlo de Qualidade	28
5.2	RECOLHA E DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS	29
5.2.1	Descrição do Sistema	29
5.2.2	Controlo Operacional	30
5.2.3	Projeto Poluição Zero	31
5.3	EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS	32
5.3.1	Infraestruturas da rede de água e de águas residuais	32
5.3.2	Rede de Águas Pluviais	42
5.3.3	Gestão de Ativos	43
5.3.4	Energia	44
5.4	PLANO DE INVESTIMENTOS	45
5.4.1	Planeamento Geral	45
5.4.2	Intervenções em curso e planeadas	47
5.4.3	Planeamento e Projeto	58
5.5	ATIVIDADE COMERCIAL	58
5.5.1	Faturação	58
5.5.2	Dívida de Clientes	60
5.5.3	Serviço ao Cliente	61
5.5.3.1	Atendimento ao Cliente	61
5.5.3.2	Tratamento de Reclamações	62
<b>6</b>	<b>RECURSOS HUMANOS</b>	<b>66</b>
6.1	GERIR A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	66
6.2	DESENVOLVER E FORMAR OS COLABORADORES	66
6.3	CONSULTAR E INFORMAR OS COLABORADORES	67



<b>7</b>	<b>SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO .....</b>	<b>70</b>
7.1	ÂMBITO E PROCESSOS.....	70
7.2	IMPACTES E RISCOS OPERACIONAIS.....	71
7.3	ASPETOS E IMPACTES AMBIENTAIS.....	72
7.4	RISCO PARA OS TRABALHADORES .....	72
7.5	MELHORIA CONTÍNUA .....	72
7.6	AUDITORIAS.....	73
7.7	INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.....	73
<b>8</b>	<b>PERSPETIVAS FUTURAS.....</b>	<b>76</b>
<b>9</b>	<b>FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO .....</b>	<b>77</b>
<b>10</b>	<b>PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....</b>	<b>78</b>
<b>11</b>	<b>NOTA FINAL .....</b>	<b>79</b>
<b>12</b>	<b>CONTAS.....</b>	<b>81</b>
<b>13</b>	<b>ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO .....</b>	<b>86</b>





A ÁGUAS DE CASCAIS

## 1 A ÁGUAS DE CASCAIS

### 1.1 Concessão

A AdC - Águas de Cascais, SA, é a concessionária do Sistema Municipal de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais de Cascais, tendo iniciado a sua atividade em janeiro de 2001, na sequência de um concurso público internacional lançado pelo Município de Cascais.

A Concessão, cujo prazo é de 30 anos, tem por objeto a exploração e gestão conjunta da manutenção do sistema de águas pluviais, e a exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e da recolha e rejeição de efluentes domésticos, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção, e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos que compõem os Sistemas de Abastecimento de Água e de Drenagem de Águas Residuais.

O Sistema concessionado à Águas de Cascais é composto por cerca de 1.429 km de rede de abastecimento de água, 26 reservatórios, 16 captações próprias, das quais 15 subterrâneas e uma superficial (albufeira do Rio da Mula), 24 estações elevatórias e 2 estações de tratamento de água, bem como de cerca de 787 km de coletores gravíticos, 22 estações elevatórias de águas residuais e respetivas condutas elevatórias, numa extensão de 18 km.

### 1.2 Visão, Missão e Cultura da organização

#### Visão

Ser uma empresa de referência no setor da água e ambiente, tendo a sua excelência reconhecida por terceira parte.

#### Missão

Exploração e gestão conjunta da Manutenção do Sistema de Águas Pluviais, e a exploração e gestão conjunta dos Serviços Públicos Municipais de Captação, Tratamento e Distribuição de Água e da Recolha e Rejeição de Efluentes Domésticos, em Cascais, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção, e melhoria de todas as Instalações, Infraestruturas e Equipamentos que compõem os Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais, e bem assim todas as Obras, nos termos do Plano de Investimentos, do Caso Base e do Programa de Exploração.

#### Cultura da Organização

A Águas de Cascais adotou um conjunto de documentos e linhas de orientação de referência para o estabelecimento da cultura interna:

**Política da Organização**, que tem como objetivo definir a Visão, Missão e Política da Organização.

**Código de Conduta**, que estabelece as linhas de orientação em matéria de ética profissional e dos padrões de comportamento que devem ser reconhecidos e adotados pelos colaboradores, independentemente do seu vínculo laboral. Visa igualmente comprometer os fornecedores nos mesmos princípios de atuação responsável.

**Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho**, que contém as linhas de orientação em matéria de conduta profissional relativa à prevenção e combate ao assédio no local de trabalho para todos aqueles que exercem funções ou atividades profissionais na AdC.

**Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas**, que tem como objetivo a identificação e gestão de riscos de corrupção e infrações conexas ou conflitos de interesses relativamente a cada processo ou área da Águas de Cascais.

**Estratégia e Política de Privacidade**, identificando-se com os princípios subjacentes à privacidade dos dados pessoais e estabelecendo as orientações para garantir a proteção dos dados pessoais de todos os que interagem com a nossa empresa.

### Valores

Para além dos referidos documentos e linhas de orientação, a empresa promove ainda o seguinte conjunto de valores:

#### *Mérito*

Somos muito ambiciosos na definição dos objetivos, pois entendemos a melhoria contínua como obrigatória. Não aceitamos menos do que o máximo atingível. Acreditamos na distinção pelo mérito pelo que o medimos com base em factos e métricas.

#### *Espírito de Equipa*

Todos estamos obrigados a contribuir – não se aceitam demissões de responsabilidade. Incentivamos o consenso, a autonomia e a delegação de funções com o contraponto da responsabilização individual. Valorizamos a flexibilidade quando demonstra vontade de ajudar naquilo que faz mais falta. Valorizamos os resultados das equipas acima dos individuais. Apesar do mérito se medir nos resultados também valorizamos o esforço.

#### *Lealdade*

Ser leal é ser sincero, íntegro, assertivo e construtivo para com os outros na organização. A lealdade implica muita coragem. Conseguir confiança resulta, antes de mais, de confiar.

#### *Paixão*

Apesar da decisão se basear em factos valorizamos o entusiasmo, a vontade e a entrega aos objetivos da Empresa. A vida é muito curta para não se estar apaixonado pelo que se faz.

#### *Inovação*

Não ridicularizamos nem desperdiçamos nenhuma ideia e valorizamos quem mais contribui para a inovação.

#### *Orientação para o Cliente*

Consideramos o cliente como nosso parceiro pelo que as suas necessidades e expectativas são determinantes e visamos a sua satisfação. Entendemos as reclamações como oportunidades de melhoria e valorizamos o esforço dos clientes que as apresentam. Sabemos que prestamos um serviço universal e fornecemos um bem essencial.

#### *Ecoeficiência*

Entendemos a ecoeficiência como uma das principais medidas que contribuem para um futuro sustentável. Na prática, procuramos um uso mais racional dos recursos naturais não renováveis e a diminuição dos impactes causados no meio ambiente, sem comprometer a qualidade dos serviços que prestamos à população. O objetivo é, assim, aproveitar todas as oportunidades para aumentar a relação entre o valor criado, a qualidade dos serviços prestados e os recursos consumidos.

### 1.3 Política, objetivos e estratégia

Tendo por referência a visão e a missão da Águas de Cascais, o Conselho de Administração aprovou a Política da Organização, assim como os decorrentes Objetivos Estratégicos, que traduzem os propósitos da Empresa no âmbito dos referenciais ISO 9001, ISO 14001, ISO 45001 e SA 8000, e no referencial do SGQ do Laboratório da empresa.

A Política da Organização foi revista, aprovada e divulgada em outubro de 2020, contemplando os Objetivos Estratégicos que seguidamente se apresentam.

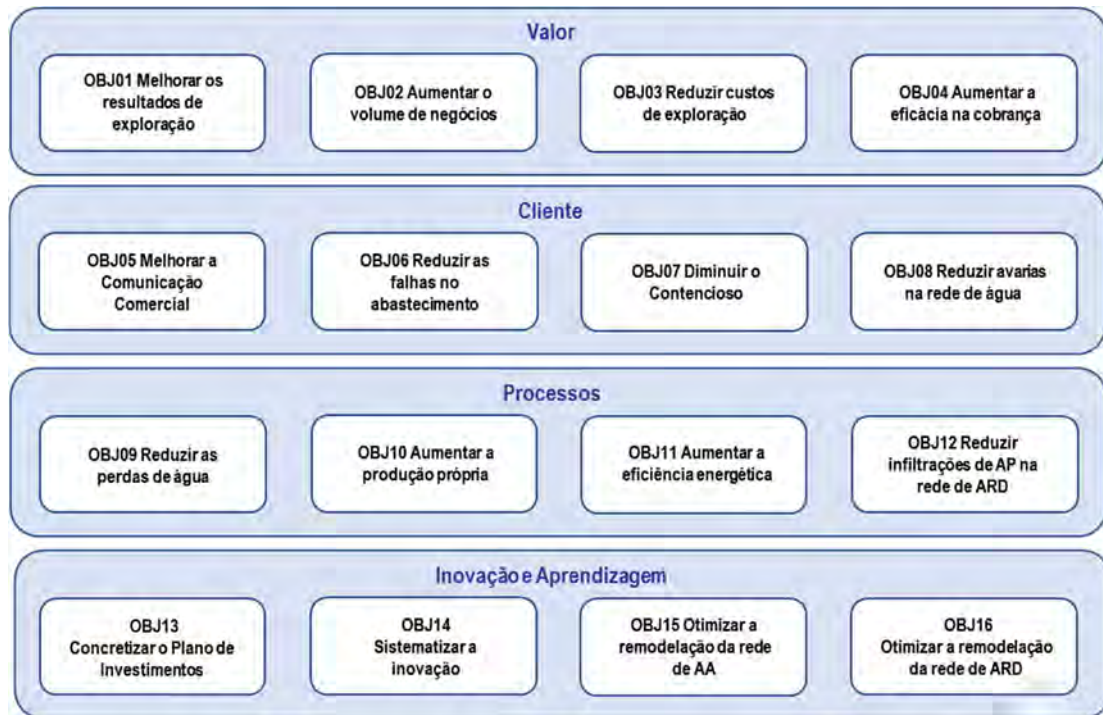


LE1	Maximizar valor otimizando as operações
LE1	Antecipar as necessidades e expectativas das partes interessadas
LE3	Assegurar e sistematizar a melhoria contínua do sistema integrado de gestão de QAS
LE4	Colaboradores competentes, comprometidos e motivados
LE5	Garantir a Continuidade e Qualidade do Serviço
LE6	Proteger os valores de saúde pública, ambientais e sociais assegurando a melhoria do desempenho nessas áreas
LE7	Cumprir com os requisitos legais, as normas ISO9001, ISO/IEC 17025, ISO14001, ISO45001 e SA8000 (incluindo os Elementos Normativos), bem como o estabelecido no RGPD
LE8	Identificar, avaliar, prevenir, controlar, eliminar e estar preparado para os perigos e riscos operacionais, e impactos da nossa atividade, estabelecendo adequados objetivos de SST

Para além de atender aos diplomas legais nacionais e outros requisitos aplicáveis à Organização, a AdC:

- Obriga-se a respeitar os princípios dos instrumentos internacionais incluídos no ponto “Elementos Normativos” da norma SA 8000:2008 e que tratam das convenções da OIT, nomeadamente a Convenção OIT 181 (Agências de Emprego Privadas) e do Código de Conduta da OIT sobre HIV/AIDS e o Mundo do Trabalho, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, dos Pactos Internacionais sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais, Direitos Cívicos e Políticos e as Convenções sobre os Direitos da Criança, para Eliminar Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres e sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial e os Princípios Orientadores sobre Negócios e Direitos Humanos, da ONU;
- Identifica-se com os princípios subjacentes à privacidade dos dados pessoais, juntamente seus fornecedores, na medida em que estes constituem uma forma de proteção dos seus clientes, colaboradores e entidades com quem se relaciona;
- Compromete-se a fortalecer a organização com base na lealdade, assegurando o respeito pelos direitos e liberdades individuais dos titulares dos dados, atendendo aos princípios éticos de gestão que a caracterizam, pois considera o cliente como um parceiro relevante;
- Promove a melhoria contínua e a formação dos seus colaboradores, bem como a sensibilização de fornecedores, quanto à garantia de proteção dos dados abrangidos pelas operações de tratamento pelos quais é responsável, colocando assim os titulares dos dados no centro das suas preocupações, mas também salvaguardando e protegendo a informação que lhes é relativa;
- Proporciona aos seus Colaboradores e trabalhadores dos prestadores de serviço relevantes que atuam em seu nome e por sua conta, condições de trabalho seguras e saudáveis, tendo em vista a prevenção de lesões e problemas de saúde relacionados com o trabalho. Para o efeito, dispõe de serviços de SST e de medicina no trabalho, considerados adequados e corretamente dimensionados para o efeito;
- Assume o compromisso de proteção dos colaboradores quanto a eventuais represálias ao relatar incidentes, perigos, riscos e oportunidades no âmbito do sistema de gestão de SST, incentivando-os à sua comunicação;
- Assume o compromisso de consulta e participação dos Colaboradores e trabalhadores dos prestadores de serviço relevantes que atuam em seu nome e por sua conta ou aos seus representantes.

Apesar de se registarem bons resultados em indicadores muito relevantes, mantem-se a oportunidade de haver melhorias em alguns aspetos, pelo que se mantêm estes temas no Mapa Estratégico da Empresa.



- Resposta a pedidos de apreciação de projetos – No ano de 2025 atingiu-se o nível de 100%, que revela o esforço de recuperação realizado nos últimos anos na resposta aos inúmeros pedidos de apreciação de projetos por parte dos clientes, face ao grande dinamismo do Município no que respeita à construção de novos edifícios. Será mantido o foco nesta área, no sentido de manter o desempenho.
- Taxa de adesão dos clientes à fatura eletrónica – o nível atingido no final do ano de 2025 é já bastante relevante (62,4% dos clientes da Empresa recebem a fatura por correio eletrónico) havendo ainda espaço para continuar a melhorar.
- Avarias em condutas – apesar de a Empresa ter um desempenho relativamente satisfatório, considera-se haver margem para melhoria, continuando as intervenções de remodelação da rede de água, com impacto na redução no número de roturas.
- A redução de roturas e a otimização do processo de reparação das mesmas deverá permitir à Empresa reduzir, ainda, o número de interrupções do fornecimento de água com duração superior a 6 horas.
- O volume de investimentos em curso ou em projeto, deverá representar, ainda, uma extensão significativa da rede de águas residuais domésticas (ARD) e de abastecimento de água (AA) remodelada, o que contribuirá, não apenas para a redução das avarias, mas também das perdas de água e das infiltrações na rede de ARD, assim como da melhoria da qualidade da água das ribeiras e das praias de Cascais. O resultado no ano de 2025 espelha a necessidade de articulação das intervenções no Município com as diferentes entidades.
- Considera-se que ainda existe margem para melhoria da eficiência energética da AdC, em particular no que respeita às estações elevatórias de águas residuais domésticas, face ao resultado alcançado.
- Aumentar a produção própria é também uma área com espaço para melhoria do desempenho, com a otimização do funcionamento das captações próprias da AdC, em particular da ETA do Rio da Mula. No ano de 2025 o volume de água produzida, de 2.773.262 m<sup>3</sup>, ultrapassou o objetivo definido, sendo da ordem de grandeza do conseguido no ano anterior.
- No ano de 2025, o indicador água não faturada (ANF) registou o valor de 14%, acima do registado no ano anterior e do objetivo definido, sendo um indicador a continuar a acompanhar com particular atenção.



- No que respeita à redução de infiltrações de águas pluviais na rede de águas residuais domésticas, no ano de 2025, o número de infiltrações eliminadas não difere muito do que ocorreu em anos anteriores. É uma ação a continuar a desenvolver, face à relevância para o funcionamento do sistema.
- O objetivo de “Reduzir Infiltrações de AP na rede de ARD – Infiltrações redes prediais não visíveis detetadas e eliminadas (AR) – Acumulado, foi cumprido em 90,2%. Atingiu-se, no ano de 2025, as 3.086 situações detetadas e eliminadas.

## 1.4 Estrutura Acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais

### Estrutura Acionista

A Empresa foi constituída em 29 de agosto de 2000, com um capital social de 3.500.000 €, tendo atualmente a seguinte estrutura acionista:

AGS - Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, SA	50,00%
AQUAPOR - Serviços, SA	50,00%

### Estrutura Organizacional

A estrutura hierárquica e funcional, ajustada às linhas estratégicas e objetivos operacionais da Empresa, está esquematizada no organograma que se apresenta a seguir.



## Órgãos Sociais

### Mesa da Assembleia Geral

*Presidente:* Filipa Pinto Basto Sousa de Macedo Ravasco Mendes  
*Secretária:* Cláudia Sofia Delicado Baleiras Dias Correia

### Conselho de Administração

*Presidente:* João Pedro Faria Feliciano  
*Vogais:* Altino Barbosa da Conceição  
António Manuel Paredes Pereira da Cunha  
Carlos Alberto da Silva Rodrigues

### Conselho Fiscal

*Presidente:* Pedro Miguel Dias de Campos  
*Vogais:* Marco Bruno Palma Oliveira Santos

### Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Externa ao Conselho Fiscal

Ernst & Young Audit & Associados, SROC, SA, representada por  
Paulo Jorge Luís Silva, ROC.





# PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

## 2 PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

Durante o ano de 2025 manteve-se o clima de incerteza global sobre a evolução da economia e dos mercados financeiros, em consequência dos conflitos militares ainda em curso: um originado pela invasão da Ucrânia pela Rússia, em 24 de fevereiro de 2022, e, outro, no Médio Oriente, opondo Israel ao Hamas. Não obstante a imprevisibilidade sobre a evolução destas situações, não se registaram efeitos significativos quer nas operações da Águas de Cascais, quer no cumprimento das suas obrigações.

Depois da acentuada subida da inflação ao longo de 2022, pelo efeito combinado da conjuntura de pandemia e da guerra, impulsionada pelo significativo aumento dos preços da energia (eletricidade e combustíveis), com reflexo nos preços de algumas matérias-primas, bens e equipamentos, com o consequente aumento dos custos de operação e manutenção, bem como algumas dificuldades nas cadeias logísticas de fornecimento, no ano de 2025 manteve-se a tendência de redução deste indicador.

A Águas de Cascais continuou ainda assim durante ao ano de 2025 a desenvolver uma grande variedade de projetos, destacando-se os seguintes, pela sua relevância para a organização:

- O projeto Poluição Zero, cujos resultados têm vindo a ser de grande contributo quer do ponto de vista ambiental, quer do ponto de vista funcional e económico;
- Colocação em funcionamento do 3.º Adutor, que irá dotar o sistema de abastecimento de água do Concelho de maior fiabilidade e paralelamente permitir reduzir custos energéticos;
- Levantamento do património existente nas EEAA e nas câmaras de manobras dos reservatórios;
- Projeto de desmaterialização de papel na apreciação de projetos prediais e loteamentos.
- Desenvolvimento de soluções mobile para consulta de cadastro, tendo sido iniciados os trabalhos no sentido de futuramente ser possível disponibilizar o cadastro das infraestruturas por meio de telefone e tablet às equipas de Fiscalização, de Obras e Operacionais. Com esta ferramenta pretende-se dotar as equipas operacionais de maior autonomia possibilitando a consulta de cadastro e numa fase posterior, adicionar notas que ajudarão a melhorar o próprio cadastro.



The background is a vibrant composition of abstract shapes and patterns. It features large, flowing organic shapes in shades of terracotta orange and light sky blue. A prominent white line winds across the upper left, ending in a large, irregular light beige shape. In the top left corner, a cluster of small, light beige circles is arranged in a semi-circular pattern. The bottom left and right corners contain stylized leaf motifs: the left one is a white outline of a leafy branch, and the right one is a solid light beige leafy branch. The overall aesthetic is modern, clean, and organic.

## CONTEXTO E ENVOLVENTE

### 3 CONTEXTO E ENVOLVENTE

#### 3.1 Enquadramento Macroeconómico

O ano de 2025 foi marcado pela persistência de tensões geopolíticas, com a guerra na Ucrânia a manter-se sem uma resolução à vista e o conflito no Médio Oriente a continuar num estado de instabilidade, apesar do acordo de paz em vigor no último trimestre do ano. Não obstante a volatilidade dos mercados, o impacto nos preços da energia foi mais moderado do que em anos anteriores.

O ano de 2025 marcou a consolidação da desinflação na área do euro e em Portugal, com a inflação a manter-se em torno dos 2%.

De acordo com a informação histórica do Banco de Portugal e EMMI, a evolução da Euribor nos últimos 3 anos foi a seguinte (valores médios no fim do período):

EURIBOR	2023	2024	2025
1 mês	3,859%	2,886%	1,914%
3 meses	3,933%	2,816%	2,046%
6 meses	3,924%	2,630%	2,139%
12 meses	3,670%	2,438%	2,267%

Fonte: EMMI (valores médios de fim de período)

A economia portuguesa apresentou um crescimento moderado, apesar dos desafios orçamentais e incertezas externas.

O crescimento do PIB desacelerou, de 2,1% em 2024 para 2% em 2025, refletindo uma moderação da atividade económica, devido a fatores externos e a outros fatores estruturais da economia.

No mercado de trabalho, verifica-se a manutenção de taxas de desemprego reduzidas, o que denota alguma uma estabilização.

Relativamente à evolução nos preços, a inflação, medida pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC), registou uma variação média anual de 2,2% em 2025, inferior aos 2,7% observados em 2024.

Apresentam-se em seguida as taxas de variação anual dos principais indicadores económicos, com base nos dados Banco de Portugal e do INE:

Taxa de variação anual	2023	2024	2025
PIB	2,5%	2,1%	2,0%
IHPC	5,3%	2,7%	2,2%
Desemprego	6,5%	6,4%	6,2%
Consumo Privado	2,0%	3,0%	3,6%
Consumo Público	0,6%	1,5%	1,6%
Exportações	3,5%	3,1%	1,1%
Importações	1,7%	4,8%	5,3%

Fonte: Banco de Portugal (boletim económico de dezembro de 2024 e 2025) e INE (dados de dezembro de 2024)



### 3.2 Enquadramento Legislativo

O Setor da água e ambiente apresenta um quadro legal de referência bastante alargado, referindo-se no presente documento os diplomas considerados com maior relevância para a atividade da Águas de Cascais.

A Lei da Água, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva Quadro da Água (Diretiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2000) é estabelecida pela Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, alterada pelos Decretos-Lei n.ºs 245/2009, de 22 de setembro; 60/2012, de 14 de março e 130/2012, de 22 de junho e pelas Leis n.º 42/2016, de 28 de dezembro e n.º 44/2017, de 19 de junho.

O Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, e que obrigou a uma adaptação do Contrato de Concessão, assim como do Regulamento de Serviço da Empresa.

O referido regime jurídico foi objeto de alterações, através da publicação do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, da Lei n.º 12/2014, de 6 de março, e do Decreto-Lei n.º 114/2014, de 21 de julho, salientando-se a preocupação do legislador no que concerne à decomposição, na fatura aos utilizadores finais, das componentes de custo associadas aos serviços em alta, neste caso prestados pela Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (EPAL), e à cobrança dos valores faturados pelas Entidades Gestoras (EG) desses serviços em alta.

O Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, define o regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos.

A Lei n.º 10/2014, de 6 de março, aprovou os estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). Neste quadro, a ERSAR "(...) é uma entidade administrativa independente com funções de regulação e de supervisão, dotada de autonomia de gestão, administrativa e financeira e de património próprio e que se encontra adstrita ao ministério com atribuições na área do ambiente", tendo "(...) por missão a regulação e a supervisão dos setores dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos".

O Regulamento de Serviços do Sistema Municipal de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais de Cascais, Regulamento n.º 253/2016, foi publicado no Diário da República, 2ª série – n.º 50 – 11 de março, e estabelece as obrigações e os direitos da AdC e dos Utilizadores subjacentes às relações de prestação e utilização dos Serviços.

O Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, criou o sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste e a sociedade Águas do Tejo Atlântico, S.A., à qual foi atribuída a concessão da exploração e da gestão do referido sistema multimunicipal, que consubstancia um serviço público a exercer em regime de exclusivo, abrangendo a área servida pela Águas de Cascais.

O Decreto-Lei n.º 21/2018, de 28 de março, procedeu à primeira alteração ao Regulamento de Segurança de Barragens, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 344/2007, de 15 de outubro, e aprovou o Regulamento de Pequenas Barragens.

A Lei n.º 12/2018, de 2 de março, modificou o regime de atribuição de títulos de utilização do domínio público hídrico relativamente a situações existentes não tituladas, procedendo à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, que estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos.

A Lei n.º 14/2019, de 12 de fevereiro, procedeu à segunda alteração à Lei n.º 144/2015, de 8 de setembro, que transpõe a Diretiva 2013/11/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, sobre a resolução alternativa de litígios de consumo,



e estabelece o enquadramento jurídico dos mecanismos de resolução extrajudicial de litígios de consumo, alterada pelo Decreto-Lei n.º 102/2017, de 23 de agosto.

O Despacho n.º 2344/2020, Série II, de 19 de fevereiro, que estabelece o valor de base da componente «S» da taxa de recursos hídricos para os sistemas de água de abastecimento público.

A Portaria n.º 25/2021, de 29 de janeiro, que estabelece a classificação do risco e as medidas mínimas, em função da avaliação do risco de contaminação e disseminação da bactéria Legionella, no âmbito do programa de monitorização e tratamento da água.

O Decreto-Lei n.º 16/2021, de 24 de fevereiro, relativo ao regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos, bem como, define para o ano de 2021, as tarifas, os rendimentos tarifários e demais valores cobrados nos termos dos contratos de concessão relativos aos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento do Centro Litoral de Portugal, do Norte de Portugal e do Vale do Tejo.

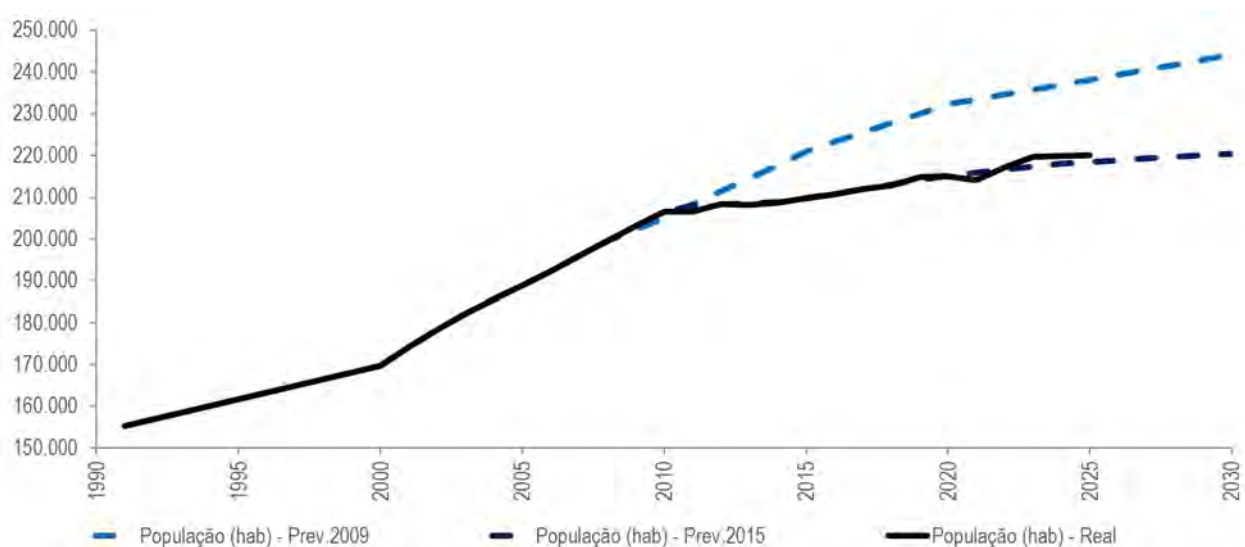
O Despacho n.º 6909/2020, de 6 de julho, que determina o montante global da componente fixa de financiamento a atribuir anualmente pelo Estado, através da Direção-Geral da Política de Justiça, bem como pelas entidades reguladoras de serviços públicos essenciais, aos centros de arbitragem que, nos termos do artigo 4.º da Lei n.º 144/2015, de 8 de setembro, alterada pela Lei n.º 14/2019, de 12 de fevereiro, integram a rede de arbitragem de consumo.

O Decreto-Lei n.º 69/2023, de 21 de agosto, que estabelece o regime jurídico da qualidade da água destinada ao consumo humano, transpondo diversas diretivas.

### 3.3 Evolução Demográfica

Em termos demográficos, é de destacar o forte crescimento da população residente no Concelho de Cascais que se verificou na primeira década do século XXI, de acordo com os resultados dos Censos 2011 do Instituto Nacional de Estatística (INE), nos quais se observa um aumento, só naquela década, de 20%, enquanto no global do Distrito de Lisboa o aumento registado foi de, apenas, 5%.

Na segunda década deste século registou-se uma alteração substancial no padrão de evolução da população, notando-se um forte abrandamento desse crescimento. Não obstante, os Censos de 2021 traduzem um crescimento da população de Cascais face a 2011, registando, em 2021, 214.158 habitantes, contra 206.479, de 2011.



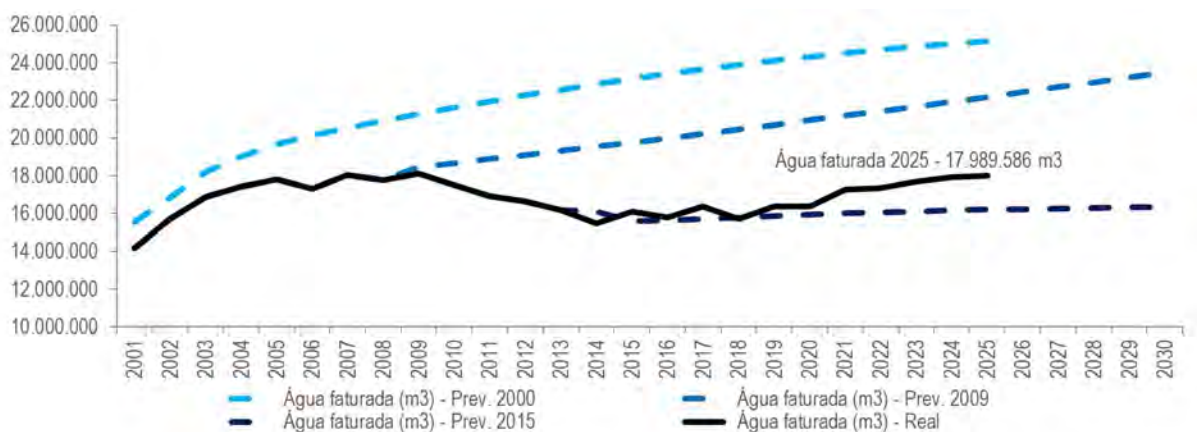
Para além da demografia, a evolução da procura depende, neste setor, da evolução do padrão de consumo individual, normalmente medido em termos de consumos *per capita*. Neste segundo fator regista-se, de uma forma generalizada e em todos os países desenvolvidos, uma forte tendência para a redução dos consumos individuais, resultante de uma, cada vez maior, eficiência no uso da água.

Depois de uma tendência de redução das capitações, verificada entre 2009 e 2014, e alguma estabilização nos anos seguintes, regista-se, desde 2018 uma tendência de subida deste indicador, atingindo, nos últimos quatro anos, valores da ordem de grandeza de 2011. Esta tendência pode ser atribuída à menor precipitação registada em alguns dos últimos anos e também ao forte crescimento da atividade turística pós-pandemia. Verifica-se, no entanto, alguma estabilidade nas capitações, se considerarmos apenas os consumos domésticos.



Esta subida da capitação é acompanhada pelo aumento do volume de água faturada para valores próximos dos 18 milhões de m<sup>3</sup>, contrariando a tendência de redução do volume total de água faturada, ocorrida nos primeiros anos da década passada, e posterior estabilização em valores da ordem dos 16 milhões de m<sup>3</sup>.

À semelhança dos aumentos pontuais do consumo verificados em 2017 e 2019, este aumento registado nos últimos anos, não será alheio aos longos períodos de seca verificados nestes anos e à utilização da água de abastecimento para outros fins, como a rega ou atividades comerciais. Em 2025, fruto da normalização da atividade, registou-se um novo crescimento nos escalões domésticos e não domésticos.



### 3.4 Clientes

No final de 2025, a Águas de Cascais contava com 121.254 clientes, mais 653 clientes que no final de 2024, mantendo-se a tendência de crescimento, verificada desde 2013.

CLIENTES	2024	2025
Domésticos	108.051	108.448
Não-domésticos	11.053	11.298
Câmara Municipal de Cascais	1.449	1.460
Contadores para Consumos Próprios	50	48
<b>Total</b>	<b>120.603</b>	<b>121.254</b>

Continua a manter-se uma tendência sustentada de aumento do número de clientes. Nos últimos 12 meses, o número de clientes de água e saneamento aumentou cerca de 1% (o que corresponde a 651 clientes), igual percentagem à registada no ano anterior.

Designação	Unidades	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	dez/25	Variação 2025 / 2024	
Número de Clientes de AA	#	116.738	117.976	119.154	119.819	120.603	121.254	651	1%
Número de Clientes de AR	#	115.764	116.995	118.156	118.805	119.580	120.234	654	1%

### 3.5 Sistemas em Alta

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, foi criado o Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais da Grande Lisboa e Oeste e a sociedade Águas do Tejo Atlântico, SA, responsável pela recolha, tratamento e rejeição dos efluentes municipais. A aquisição de água em alta continua a ser realizada à EPAL.

### 3.6 Regulação

Na regulação do setor registamos a implementação em 2023, pela ERSAR, da quarta geração de indicadores do sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado, aplicados ao processo de avaliação referente ao ano de 2022. Foi publicada nova edição do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal, RASARP 2024 (que contempla dados referentes ao ano de 2022). No ano de 2025 decorreu novo processo de prestação de informação ao regulador, relativa à atividade da empresa durante o ano de 2024.





**SITUAÇÃO  
ECONÓMICO-FINANCEIRA**

## 4 SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

A análise económica e financeira que se apresenta no presente capítulo resume os principais resultados alcançados pela Águas de Cascais no ano de 2025, salientando e explicando as principais variações face ao período homólogo do ano anterior.

Nas tabelas seguintes apenas se apresentam os valores mais relevantes, pelo que esta análise deve ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do exercício e respetivas notas anexas.

Valores acumulados em Euros

Descrição	dez-25	dez-24	Período 2025 vs 2024	
			Dif.	%
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)</b>	29.004.724	26.974.807	<b>2.029.917</b>	8%
<b>Gastos/reversões depreciações e amortizações</b>	-11.003.328	-9.947.883	<b>-1.055.445</b>	11%
<b>Resultado operacional (antes gastos financiamento e impostos)</b>	18.001.396	17.026.924	<b>974.472</b>	6%
<b>Juros, dividendos outros rendimentos similares</b>	369.941	939.663	<b>-569.723</b>	-61%
<b>Gastos e perdas de financiamento</b>	-1.552.518	-1.912.422	<b>359.904</b>	-19%
<b>Resultado antes de impostos</b>	16.818.819	16.054.166	<b>764.653</b>	5%

O Resultado Antes de Impostos apresenta um desvio de +765 m€, face a 2024, essencialmente devido a um aumento do EBITDA, em +2.030 m€, um aumento na rubrica de Gastos/reversões depreciação e amortização, em -1.055 m€, uma redução na rubrica de Juros, dividendos outros rendimentos similares, em -370 m€, e uma redução da rubrica de Gastos e perdas de financiamento em 360 m€.

Ajustando o EBITDA do Plano de Investimentos e da Capitalização de Juros, numa perspetiva de avaliação dos fatores relacionados com a atividade operacional da Empresa, observa-se uma evolução positiva de +2.030 m€, face a 2024, conforme se pode constatar na tabela seguinte.

Valores acumulados em Euros

Descrição	dez-25	dez-24	Período 2025 vs 2024	
			Dif.	%
<b>Rendimentos do EBITDA (Ajustado PI - Anexo IX, Obras CMC e Capit. Juros)</b>	69.396.512	67.051.512	<b>2.345.000</b>	3%
<b>Gastos do EBITDA (Ajustado PI - Anexo IX e Obras para CMC)</b>	40.391.788	40.076.705	<b>-315.084</b>	-1%
<b>EBITDA (Ajustado de PI - Anexo IX e Capit. de Juros)</b>	29.004.724	26.974.807	<b>2.029.917</b>	8%



Verifica-se um crescimento dos Rendimentos do EBITDA, em 2.345 m€, impulsionado pelos maiores proveitos da venda de água e de prestações de serviços, bem como um aumento de Gastos do EBITDA, em 315 m€, sendo mais expressivos os maiores gastos com aquisição de água, 433 m€, com o saneamento em alta, 214 m€, e em pessoal, 230 m€.

Na tabela seguinte apresenta-se, com maior detalhe, os rendimentos e os gastos mais relevantes do EBITDA.

Valores acumulados em Euros

Descrição	dez-25	dez-24	Período 2025 vs 2024	
			Dif.	%
<b>Vendas e Prestações de Serviços</b>	<b>67.319.959</b>	<b>64.811.614</b>	<b>2.508.346</b>	<b>4%</b>
Vendas	21.364.017	20.299.517	1.064.500	5%
Prestações de serviços	45.955.942	44.512.096	1.443.846	3%
Prestação de serviços - Água	16.884.958	16.626.452	258.506	2%
Tarifa de Disponibilidade	15.617.079	15.366.240	250.839	2%
Prestação de serviços - Saneamento	29.070.984	27.885.644	1.185.340	4%
Tarifa Variável de Saneamento	18.590.979	17.545.794	1.045.186	6%
Tarifa Fixa de Saneamento	9.654.032	9.441.361	212.671	2%
Subsídios à Exploração	0	0	0	
Trabalhos para a própria entidade	10.066.027	4.514.514	5.551.513	123%
Capitalização Juros	0	0	0	
Trab.p/Próp.Ent.- AFI Rever.	9.837.340	4.266.356	5.570.983	131%
Trab.p/Próp.Ent.- AFI Rever. - Act. Interna	228.688	248.158	-19.470	-8%
Custo Merc. Vend. e Mat. Cons.	12.203.378	11.779.796	-423.582	4%
Mercadorias	12.177.045	11.744.441	-432.604	4%
FSE (Ajustado PI - Anexo IX e Obras para CMC)	21.256.521	21.616.803	360.282	-2%
Fornecimentos e serviços externos	31.093.860	25.883.159	-5.210.701	20%
Subcontratos	19.921.193	14.145.165	-5.776.028	41%
Subcontratos - Sanest	9.224.602	9.011.113	-213.489	2%
Subcontratos - Ativos reversíveis AA	2.166.911	2.893.704	726.793	-25%
Subcontratos - Ativos reversíveis AR	7.670.429	1.372.652	-6.297.777	459%
Serviços especializados	8.686.879	9.090.973	404.094	-4%
Trabalhos especializados	5.129.637	4.958.285	-171.352	3%
TE - Assessorias dos Acionistas	3.633.029	3.507.146	-125.883	4%
TE - Assessorias Informaticas	403.776	425.727	21.951	-5%
TE - Pessoal Tec de Enquadramento	214.506	214.506	0	0%
TE - Custos Adm. Faturação e Cobrança	340.836	357.637	16.801	-5%
TE - Pesquisa de Fugas	135.012	128.545	-6.467	5%
TE - Outros (Call Center/Trab Temp./...)	311.380	227.420	-83.960	37%
Comissões (cobrança)	251.180	252.075	895	0%
Conservação e reparação	3.237.323	3.846.053	608.730	-16%
Cons. e Rep. de edifícios	262.449	479.892	217.444	-45%
Cons. e Rep. Equip. de transporte	196.489	66.042	-130.447	198%
Cons. e Rep. de outros equip.	543.408	557.082	13.674	-2%
Cons. e Rep. Rede - AA	1.249.661	1.171.956	-77.705	7%
Cons. e Rep. Rede - ARD	342.300	333.371	-8.929	3%
Cons. e Rep. Rede Inv. Substituição - AA	390.517	643.362	252.845	-39%
Cons. e Rep. Rede Inv. Substituição - ARD	252.500	594.348	341.848	-58%
Energia e fluidos	661.995	736.059	74.064	-10%
Combustíveis - Gasóleo	141.760	159.514	17.754	-11%
Combustíveis - Gasolina	10.873	10.549	-324	3%
Combustíveis - GNV	22.987	12.130	-10.858	90%
Eletricidade - Força Motriz (BTE e MT)	396.423	468.302	71.879	-15%
Eletricidade - BTN	82.344	82.414	71	0%
Serviços diversos	1.639.493	1.681.208	41.716	-2%
Rendas e alugueres	992.768	1.044.654	51.886	-5%
Comunicação	102.279	91.846	-10.433	11%
Seguros	225.990	240.024	14.034	-6%


Descrição	dez-25	dez-24	Período 2025 vs 2024	
			Dif.	%
<b>Outros serviços</b>	258.419	250.786	-7.633	3%
Outros Serviços - ERSAR - Insp. Aguas	169.293	162.659	-6.634	4%
Comissão Garantia Concedente	81.993	82.217	225	0%
<b>Gastos com o pessoal</b>	<b>6.031.524</b>	<b>5.801.341</b>	<b>-230.183</b>	<b>4%</b>
Imparidade de Inventários (perdas/reversões)	0	0	0	
Imparidade de dívidas a receber (aumentos/reduções)	-559.897	-514.601	-45.296	9%
Provisões (perdas/reversões)	0	0	0	
<b>Outros rendimentos e ganhos</b>	<b>1.847.359</b>	<b>1.991.332</b>	<b>2.068.664</b>	<b>-7%</b>
<b>Outros Gastos e perdas</b>	<b>340.469</b>	<b>363.269</b>	<b>22.800</b>	<b>-6%</b>

Relativamente aos rendimentos e gastos mais relevantes do EBITDA apresentados na tabela anterior, constata-se, face ao ano de 2024, um aumento de 4% nos rendimentos das Vendas e Prestações de Serviços, resultado do crescimento de 5% nas Vendas e do crescimento de 3% nos rendimentos de Prestações de Serviços.

Verifica-se também no ano de 2025, face a 2024, uma redução custos com energia e fluidos (-10%), resultado de uma redução global dos custos com combustíveis, na sequência da substituição de parte da frota de viaturas ligeiras a gasóleo por veículos híbridos, e uma redução dos custos com eletricidade BTE e MT (-15%) e BTN (0%). Regista-se igualmente um aumento dos Gastos com Pessoal (4%) face a 2024.

Nas rubricas de Trabalhos para a Própria Entidade e Subcontratos – Ativos Reversíveis, bem como de Investimento de Substituição em AA e ARD, relacionadas com o Plano de Investimentos, a variação face ao ano anterior está relacionada com a execução do plano anual de investimentos aprovado pelo Concedente, como melhor se detalhará em capítulo específico.





**ATIVIDADE  
DESENVOLVIDA**

## 5 ATIVIDADE DESENVOLVIDA

### 5.1 Abastecimento de Água

#### 5.1.1 Adução

A água entrada no sistema de abastecimento tem três origens: captações próprias, ou seja, água captada no Concelho (cerca de 13,2%), água adquirida à EPAL (cerca de 86,5%) e água adquirida aos SMAS de Sintra (cerca de 0,3%). As origens no Concelho de Cascais, são provenientes das galerias de minas na Malveira da Serra, Vale de Cavalos e Pisão, dos furos das Cardosas, do Pisão, da Atrozela, de Pau Gordo, da Quinta da Marinha, do Cobre e de Murches, e da albufeira do Rio da Mula. A água adquirida à EPAL é aduzida ao sistema pela Conduta Alta, com entrada pelo Bairro da Mina.

Em 2025 verificou-se uma diminuição do peso da água produzida face à água entrada no sistema, quando comparado com 2024, o que traduziu um aumento de cerca de 0,2%, da dependência da EPAL. As origens da Empresa apresentam significativa sensibilidade às condições climáticas, com destaque, naturalmente, para a pluviosidade, e que se reflete nas variações anuais de produção. Por outro lado, a reduzida variação face a anos de pluviosidade semelhante, indicia que o sistema de captação está no seu limite de capacidade de exploração. Nos gráficos a seguir apresenta-se a evolução da água produzida e do seu peso relativo na água entrada no sistema.

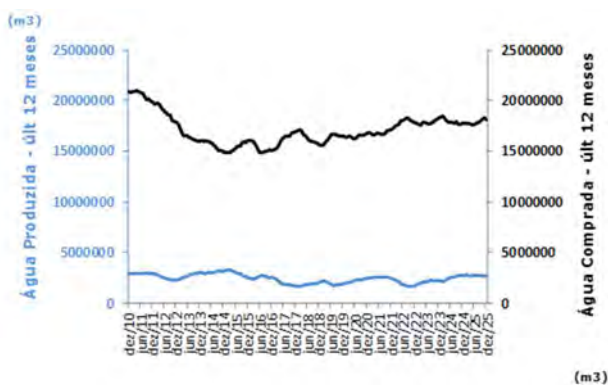
Peso relativo da Água Produzida - últ 12 meses



Água Produzida - últ 12 meses



Em 2025 verifica-se uma redução de cerca de 0,7% da água produzida, face a 2024, o que corresponde a menos 18.945 m³. As captações da Atrozela, do Rio da Mula e do Pisão, são aquelas que mais contribuem para o indicador da água produzida. Verificou-se ainda um aumento da água comprada, conforme se pode observar nos gráficos seguintes.



Água Comprada - Acum. Ano



## 5.1.2 Distribuição

A rede de distribuição de água serve todo o Concelho e tem uma extensão de cerca de 1.428 km. Para fazer chegar a água às cotas mais elevadas existem 24 estações elevatórias ou sobreprensoras, onde estão instalados 70 grupos eletrobomba. O Sistema é ainda constituído por cerca de 56 km de condutas adutoras.

Distribuição	
Comprimento (não inclui condutas adutoras) *	1.429 Km
Principais materiais:	
Polietileno	59%
Fibrocimento	36%
Outros	5%
Dispositivos de manobra:	
Válvulas de Seccionamento	12.000
Válvulas de Descarga	4.822
Ventosas	521
Estações Elevatórias	24
Grupos (em serviço incluindo grupos de reserva)	70

\* O valor difere do reportado à ERSAR, uma vez que considera as condutas adutoras cadastradas e o total de troços de tubagem em funcionamento.

## 5.1.3 Controlo Operacional

### 5.1.3.1 Monitorização

No que se refere ao controlo operacional da adução e da distribuição da água, realiza-se a monitorização permanente dos caudais em toda a rede e da pressão e nível nos reservatórios, quer através do sistema de telegestão, quer recorrendo às 59 Zonas de Medição e Controlo (ZMC) já instaladas. Com base nesta informação são detetados, de forma relativamente precoce, desvios da normalidade como, por exemplo, variações do caudal mínimo noturno, que são investigados, analisados e corrigidos pelas equipas operacionais no terreno ou através de manobras levadas a efeito por via da telegestão.

O planeamento do trabalho das equipas de pesquisa de fugas continuou a utilizar a ferramenta existente e que centraliza, numa mesma base, os dados de Caudais Médios Diários (CMD) e Caudais Mínimos Noturnos (CMN) dos vários pontos de medição de caudal do sistema, independentemente da origem: telegestão ou ZMC. Para além da análise técnica diária dos caudais, a criação automática de eventos auxilia a observação e análise pelas equipas de piquete, não só durante a noite, mas também durante o fim de semana, sempre que são registados valores de caudais estatisticamente anormais.

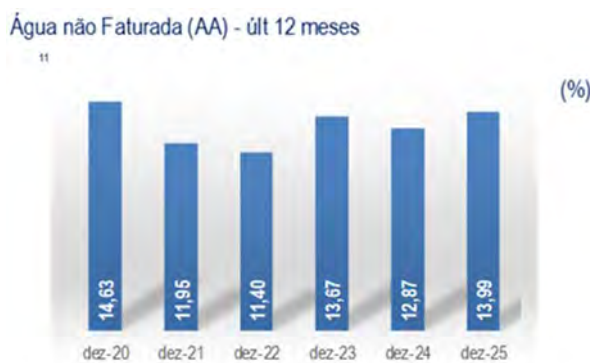
Em 2025, deu-se continuidade ao trabalho das equipas de Detecção de Fugas, tendo sido inspecionados 4.503 km de rede de distribuição de água e detetadas 638 anomalias, conforme se mostra na figura seguinte.

Pesquisa de Fugas - Total de anomalias detetadas (AA) - últ 12 meses



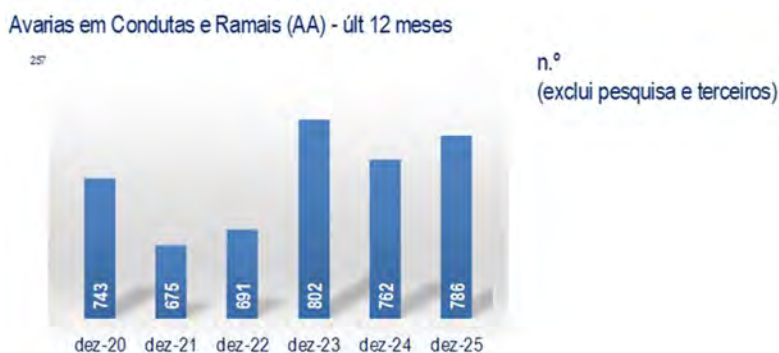
### 5.1.3.2 Água Não Faturada

A abordagem adotada pela Águas de Cascais tem permitido uma redução da água não faturada, mantendo-se esta tendência desde 2011. No ano de 2025 verificou-se um aumento no indicador água não faturada, face a 2024, valor que continua, não obstante, a manter-se abaixo dos 20%, máximo recomendado pela ERSAR como bom desempenho.



### 5.1.3.3 Continuidade do fornecimento

A continuidade do fornecimento mantém-se como uma área estratégica para a Empresa, tendo-se prosseguido com um conjunto de ações que visam diminuir as interrupções do fornecimento por roturas na rede de água. Para além da manutenção da eficácia e eficiência dos processos de reparação de roturas, considera-se também essencial procurar reduzir o número de roturas (avarias) na rede de água, quer por via da remodelação da rede de água, quer por via da adequação das pressões recorrendo, por exemplo, à instalação de válvulas redutoras de pressão. Em 2025 verificou-se um aumento do número de avarias em condutas e ramais, face a 2024, conforme se mostra no gráfico seguinte.



Registou-se, em 2025, um ligeiro aumento do tempo médio para fecho da água e do tempo médio da interrupção do abastecimento, face aos valores verificados em 2024.

Designação	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Variação 2020/2021 (min)	Variação 2021/2022 (min)	Variação 2022/2023 (min)	Variação 2023/2024 (min)	Variação 2024/2025 (min)
Média de Tempo para fecho (min)	00:44:32	00:49:59	00:52:25	01:00:24	00:59:15	01:00:52	5	3	8	-1	1
Média de Tempo Interrupção (hh:mm:ss)	4:05:49	4:00:30	3:55:33	4:52:41	4:00:03	4:04:09	-5	-5	57	-52	4

\* Exclui intervenções programadas.

\*\* Apenas inclui aquelas em que o fecho não é imediato.

### 5.1.4 Controlo de Qualidade

A monitorização da qualidade da água ao longo da rede e a operação das estações de cloragem funcionam, de forma integrada, englobadas na telegestão. Para além do controlo referido, é realizado um controlo analítico da qualidade da água nas várias fases



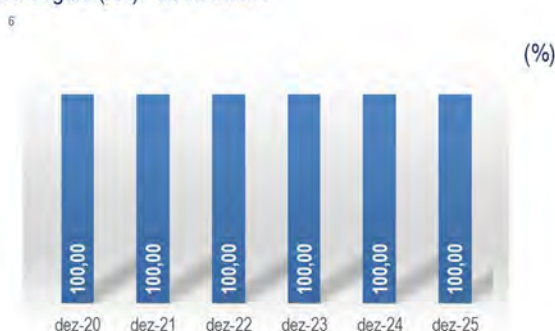
do processo, desde a origem (captação ou água comprada) até à torneira do consumidor. O referido controlo analítico é realizado de acordo com o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), nos termos da legislação em vigor, e com o Programa de Controlo Operacional, que abrange as captações e reservatórios do sistema de adução e distribuição.

Com o objetivo de monitorizar os sistemas de tratamento em funcionamento e assegurar a qualidade da água distribuída, o Laboratório da Águas de Cascais (acreditado pelo IPAC - Instituto Português de Acreditação, desde 1998, segundo a norma NP EN ISO/IEC 10725:2018) realizou em 2025 as seguintes análises decorrentes do Plano de Controlo Operacional:

Captações	Captações da Quinta da Marinha	Reservatórios
4.557	3.620	8.934

Além das análises referidas, o Laboratório realizou 1.482 análises complementares de controlo interno (não previstas nos planos de controlo) e de colaboração com outros setores (pesquisa de furos e deteção de fugas). O Plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), aprovado pela ERSAR, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 69/2023 de 21 de agosto, foi cumprido na íntegra, tendo o Laboratório da Águas de Cascais colhido 570 amostras diretamente na torneira do consumidor.

Água Segura (AA) - últ 12 meses



Nessas amostras realizaram-se 5.440 análises, das quais 100% estavam conformes com os requisitos de qualidade da água definidos na legislação em vigor. Todas as origens de água própria são monitorizadas com base num plano de controlo operacional que inclui a determinação analítica dos parâmetros definidos pela Agência Portuguesa do Ambiente, no âmbito da autorização de utilização dos recursos hídricos, e a determinação analítica de parâmetros definidos internamente, de modo a garantir a avaliação do sistema de abastecimento nas fases de captação, tratamento e armazenamento. A AdC continua assim muito bem posicionada quando analisamos o indicador da ERSAR relativo à água segura.

## 5.2 Recolha e Drenagem de Águas Residuais Domésticas

### 5.2.1 Descrição do Sistema

O sistema de drenagem de águas residuais no Concelho de Cascais é separativo, sendo a rede doméstica constituída por um conjunto de coletores gravíticos com uma extensão de cerca de 787 km. Estes coletores asseguram a drenagem dos efluentes, desde os ramais domiciliários, até aos emissários localizados ao longo das ribeiras, que depois os entregam no intercetor geral e Estação de Tratamento de Águas Residuais da Guia, sob gestão da Águas do Tejo Atlântico.

As zonas que não podem ser drenadas graviticamente são servidas por estações elevatórias de águas residuais (EEARD), que elevam as águas residuais para locais predefinidos. Na tabela seguinte resumem-se as principais características do sistema.

Drenagem	
Comprimento	787 km
Câmaras de Visita	29.168
Diâmetro	≥ 200 mm
Material Predominante	PVC
	Grés
Estações Elevatórias	22
Conduções Elevatórias	18 km

## 5.2.2 Controlo Operacional

O plano de manutenção preventiva implementado (redes e EEARD) tem permitido um bom desempenho, quer no que se refere à redução dos colapsos estruturais de coletores, quer no que se refere a inundações. Em 2025 registou-se uma diminuição de 34%, na ocorrência de inundações, face a 2024.

Designação	Unidades	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	dez/25	Variação 2025 / 2024	
Ocorrência de inundações (AR) - últ 12 meses	n.ºprop. /100 km de coletor/ano	1,02	1,75	1,90	1,40	1,53	1,02	-0,5	-33%
Ocorrência de Inundações (AR) - últ 12 meses	n.º/(1000 ramais/ano)	0,23	0,41	0,48	0,32	0,35	0,23	-0,1	-34%

Da análise das figuras seguintes, é possível observar a diferença entre o volume de água faturada aos clientes com serviço de recolha de águas residuais e o volume de água residual exportada para a AdTA. Em 2025 verificou-se um ligeiro aumento, face a 2024, quer da água residual faturada, quer do volume da água residual exportada, sendo este último aumento mais expressivo.

Água Residual Exportada (AR) - últ 12 meses



Nível de atividade AR - últ 12 meses



Face à dificuldade de obter dados fiáveis e coerentes dos caudalímetros do sistema gerido pela AdTA, desde agosto de 2017, apenas tem sido possível estimar os volumes totais e a quota dos custos totais suportada por Cascais.

A manutenção da tendência descendente do peso relativo dos volumes entregues à AdTA resulta dos esforços e dos resultados das ações de eliminação de infiltrações que se tem levado a cabo. No entanto, fatores exógenos à AdC, como a precipitação e o local e a época do ano em que esta ocorre, poderão influenciar a variação do peso em questão. Estes fatores assumem uma maior relevância em Cascais, devido ao facto de durante a época balnear, que em Cascais pode manter-se por aproximadamente 6 meses, serem instaladas comportas e açudes de forma a evitar que o caudal das ribeiras e linhas de água chegue às zonas balneares, pelo que um aumento significativo do caudal destas linhas de água (com precipitação nessa época) poderá ter um impacto significativo no volume exportado para o sistema em alta.

Considera-se também que havendo, ainda, um menor esforço em eliminação de infiltrações por parte dos restantes municípios utilizadores do sistema em alta da AdTA o peso de Cascais aumenta, naturalmente, em anos mais secos (anos com maior precipitação como o que temos observado afetam mais os municípios que apresentem uma maior taxa de infiltrações).



Com base no acima referido, foi considerado estratégico a persistência de esforços no sentido diminuir as infiltrações (*Inflow & Infiltration*) no sistema de águas residuais domésticas. No ano de 2025 deu-se sequência à pesquisa de infiltrações com uma máquina geradora de fumos e através de vistorias prediais, aproveitando a estrutura e procedimentos já implementados no projeto Poluição Zero, para os casos em que se venha a verificar que as infiltrações têm origem em redes prediais.

Com este projeto pretende-se continuar a diminuir a quota da AdC nos custos da AdTA, uma vez que não existe qualquer influência da nossa parte que permita promover ou induzir uma redução dos custos daquela entidade os quais, no modelo de “*cost plus*” que adota, são totalmente transferidos para os municípios que abrange.

Neste período, as pesquisas de ligações indevidas de águas pluviais incidiram especialmente na bacia da Amoreira, onde foram pesquisados cerca de 10 km de rede de águas residuais domésticas. Em termos globais foram identificadas 105 ligações indevidas, através de pesquisa com máquina de fumos e vistorias prediais.

### 5.2.3 Projeto Poluição Zero

A Águas de Cascais desenvolveu e implementou um procedimento rigoroso para deteção de anomalias, cujas ações passam por inspeções às redes de águas residuais domésticas e pluviais, a montante das descargas indevidas.

No caso de ser detetada uma anomalia, é realizada uma vistoria às redes prediais, sendo notificado o proprietário para a sua resolução e estabelecendo um prazo para tal. Findo este prazo, procede-se à vistoria final para verificação dos trabalhos corretivos efetuados pelo cliente, dando-se por concluído este processo.

No âmbito deste projeto, foram já tratados 5.396 processos, dos quais cerca de 30% foram identificados nos últimos seis anos. Por implicarem, muitas vezes, obras em redes prediais, estes processos têm um prazo longo até ao seu encerramento. No entanto, apenas 433 processos ainda não foram encerrados.

		Data de Abertura																					
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total Geral	
Data de Encerramento (0=Aberto)	0	1	1	2	3	4	8	19	20	28	37	21	22	13	17	42	9	22	29	62	73	433	
	2007		1																			1	
	2008	1	18	67																			86
	2009	1	8	42	57																		108
	2010	2	2	15	33	78		1															131
	2011	2		9	16	22	88																137
	2012		1	2	2	6	49	276															336
	2013		6	3	3	1	23	151	168														355
	2014	1		5			12	21	108	299													446
	2015			2		7	6	13	26	174	355												583
	2016				2	2	4	7	3	31	149	168											366
	2017		2			1	2	4	9	19	114	182											333
	2018	1	1	2			1	7	2	4	7	14	70	106									215
	2019			3			1	3			7	12	64	155									245
	2020							1			1	4	6	3	75	101							191
	2021							1	1		9	4	3	6	18	97	85						224
	2022			3		2	1	3	1	3	3	5	2	10	10	80	42	154					319
	2023			3			2	6	5	8	6	3	4	3	6	67	10	52	147				322
	2024				2		1	2	2	3	6	2		2	5	22	7	4	84	211			353
	2025		1					1	1	1	4	1	1	1	7	16	1	1	6	33	134		209
		<b>Total Geral</b>	<b>9</b>	<b>41</b>	<b>158</b>	<b>118</b>	<b>122</b>	<b>197</b>	<b>514</b>	<b>341</b>	<b>560</b>	<b>596</b>	<b>343</b>	<b>302</b>	<b>208</b>	<b>293</b>	<b>425</b>	<b>154</b>	<b>233</b>	<b>266</b>	<b>306</b>	<b>210</b>	<b>5.396</b>

Em 2025 verificou-se um número significativo de anomalias identificadas e tratadas no âmbito do projeto poluição zero, sendo de destacar os processos relativos a ligações indevidas de Águas Pluviais no sistema de Águas Residuais Domésticas. Tal como anteriormente referido, a Empresa encontra-se a implementar um programa para a redução de águas pluviais/águas de infiltração na rede de águas residuais domésticas, de forma a minimizar a entrada de caudais indevidos no sistema, nomeadamente em períodos de forte pluviosidade, e a prevenir a ocorrência de inundações, acidentes de viação e outros problemas ambientais.

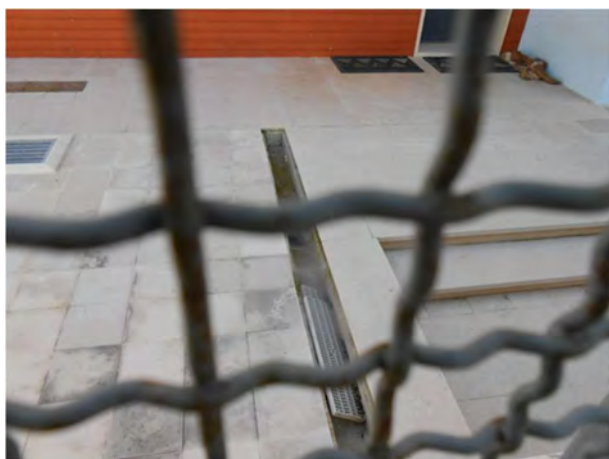
	Data de Abertura																			Total Geral		
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024		2025	
AP em ARD		5	27	19	13	60	356	268	484	491	283	238	164	222	257	15	58	102	167	104	3.333	
N/A	1	2	34	19	35	69	91	35	54	54	33	33	19	18	88	93	68	114	95	69	1.024	
ARD	3	13	17	29	12	29	13	17	11	31	18	26	18	7	43	64	33	102	35	39	29	582
ARD em AP	5	21	78	50	58	35	54	20	11	20	9	5		9	15	10	2	15	5	3	432	
AP			2	1	4	4		1						1	1	3	3			5	25	
<b>Total Geral</b>	<b>9</b>	<b>41</b>	<b>158</b>	<b>118</b>	<b>122</b>	<b>197</b>	<b>514</b>	<b>341</b>	<b>560</b>	<b>596</b>	<b>343</b>	<b>302</b>	<b>208</b>	<b>293</b>	<b>425</b>	<b>154</b>	<b>233</b>	<b>266</b>	<b>306</b>	<b>210</b>	<b>5.396</b>	

As inspeções com recurso a equipamento gerador de fumos têm demonstrado ser um método eficaz na deteção de deficiências estruturais, assim como de ligações indevidas na rede de águas residuais domésticas. Este equipamento permite a introdução de fumo nos coletores de ARD, sendo possível identificar, à medida que o fumo percorre o troço de coletor, as origens de infiltração, já que o fumo irá sair através desses orifícios, quer estes se encontrem na via pública (sumidouros, sarjetas, outras ligações indevidas), quer se encontrem nas redes prediais (ligações indevidas como algerozes, sumidouros, etc.).

A melhoria de desempenho nesta área é bem patente na tabela seguinte:

Designação	Unidades	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	dez/25	Variação 2025 / 2024	
Infiltrações redes prediais não visíveis detetadas (AR) - Acumulado	n.º	2.955	3.026	3.152	3.270	3.447	3.552	105,0	3%
Infiltrações em redes prediais detetadas por extensão de pesquisa (AR) - últ 12 meses	n.º/km	11	5	4	4	10	7	-2,8	-28%
Infiltrações na rede pública não visíveis detetadas (AR) - Acumulado	n.º	92	94	94	94	94	94	0,0	0%

Em 2025 foram pesquisados cerca de 14,9 km de rede, tendo sido identificadas 105 infiltrações, correspondendo a 7 infiltrações detetadas por km de rede pesquisada. As pesquisas tiveram grande incidência na freguesia de Alcabideche e Estoril, tendo sido realizadas pesquisas com máquina geradora de fumo e com recurso a vistorias prediais.



Ruas Pesquisadas (m)	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
ALCABIDECHE	3.563	50		2.140	500	17.446	19.126	1.650	5.645
CARCAMELOS				1.620	5.400	4.640	1.200	600	
CASCAIS		400	500	5.680	1.800	650	1.600	6.100	1.950
ESTORIL	7.194	550	700	1.050	650	250	2.137	2.000	6.285
PAREDE		100	700	100	350	100	660	6.080	550
S.DOMINGOS RANA	19.837	13.881	15.850	11.600	5.623	10.781	1.810	1.600	500
<b>Total (km)</b>	<b>38,6</b>	<b>15,0</b>	<b>17,8</b>	<b>22,2</b>	<b>14,3</b>	<b>33,9</b>	<b>26,5</b>	<b>18,0</b>	<b>14,9</b>
<b>Infiltrações/km</b>	<b>9,1</b>	<b>12,1</b>	<b>12,9</b>	<b>8,6</b>	<b>5,1</b>	<b>3,7</b>	<b>4,4</b>	<b>9,8</b>	<b>7,0</b>
Infiltrações Detetadas (#)	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
ALCABIDECHE	26	1		25	3	2	22	9	52
CARCAMELOS				41	47	35	19	2	
CASCAIS	15	8	4	11	8	3	28	63	9
ESTORIL	112	2	4	7	4	1	27	14	40
PAREDE	2	1	3	2	2	1	2	79	2
S.DOMINGOS RANA	122	170	218	105	9	83	20	10	2
<b>Total</b>	<b>279</b>	<b>182</b>	<b>229</b>	<b>191</b>	<b>73</b>	<b>125</b>	<b>118</b>	<b>177</b>	<b>105</b>

Até final de 2025, considerando valores acumulados, foram detetadas 3.646 infiltrações, das quais foram já eliminadas 3.082 em redes prediais, e 25 em redes públicas, estando pesquisada cerca de 67% de toda a rede de drenagem de águas residuais domésticas do concelho.

## 5.3 Equipamentos e Infraestruturas

### 5.3.1 Infraestruturas da rede de água e de águas residuais

Em 2025 foram executados 590 ramais de água, 165 ramais de águas residuais domésticas e 164 ramais de águas pluviais. Foram reparados e substituídos 228 ramais de água e 22 ramais de águas residuais domésticas e pluviais, tendo sido ainda efetuadas 71 intervenções de manutenção corretiva em coletores.



Verificou-se um aumento do número de serviços de reparação de marcos de incêndio (29%), retirar ramal (314%) e tamponar ramal (26%), relativamente a 2024. No entanto, registou-se uma diminuição de execução de by-pass (-50%) e de substituição de marcos de incêndio (-80%). No que diz respeito a trabalhos junto à propriedade do cliente, verificou-se um aumento dos serviços de mudança do local do contador (149%), de retirar contador (68%) e verificar ruídos (46%). A redução mais significativa em trabalhos de manutenção ocorreu em trabalhos de correção de posição de contador (-73%) e colocar acessórios (-67%).

Em 2025 verificou-se uma ligeira diminuição do número total de avarias em condutas (3%). Esta diminuição não impactou as falhas de abastecimento superiores a 6 horas, registando-se um valor em linha com o ano anterior. Na sequência das intervenções efetuadas, foram repostos pavimentos, de acordo com as exigências do REGIS, num total de 7.046 m<sup>2</sup>, dos quais 1.778 m<sup>2</sup> de pavimento betuminoso e 5.268 m<sup>2</sup> em calçada.

Em 2025, destaca-se ainda a realização dos seguintes trabalhos de manutenção do sistema de AA:

- Realização de Benfeitorias em diversos reservatórios:
  - Cardosas (Pintura exterior, reparação e impermeabilização do interior das células e câmaras de manobras);
  - Cobre (Reparação e impermeabilização do interior das células e câmaras de manobras);
  - Pisão (Pintura exterior, reparação e impermeabilização do interior da célula e câmara de manobras);
  - Monte Estoril (Pintura exterior, reparação e impermeabilização do interior das células e câmaras de manobras. Reparação de coberturas célula retangular e câmara de manobras).
- Reparação da vedação do Reservatório de Parede Velho;
- Reparação da vedação do Reservatório do Monte Estoril;
- Reparação do portão do Reservatório da Abuxarda;
- Reparação do portão no Reservatório de Caparide;
- Reparação da vedação do Reservatório de Vale de Cavalos;
- Reparação da vedação do Reservatório da Pampilheira;
- Substituição do portão do Reservatório do Abano;
- Reparação de portas nos Reservatórios de S. Domingos de Rana e de Parede Novo;
- Colocação de corrimões na cobertura do Reservatório da Pampilheira;
- Reparação da vedação no Reservatório de S. Domingos de Rana;
- Ensaio em carga ao gerador da Sede;
- Ensaio em carga ao gerador do POM;
- Colocação de dissecante nos turbidímetros de água bruta e tratada na ETA do Rio da Mula;
- Instalação de um terceiro grupo de bombagem no reservatório do Goulão para Alcoitão, incluindo todos os trabalhos de construção civil;
- Continuação de um projeto de Telemetria para jardins e espaços verdes;
- Continuação de diversos trabalhos de serralharia, no âmbito da manutenção e conservação das instalações;
- Continuação da colocação da etiquetagem nos equipamentos;
- Continuação da realização da manutenção preventiva nas instalações;
- Continuação da Limpeza de minas e dos acessos;
- Lavagem e desinfeção bacteriológica dos reservatórios;
- Aquisição para o Laboratório de Controlo Analítico de: uma Placa de aquecimento e evaporação para a área da Físico-química, um frigorífico térmico para a área da Físico-química e de uma bomba de extração para a rampa de filtração afeta à área da Microbiologia;
- Reparação da bateria de condensadores da EEAA da Atrozela;
- Substituição das válvulas de seccionamento e de retenção nas aspirações e compressões individuais dos grupos do Booster de Outeiro de Polima;
- Reparação do gerador de dióxido de cloro com a substituição da lança de aspiração rígida do reservatório de ácido clorídrico da ETA do Rio da Mula;

- Substituição da bomba doseadora de hipoclorito de sódio e substituição do sensor de caudalímetro eletromagnético da ETA do Rio da Mula;
- Colocação do Quadro Elétrico do terceiro grupo de bombagem no reservatório do Goulão para Alcoitão;
- Reparação da bomba da amostragem do turbidímetro do Furo 2, da Atrozela;
- Substituição do dissecante do turbidímetro das minas do reservatório do Pisão;
- Substituição do dissecante e frasco do turbidímetro do furo RA2 do reservatório do Pau Gordo;
- Reparação do empanque do GE2 do reservatório do Goulão;
- Substituição da sonda de nível da célula 1 do reservatório da Pampilheira;
- Substituição do kit de manutenção da bomba doseadora de cloro do reservatório das Cardosas;
- Substituição do frasco do turbidímetro do Furo PS2 do reservatório das Cardosas;
- Finalização dos trabalhos de construção civil para a instalação de mais um grupo eletrobomba no reservatório do Goulão.
- Substituição da electroválvula de fecho da válvula Flucon da adução da EPAL que está avariada no reservatório de Outeiro de Polima;
- Substituição do dessecante do turbidímetro da água bruta da ETA do Rio da Mula;
- Reparação do indicador de combustível do gerador que estava avariado no reservatório de Moinhos de Rana;
- Colocação de acessório cónico 3/8" M/M e um joelho 1/2" M/F na válvula Flucon do reservatório do Alto Estoril;
- Substituição da bomba de amostragem do reservatório de Janes;
- Reparação da eletroválvula do modo hidráulico da válvula Flucon do PER de Trajouce;
- Reparação do transmissor de nível da célula 1 e 2 do reservatório da Abuxarda;
- Integração da válvula HV-2.1 na telegestão do reservatório de Alcoitão;
- Substituição do transmissor de nível da célula 2 do reservatório das Cardosas;
- Substituição do transmissor de nível do furo PS2 do reservatório das Cardosas;
- Reparação da bomba de amostragem do turbidímetro do furo F2 da captação da Atrozela;
- Substituição do dissecante do turbidímetro da água tratada e do frasco do turbidímetro da água tratada na ETA do Rio da Mula;
- Substituição do dissecante do turbidímetro das minas 2 do reservatório da Malveira da Serra;
- Aquisição de gerador portátil para emergências;
- Continuação da substituição das portas das minas;
- Colocação de corrimão e suporte de tubagem no reservatório do Goulão;
- Substituição de caudalímetro da distribuição gravítica do reservatório de Moinhos de Rana;
- Reparação/beneficiação do sistema de boiador da válvula Flucon do reservatório do Monte Estoril;
- Reparação dos rolamentos do GE4 da captação da Atrozela;
- Substituição do ventilador da casa do gerador de dióxido de cloro da ETA do Rio da Mula;
- Substituição da bateria de backup do transmissor de nível da célula 1 do reservatório das Cardosas;
- Substituição da bomba de amostragem de retorno do reservatório das Cardosas;
- Substituição do interruptor de corte geral que só tem uma fase. Anteriormente era trifásico no QE da captação da Atrozela;
- Substituição de fonte de alimentação avariada QE da captação da Atrozela;
- Substituição do Kit de manutenção da bomba doseadora da captação da Atrozela, reservatório de Murches, Quinta da Marinha e Alcoitão;
- Reparação do analisador de cloro do reservatório da Pampilheira;
- Reparação do conta-horas e bornes do QE do grupo eletrobomba do furo PS1 do reservatório das Cardosas;
- Substituição de caudalímetro da distribuição gravítica do reservatório de Moinhos de Rana;
- Colocação de válvula borboleta motorizada da adução o reservatório de Alcoitão para permitir adução do 3.º adutor e bombagem do Goulão;
- Substituição do dissecante do turbidímetro do furo RA6 do reservatório do Pisão;
- Substituição do frasco do turbidímetro das minas do reservatório do Pisão;



- Reparação da bomba de amostragem do turbidímetro das minas do reservatório RA6;
- Substituição da válvula de contrapressão da bomba doseadora do reservatório da Malveira da Serra;
- Substituição da eletroválvula de modo hidráulico da válvula Flucon que estava avariada no reservatório de Parede Novo;
- Substituição do frasco do turbidímetro do furo PS1 do reservatório das Cardosas;
- Substituição da porta da casa da bomba doseadora de cloro da captação da Atrozela;
- Colocação de passadiço em pultrudido para acesso aos QE's no reservatório do Alto Estoril;
- Substituição das portas da célula 1 do reservatório da Quinta da Marinha;
- Reparação de porta e corrimão do reservatório de São Domingos de Rana;
- Reparação de rede mosquiteira da célula 1 do reservatório do Parede Novo;
- Beneficiação da válvula motorizada do reservatório do Pisão;
- Substituição da válvula de retenção do GE4 da Captação da Atrozela;
- Substituição das tampas das caixas exteriores do reservatório do Alto Estoril;
- Colocação de suporte na aspiração do GE3 do reservatório do Goulão;
- Colocação de pultrudido para nivelamento do solo no corredor do reservatório do Goulão;
- Pintura das caixas de chagada da EPAL ao reservatório de Moinhos de Rana;
- Substituição de acrílico no quadro elétrico do reservatório de Moinhos de Rana;
- Substituição das válvulas de pé na aspiração dos grupos eletrobomba no reservatório do Monte Estoril;
- Substituição do grupo eletrobomba GE2 do reservatório de Outeiro de Polima;
- Substituição das válvulas na aspiração dos grupos eletrobomba do reservatório do Pisão;
- Reparação do grupo eletrobomba GE1 do reservatório do Pisão;
- Substituição da cobertura do edifício do tratamento no reservatório de Vale Cavalos.

Nas figuras seguintes apresentam-se algumas imagens das intervenções realizadas no sistema de AA.



Booster de Pau Gordo – Arte urbana



Reservatório do Pisão – Realização de Benefeitorias





Reservatório do Monte Estoril – Realização de Benfeitorias



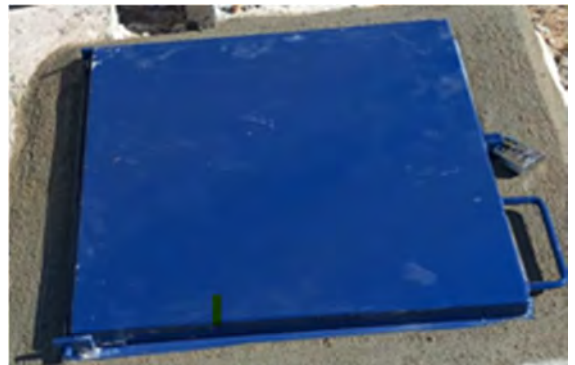
Reserv. do Abano - Substituição do portão



Reserv. Monte Estoril – Reparação da vedação



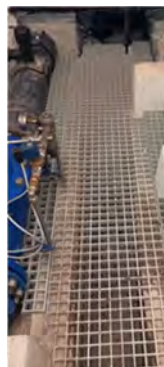
Reserv. Pampilheira – Reparação da vedação



Reserv. Alto Estoril - Substituição das tampas das caixas exteriores



Reserv. Alto Estoril - Colocação de passadiço em pultrudido para acesso aos QE's



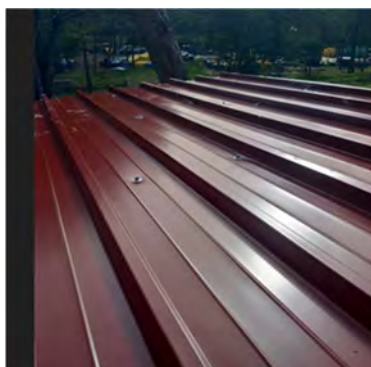
Reservatório do Goulão - Colocação de pultrudido no corredor



Reservatório de Moinhos de Rana - Substituição de acrílico no QE



Moinhos de Rana – pintura das caixas de adução da EPAL



Reserv. de Vale Cavalos – substituição Cobertura do Tratamento



Reservatório Outeiro de Polima – Substituição do GE2





Moinhos de Rana – Substituição do caudalímetro da distribuição gravítica



Reservatório do Pisão – Substituição da válvula da aspiração dos GE



Reservatório do Pisão – Montagem GE



Reservatório de Alcoitão – Instalação da Válvula Monitorizada



Reservatório do Goulão – Instalação do novo Grupo GE3



Reservatório do Goulão – Quadro Elétrico GE3



EEAA da Atrozela – Substituição dos Rolamentos do GE4



Reservatório de Moinhos de Rana – Ensaio do Gerador em Carga



Reservatório de Moinhos de Rana – Beneficiação da Iluminação



Talaíde – Substituição da Válvula Reguladora de Pressão (VRP)



Booster de Outeiro de Polima – Substituição de Válvulas



AdC – Aquisição de Gerador Portátil

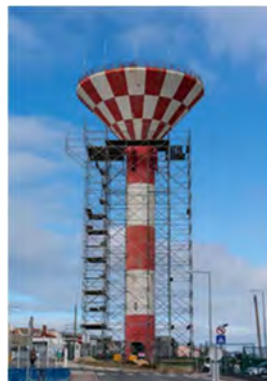


Laboratório – Aquisição de Frigorífico Térmico



Laboratório – Aquisição de Bomba de extração para a rampa de filtração

O reservatório elevado de Matos Cheirinhos, localizado na freguesia de S. Domingos de Rana, na Rua da Bela Vista, foi construído há várias décadas e desempenhou um importante papel no abastecimento de água nas localidades próximas. Contudo, com o passar dos anos, e devido a avanços tecnológicos, sua funcionalidade foi suplantada por outras infraestruturas mais eficientes. O reservatório tornou-se assim desnecessário ao funcionamento do sistema de abastecimento, abrindo campo para outras utilizações do espaço mais benéficas para a comunidade. De acordo com a instrução da CM Cascais, no ano de 2025 foi realizada a demolição do reservatório e realizado o enquadramento paisagístico do espaço, encontrando-se em utilização pela população.



No que se refere ao sistema de drenagem de águas residuais, manteve-se o cumprimento do Plano de Manutenção Preventiva, tendo sido efetuadas 176 ações de manutenção preventiva, em locais críticos, num total de cerca de 41.830 m de coletores de águas residuais domésticos intervencionados. Foram ainda efetuadas 277 substituições de tampas de caixas de visita e 160 desobstruções de coletores.



Foram realizadas diversas intervenções de manutenção corretiva em coletores de águas residuais domésticas, sendo de destacar pela sua dimensão as realizadas em:

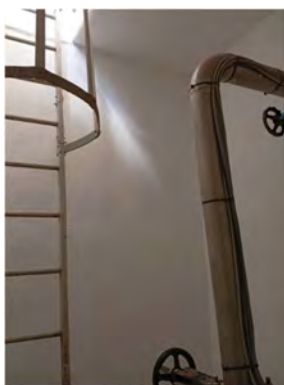
- Rua 25 de abril, Bairro das Coveiras;
- Rua António Galhardo, Carcavelos;
- Rua do Comércio, Bairro da Mina;
- Rua Almeida Garret, Parede;
- Rua de Santarém, Rebelva;
- Rua da Samarra, Livramento;
- Rua do Zambujal, Zambujal;
- Rua dos Goivos, Alto dos Gaios;
- Rua Dom Bosco, Estoril,
- Rua do Ultramar, Amoreira;
- Av. da Argentina, Monte Estoril.

Destacam-se, ainda, os seguintes trabalhos de manutenção do sistema de ARD, realizados em 2025:

- Reparação da vedação da EEAR da Charneca;
- Reparação da vedação da EEAR do Zambujeiro;
- Substituição de portas na EEAR de Sta. Marta;
- Substituição do grupo eletrobomba GE1 e GE2 da EEAR do Lameiro;
- Substituição do grupo eletrobomba GE1 e GE2 da EEAR da Lota;
- Substituição do grupo eletrobomba GE2 da EEAR da Malveira da Serra;
- Reparação do gerador da EEAR da Malveira da Serra;
- Substituição da válvula de retenção do GE2 da EEAR da Quinta da Marinha;
- Substituição das guias e comporta da EEAR da Parede;
- Conclusão dos trabalhos de construção civil, acabamentos e pinturas relativas ao Revamping da EEAR da Conceição e da EEAR de S. João do Estoril (instalação sistema DIP);
- Substituição da UPS da EEAR da Cresmina;
- Reparação de voluta rota do GE1 da EEAR de Santa Marta;
- Substituição da comporta da EEAR da Lota;
- Substituição da bateria do gerador da EEAR da Malveira da Serra;
- Reparação do GE2 da EEAR da Atrozela;
- Beneficiação do GE2 da EEAR do Cabreiro;
- Reparação do GE2 da EEAR de Murches;
- Limpeza dos poços das estações elevatórias;
- Substituição do grupo eletrobomba GE1 da EEAR da Malveira da Serra;
- Substituição do grupo eletrobomba GE1 e GE2 da EEAR do Lameiro;
- Substituição do grupo eletrobomba GE1 e GE2 da EEAR da Lota;
- Integração na Telegestão de EEAR com alarmística;
- Conclusão dos trabalhos de construção civil, acabamentos e pinturas relativas ao Revamping da EEAR da Conceição e da EEAR de S. João do Estoril (instalação sistema DIP);
- Substituição das guias e comporta da EEAR da Parede;
- Substituição da comporta da EEAR da Lota (Ribeira das Vinhas);
- Reparação do GE2 da EEAR da Atrozela;
- Reparação de boia de nível na EEAR da Atrozela;
- Montagem de UPS e iluminação exterior na EEAR da Malveira da Serra
- Substituição de válvulas de retenção na EEAR da Quinta da Marinha;

- Substituição da bateria do gerador da EEAR da Malveira da Serra;
- Substituição do impulsor do GE2 da EEAR do Zambujeiro;
- Substituição dos ventiladores da EEAR de Santa Marta;
- Substituição de UPS e baterias na EEAR da Cresmina;
- Instalação bomba provisória na EEAR de Santa Marta;
- Reparação escada na EEAR da Conceição;
- Reparação fissura na EEAR da Duquesa;
- Realização de Benfeitorias na EEAR da Malveira;
- Instalação de sonda de bypass para posterior ligação ao autómato nas EEAR de S. João do Estoril, EEAR da Cresmina e EEAR da Quinta da Marinha;
- Substituição de impulsor e voluta do GE2 da EEAR de Santa Marta;
- Desobstrução da conduta elevatória da EEAR da Duquesa,
- Substituição das válvulas de retenção da EEAR do Cabreiro;
- Substituição das válvulas de retenção da EEAR da Malveira;
- Reparação fissura na EEAR da Duquesa.
- Substituição das portas da EEAR de Santa Marta;
- Substituição das válvulas de retenção da EEAR do Cabreiro;
- Substituição do compressor na EEAR da Malveira;
- Substituição dos portões e rede da EEAR do Zambujeiro dos Barros.

Nas figuras seguintes apresentam-se algumas imagens das intervenções realizadas no sistema de ARD.



EEAR de S. João do Estoril – Instalação de Sistema DIP – Conclusão dos Trabalhos de Construção Civil



EEAR da Malveira – Realização de Benfeitorias





Parede – Rua Almeida Garret



Matarraque – Rua do Zambujal



EEAR da Malveira – Substituição do GE2



EE da Lota – Substituição da Comporta



EE da Lota – Substituição do GE1 e 2



EEAR da Malveira – Reparação do Compressor



EEAR do Lameiro – Substituição dos Grupos



EEAR da Quinta da Marinha – Substituição das Válvulas de Retenção



EEAR de Sta. Marta – substituição dos ventiladores



EEAR do Cabreiro – Substituição das válvulas de retenção



EEAR da Malveira – Substituição do Compressor



EEAR da Crismina – Substituição da UPS



EEAR da Conceição – Instalação de Sistema DIP –  
Conclusão dos Trabalhos de Construção Civil



EEAR da Conceição – Instalação do Sistema DIP



EEAR do Zambuieiro dos Barros – Substituição da vedação e do portão

### 5.3.2 Rede de Águas Pluviais

No segundo Aditamento ao Contrato de Concessão foi incluído, no âmbito da responsabilidade da empresa, um programa de manutenção do sistema de águas pluviais (Anexo XI, ponto 2.5), que engloba um conjunto de quantidades de trabalhos anuais predefinidas, cuja execução se apresenta na tabela seguinte:

Designação	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total Geral
Limpeza e desobstrução de coletores (km)	28,660	29,861	31,076	31,208	30,124	29,767	455,011
Inspeção de vídeo (km)	6,561	2,970	1,614		2,766	3,377	79,792
Levantamento de CV - Cadastro (Un.)	202	163	108	239	357	266	16.978
Limpeza de câmaras de visita e caixas de ramal (Un.)	285	33	61	310	120	375	2.407
Limpeza e desobstrução de ramais (Un.)	120	29	58	189	56	161	1.866
Manutenção Sarjetas e Sumidouros (exc limpeza) (Un.)	2	11	3	4	14	7	377
Reparação/renovação/substituição de ramais (Un.)	5	4	1				42
Substituição de tampas das câmaras de visita (Un.)	77	93	71	80	91	93	1.452

Nos termos do Contrato de Concessão, encontram-se previstas as seguintes equivalências aos trabalhos realizados.



	Levantamento de CV - Cadastro	Limpeza de câmaras de visita e caixas de ramal	Limpeza e desobstrução de ramais	Manutenção Sarjetas e Sumidouros (exc limpeza)	Reparação/renovação/substituição de ramais	Substituição de tampas das câmaras de visita	Inspeção de vídeo	Limpeza e desobstrução de coletores
	Un.	Un.	Un.	Un.	Un.	Un.	km	km
<b>Inspeção de vídeo</b>								
km								
Soma de Qtd Anexo XI							3,377	
Soma de Qtd Equiv.							3,377	
<b>Levantamento de CV - Cadastro</b>								
Soma de Qtd Anexo XI	266							
Soma de Qtd Equiv.	266							
<b>Limpeza de câmaras de visita e caixas de ramal</b>								
Soma de Qtd Anexo XI	14	120			2,41			
Soma de Qtd Equiv.	70	120			2,41			
<b>Limpeza e desobstrução de coletores</b>								
km								
Soma de Qtd Anexo XI	0,933			1,758	5,707	0,875	0,540	19,954
Soma de Qtd Equiv.	4.665			52,740	57,070	87,500	1,620	19,954
<b>Limpeza e desobstrução de ramais</b>								
Soma de Qtd Anexo XI			120		41			
Soma de Qtd Equiv.			120		0,41			
<b>Manutenção Sarjetas e Sumidouros (exc limpeza)</b>								
Soma de Qtd Anexo XI				7				
Soma de Qtd Equiv.				7				
<b>Substituição de tampas das câmaras de visita</b>								
Soma de Qtd Anexo XI						93		
Soma de Qtd Equiv.						93		

Aplicando a tabela de equivalências às quantidades executadas em 2025 obtém-se o resultado seguinte:

	2024								Execução Soma	Plano Soma
	1T		2T		3T		4T			
	Execução	Plano	Execução	Plano	Execução	Plano	Execução	Plano		
Inspeção de vídeo	1,45	1,25		1,25		1,25	1,93	1,25	3,38	5
Levantamento de CV - Cadastro	73	1250	26	1250	105	1250	62	1250	266	5000
Limpeza de câmaras de visita e caixas de ramal	10	30	6	30	53	30	306	30	375	120
Limpeza e desobstrução de coletores	0,9	5,0	0,3	5,0	2,6	5,0	26,0	5,0	29,8	20,0
Limpeza e desobstrução de ramais	6	30	2	30	29	30	124	30	161	120
Manutenção Sarjetas e Sumidouros (exc limpeza)	3	15	3	15		15	1	15	7	60
Reparação/renovação/substituição de ramais		15		15		15		15		60
Substituição de tampas das câmaras de visita	21	45	11	45	34	45	27	45	93	180

### 5.3.3 Gestão de Ativos

Em 2025 deu-se continuidade ao projeto de identificação dos equipamentos existentes nas instalações da AdC, com a colocação das etiquetas em mais três instalações: Reservatório de Parede Novo, Reservatório do Cobre e PER de Alcoitão. Este projeto terá continuidade em 2026, com a continuação da identificação dos equipamentos e a criação de um ficheiro para registo do estado de conservação dos diversos ativos. O referido ficheiro, atualizado continuamente, será o suporte à avaliação do sistema e à consequente tomada de decisão.

No âmbito do projeto colaborativo PENSA 3 (Programa para a sustentabilidade dos Serviços de águas e gestão eficiente de Ativos), no início de 2025 terminou o projeto de avaliação das condições dos ativos verticais para verificação/definição de prioridades de investimento.

Na sequência da avaliação efetuada, foi realizada a intervenção de beneficiação na EEAR da Conceição e na EEAR de S. João do Estoril. Depois da beneficiação ainda não foram efetuadas novas avaliações, mas prevê-se a realização das mesmas no decorrer do ano de 2026.

Durante a análise do relatório de auditoria energética das instalações, entrou em funcionamento o reservatório Superior e o terceiro adutor proveniente da zona mais elevada do concelho. Estas novas infraestruturas alteraram significativamente a dinâmica do abastecimento de água em determinadas zonas do Concelho. Essa mudança repercutiu-se em algumas instalações auditadas, que passaram a operar com novos padrões de funcionamento, o que implicou alterações nos caudais elevados e consumo energético. Assim, as premissas assumidas no relatório original sofreram alterações significativas, podendo surgir diferenças relevantes nos valores estimados de consumo, nas poupanças projetadas e nos prazos de retorno dos investimentos (pay-back) previamente definidos. Em 2026 será analisado o impacto destas alterações nos resultados, de forma a ajudar na tomada de decisão sobre os investimentos a realizar.

### 5.3.4 Energia

Na tabela seguinte regista-se a evolução dos indicadores de eficiência energéticas de instalações elevatórias e de utilização dos recursos energéticos de AA.

Designação	Unidades	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	dez/25	Variação 2025 / 2024	
Eficiência energética de instalações elevatórias (AA) - últ 12 meses	kWh/ m <sup>3</sup> /100 m	0,54	0,50	0,51	0,49	0,48	0,56	0,1	18%
Utilização dos recursos energéticos (AA) - últ 12 meses	kWh/1.000 m <sup>3</sup> (entrado)	123	133	129	129	130	84	-46	-35%

Quando comparamos o indicador de eficiência energética relativo a 2025 com o ano anterior, constatamos que houve um aumento na ordem de 18%. No indicador de utilização dos recursos energéticos registou-se, no mesmo período, uma redução de cerca de 35%. A utilização destes recursos está naturalmente associada à necessidade de bombagem para fazer face aos consumos de água.

Designação	Unidades	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	dez/25	Variação 2025 / 2024	
Utilização de Energia em horas de ponta para bombeamento (AA) - últ 12 meses	%	13,2	13,9	14,1	13,6	14,3	15,4	1,2	8%

Em 2025 verificou-se um aumento dos valores da energia utilizada em horas de ponta para bombeamento, face a 2024. Esta situação poderá ser resultado da alteração do padrão de consumo de água pelos nossos clientes e da produção de água, uma vez que as zonas abastecidas a partir de estações elevatórias encontram-se estabilizadas, designadamente das condições de abastecimento (pressão).

Com a entrada em exploração do Reservatório Superior e do terceiro adutor, verificou-se a necessidade de redefinir os critérios de operação de diversas estações elevatórias, designadamente Goulão, Booster do Goulão e Moinhos de Rana. Estas alterações encontram-se ainda em fase de análise e calibração, uma vez que representam uma mudança significativa no comportamento hidráulico das Zonas de Medição e Controlo (ZMC) e na capacidade de regulação dos reservatórios a que estes sistemas estão associados.



À semelhança do que foi realizado no sistema de distribuição de água foi, também desenvolvida uma base de dados de controlo mensal dos consumos para todas as instalações elevatórias de ARD. Note-se que, ao contrário do que acontece nas EEAA, a gestão das EEARD está pouco dependente da atividade da Empresa, uma vez que as necessidades de bombagem resultam do aumento dos caudais na rede os quais, como já referimos, muito dependem, das infiltrações de águas pluviais ou das condições climáticas.

Importa, por isso e nesta matéria, eliminar o máximo de infiltrações possível, evitando assim, bombagens, consumos e energia dispensáveis (ver ponto a seguir). De qualquer modo, estão a ser estudadas algumas medidas de identificação de grupos de bombagem com níveis de eficiência que justifiquem economicamente a sua remodelação.

Na tabela seguinte apresenta-se a evolução dos indicadores relacionados com a utilização dos recursos energéticos e de eficiência energética de instalações elevatórias, verificando-se uma ligeira redução no indicador “Utilização dos recursos energéticos”, mantendo-se a ordem de grandeza dos anos anteriores. Em termos globais, registou-se uma ligeira diminuição da eficiência energética, em 2025, face a 2024.

Designação	Unidades	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	dez/25	Variação 2025 / 2024	
Utilização dos recursos energéticos (AR) - últ 12 meses	kWh/1.000 m <sup>3</sup> (recolhido)	5,04	9,48	13,01	13,26	11,42	9,42	-2,0	-17%
Eficiência energética de instalações elevatórias (AR) - últ 12 meses	kWh/m <sup>3</sup> /100 m	0,58	0,60	0,71	0,82	0,87	0,80	-0,1	-8%

Para além das medidas já apresentadas, implementadas e em curso, nos processos de produção e distribuição de água e recolha de águas residuais, a melhoria do desempenho económico, nesta área, depende também da eficácia dos processos de compra. Com esta perceção, desde há vários anos, a compra do fornecimento de combustíveis e eletricidade, em Média Tensão (MT) e Baixa Tensão Especial (BTE), é realizada em conjunto com outras concessões e por via do acionista. No ano de 2025 verificou-se uma redução do custo médio de BTN, em cerca de 2%, e, na BTE e MT, um acréscimo de cerca de 10%, face a 2024, traduzindo a atualização dos preços da aquisição de energia nos mercados internacionais.

Designação	Unidades	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	dez/25	Variação 2025 / 2024	
Custo Médio da eletricidade - BTN - últ 12 meses	€/MWh	155	186	244	198	191	187	-4	-2%
Custo Médio da eletricidade - BTE e MT - últ 12 meses	€/MWh	125	135	247	167	156	171	15	10%

## 5.4 Plano de Investimentos

### 5.4.1 Planeamento Geral

Permitimo-nos, desde já, destacar as seguintes intervenções e projetos, pela sua relevância para o sistema concessionado:

- Conclusão da obra de remodelação de coletores da Parede, na Rua de Santa Teresinha e Rua Cidade de Braga;
- Conclusão da obra de remodelação dos coletores das Marianas, na Av. Amália Rodrigues e Rua Almeida Garret, para a melhoria das condições de escoamento de águas residuais na zona de Tires;
- Conclusão da obra de remodelação de coletores da Amoreira, no Bairro da Amoreira;
- Conclusão da empreitada de remodelação de coletores dos Mochos, em Murches;
- Início dos trabalhos de instalação de videovigilância na barragem do Rio da Mula e conseqüente ligação à telegestão AdC, prevendo-se a sua conclusão em janeiro de 2026.

A execução financeira total do Plano de Investimentos foi, no período de janeiro de 2009 a dezembro de 2025, de 78.131.951 € (a preços de junho de 2007), com a distribuição apresentada na tabela seguinte.

Valores em € (a preços de junho de 2007)

Obra	2000 a 2023	2024	2025	Total Geral
1 - RESERVATÓRIO DE MANIQUE	2.941.573	12.957	3.012	2.957.542
12+13 SISTEMA ELEVATÓRIO DO RESERVATÓRIO DO COBRE P/ O RESERVATÓRIO DE MURCHES	1.466.948	0	0	1.466.948
14 - AMPLIAÇÃO DO RESERVATÓRIO DE MURCHES (4.000 m3)	3.369.095	0	0	3.369.095
16 - CONDUITA ELEVATÓRIA DO RESERVATÓRIO DE MURCHES PARA JANES	1.012.855	0	0	1.012.855
19+20 - SISTEMA ELEVATÓRIO DO RESERVATÓRIO DE JANES PARA RESERVATÓRIO DA MALVEIRA DA SERRA	491.353	0	0	491.353
22 - REORDENAMENTO GERAL DAS REDES DA MALVEIRA DA SERRA, JANES E ABANO	1.072.591	0	0	1.072.591
27 - REMODELAÇÃO DA ETA DO RIO DA MULA	1.600.712	7.352	2.992	1.611.056
32 - AMPLIAÇÃO E REMODELAÇÃO DE CONDUTAS DISTRIBUIDORAS	6.101.459	386.285	254.534	6.742.277
4 - REORDENAMENTO GERAL DA REDE DO RESERVATÓRIO DE MANIQUE	2.089.516	125.827	0	2.215.342
44 - AMPLIAÇÃO/REMODELAÇÃO DE COLECTORES DE ÁGUAS RESIDUAIS	15.717.077	266.440	0	15.983.518
4A - BOOSTER DA ADROANA	38.770	0	0	38.770
56 - 3º ADUTOR	8.961.028	171.789	0	9.132.817
57 - RESERVATÓRIO SUPERIOR	2.343.512	17.025	0	2.360.537
59 - REORD. GERAL REDE RES. SUPERIOR e CARDOSAS (Obra 32 Contrato Quadro)	3.117.407	264.069	79.013	3.460.489
60 - REORD. GERAL da REDE do RESERVATÓRIO de BICESSE (Obra 32 Contrato Quadro)	105.776	0	0	105.776
62 - REORD. GERAL da REDE da ABUXARDA - 2ª FASE (Obra 32 Contrato Quadro)	78.335	0	92.443	170.778
64 - REORD. GERAL da REDE dos RESERVATÓRIOS do COBRE, PAMPILHEIRA, Q. MARINHA E CASCAIS (Obra 32 Contrato Quadro)	306.943	0	97.144	404.087
65 - REORD. GERAL da REDE RESERVATÓRIO de MURCHES (Obra 32 Contrato Quadro)	1.723.425	0	0	1.723.425
66 - AMPLIAÇÃO DO RESERVATÓRIO DE JANES	943.381	43.597	0	986.977
67 - AMPLIAÇÃO DO RESERVATÓRIO DE ALCOITÃO	2.069.448	0	0	2.069.448
68 - REORD. GERAL da REDE do RESERVATÓRIO de ALCOITÃO (Obra 32 Contrato Quadro)	438.035	0	0	438.035
69 - SISTEMA ELEVATÓRIO DO GOULÃO	459.664	0	0	459.664
70 - REORD. GERAL REDE do RESERVATÓRIO ALTO ESTORIL (Obra 32 Contrato Quadro)	209.832	0	0	209.832
72 - REORD. GERAL REDE do RESERVATÓRIO do MONTE ESTORIL (Obra 32 Contrato Quadro)	0	0	60.366	60.366
73 - REORDENAMENTO GERAL REDE RESERVATÓRIOS de PAU GORDO E GOULÃO (Obra 32 Contrato Quadro)	484.059	84.924	0	568.984
74 - REORD. GERAL REDE dos RESERVATÓRIOS OUTEIRO DE POLIMA e CAPARIDE (Obra 32 Contrato Quadro)	385.155	79.383	52.355	516.894
75 - REORD. GERAL REDE dos RESERV. MOINHOS DE RANA, PAREDE NOVO e SD de RANA (Obra 32 Contrato Quadro)	1.205.533	490.579	139.376	1.835.487
ACERTO RP OBRAS DIVERSAS (ANO ZERO MAIO2020 - EFEITO JAN2022)	0	261.691	364.641	626.332
OBRAS EM ARP PARA MELHORIA DO SISTEMA DE ARD	866.534	78.090	147.653	1.092.277
REDES DE COLETORES DO CABREIRO E PISÃO	634.652	0	0	634.652
REMODELAÇÃO DE COLETORES NA AV. MARGINAL - PAREDE	337.342	0	0	337.342
REMODELAÇÃO DO EMISSÁRIO DA RIBEIRA DOS MOCHOS	527.533	0	0	527.533
REMODELAÇÃO DE COLETORES DA AMOREIRA	87.971	952.365	1.783.629	2.823.965
REMODELAÇÃO DE COLETORES DA CASTELHANA	274.280	0	0	274.280
REMODELAÇÃO DE COLETORES DA PAREDE	1.363.085	337.391	89.284	1.789.760
REMODELAÇÃO DE COLETORES DAS MARIANAS	973.053	102.046	357.926	1.433.024
REMODELAÇÃO DE COLETORES DAS VINHAS	1.016.085	0	0	1.016.085
REMODELAÇÃO DE COLETORES DE BICESSE	1.538.060	0	0	1.538.060
REMODELAÇÃO DE COLETORES DE CAPARIDE	543.327	148.248	0	691.575
REMODELAÇÃO DE COLETORES DE CASCAIS	623.718	0	0	623.718
REMODELAÇÃO DE COLETORES DE SASSOEIROS	214.939	36.455	0	251.394
REMODELAÇÃO DE COLETORES DOS MOCHOS	53.549	457.659	1.083.379	1.594.586
REMODELAÇÃO DE EQUIPAMENTO NAS ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE AREIA ZAMBUJEIRO E CRISMINA	261.948	0	0	261.948
REMODELAÇÃO DO SISTEMA ELEVATÓRIO DA CHARNECA	429.039	0	0	429.039
REMODELAÇÃO DO SISTEMA ELEVATÓRIO DA PRAIA DA PAREDE	37.230	0	0	37.230
REMODELAÇÃO DO SISTEMA ELEVATÓRIO DA SANTA MARTA	221.305	0	0	221.305
SANEAMENTO DE ALMOINHAS VELHAS	462.902	0	0	462.902
<b>Total Geral</b>	<b>69.200.033</b>	<b>4.324.172</b>	<b>4.607.746</b>	<b>78.131.951</b>

Os Programas Anuais de Investimentos são elaborados tendo em conta o Plano de Investimentos Revisto (Anexo IX) no âmbito do reequilíbrio da concessão. Os desvios face ao previsto nesse Plano de Investimentos podem ser observados na tabela a seguir.



Valores em € (a preços de junho de 2007)

Obra	2024		2025		Delta PI-Exec PI-XV - Total
	EXECUTADO	PI-XV	EXECUTADO	PI-XV	
1 - RESERVATÓRIO DE MANIQUE	12.957	16.441	3.012		-472
27 - REMODELAÇÃO DA ETA DO RIO DA MULA		18.629	2.992		-15.637
32 - AMPLIAÇÃO E REMODELAÇÃO DE CONDUTAS DISTRIBUIDORAS	23.752	21.274	254.534	164.314	92.697
4 - REORDENAMENTO GERAL DA REDE DO RESERVATÓRIO DE MANIQUE			0		0
44 - AMPLIAÇÃO/REMODELAÇÃO DE COLECTORES DE ÁGUAS RESIDUAIS	52.499	63.935	0	314.108	-325.545
56 - 3º ADUTOR	42.368	43.737	0		-1.369
57 - RESERVATÓRIO SUPERIOR	17.025	17.297	0		-272
59 - REORD. GERAL REDE RES. SUPERIOR e CARDOSAS (Obra 32 Contrato Quadro)			79.013	67.898	11.114
62 - REORD. GERAL da REDE da ABUXARDA - 2ª FASE (Obra 32 Contrato Quadro)			92.443	61.278	31.165
64 - REORD. GERAL da REDE dos RESERVATÓRIOS do COBRE, PAMPILHEIRA, Q. MARINHA E CASCAIS (Obra 32 Contrato Quadro)			97.144		97.144
66 - AMPLIAÇÃO DO RESERVATÓRIO DE JANES	29.526	76.110			-46.583
72 - REORD. GERAL REDE do RESERVATÓRIO do MONTE ESTORIL (Obra 32 Contrato Quadro)			60.366	50.075	10.291
73 - REORDENAMENTO GERAL REDE RESERVATÓRIOS de PAU GORDO E GOULÃO (Obra 32 Contrato Quadro)	51.068	63.784	0		-12.715
74 - REORD. GERAL REDE dos RESERVATÓRIOS OUTEIRO DE POLIMA e CAPARIDE (Obra 32 Contrato Quadro)			52.355	54.828	-2.473
75 - REORD. GERAL REDE dos RESERV. MOINHOS DE RANA, PAREDE NOVO e SD de RANA (Obra 32 Contrato Quadro)	183.731	229.897	139.376	102.527	-9.317
ACERTO RP OBRAS DIVERSAS (ANO ZERO MAIO2020 - EFEITO JAN2022)	261.691	204.416	364.641		421.916
OBRAS EM ARP PARA MELHORIA DO SISTEMA DE ARD	34.651	113.834	147.653	126.691	-58.220
REMODELAÇÃO DE COLETORES DA AMOREIRA	952.365	980.773	1.783.629	1.634.622	120.599
REMODELAÇÃO DE COLETORES DA CASTELHANA				35.619	-35.619
REMODELAÇÃO DE COLETORES DA PAREDE	236.721	322.380	89.284		3.625
REMODELAÇÃO DE COLETORES DAS MARIANAS	102.046	157.742	357.926	315.484	-13.254
REMODELAÇÃO DE COLETORES DAS VINHAS		532.668		887.779	-1.420.447
REMODELAÇÃO DE COLETORES DE CAPARIDE	142.121	160.395	0		-18.274
REMODELAÇÃO DE COLETORES DOS MOCHOS	457.659	362.069	1.083.379	603.449	575.519
<b>Total Geral</b>	<b>2.600.180</b>	<b>3.385.380</b>	<b>4.607.746</b>	<b>4.418.672</b>	<b>-596.126</b>

#### 5.4.2 Intervenções em curso e planeadas

Nos pontos seguintes apresenta-se a situação das obras mais relevantes do Plano de Investimentos.

##### Obra 1 – Reservatório de Manique

A obra de construção do Reservatório de Manique foi consignada em outubro de 2019, iniciando-se de imediato os trabalhos, que se encontram concluídos desde dezembro de 2021. Após a definição pela CM Cascais quanto à titularidade do acesso ao reservatório e definição do limite da propriedade, puderam ser realizados os trabalhos para a execução do ramal abastecimento de energia elétrica a esta infraestrutura, e instalação, no limite de propriedade deste reservatório, de um novo portão de acesso e de um murete técnico, bem como fornecer e instalar cabos de energia entre este novo murete e o reservatório. Estes trabalhos foram iniciados em outubro de 2024, e encontram-se finalizados desde fevereiro de 2025.

##### Obra 27 – Remodelação da ETA do Rio da Mula

Os “Estudos e projetos para a Segurança da Barragem do Rio da Mula” foram realizados em 2016, com o objetivo de adequar a barragem do Rio da Mula aos padrões de qualidade e segurança exigidos no Regulamento de segurança de Barragens (RSB), publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 344/2007, de 15 de outubro. Estes estudos incluem o projeto de licenciamento da intervenção de melhoria da segurança da barragem do Rio da Mula, que foi remetido à APA em julho de 2016, para emissão de parecer, o que não veio a suceder.

Tendo sido, entretanto, publicado o Decreto-Lei n.º 21/2018, de 28 de março, que procede à primeira alteração ao Regulamento de Segurança de Barragens, verificou-se a alteração da classificação da barragem de classe 1 para classe 2, bem como a consequente necessidade de adequar o referido projeto, realizando as seguintes alterações:

- Reformulação da proposta de classificação da barragem face à regulamentação atual;
- Reavaliação da cheia de verificação do descarregador de cheias considerando um fator de majoração de 1,2 aplicado ao caudal de cheia de projeto, de acordo com a classe da barragem;
- Estudo hidráulico conducente à verificação do funcionamento do descarregador de cheias face à nova cheia de verificação;
- Substituição do Plano de Emergência Interno por procedimentos de emergência simplificados, uma vez que a barragem se incluirá na Classe II;
- Revisão do Plano de Observação em função das novas diretivas regulamentares;
- Revisão do Projeto de Execução datado de 2016 para atender às alterações acima referidas.

O referido projeto de alterações foi elaborado no primeiro trimestre de 2019, tendo sido enviado em abril de 2019 à APA para análise e parecer. Em 12 de abril de 2020, a APA aprovou a reclassificação da Barragem do Rio da Mula para classe 2 e as medidas simplificadas de emergência propostas. Estes documentos foram enviados à Proteção Civil de Cascais e ICNF.

Na sequência da reclassificação da barragem, foi adjudicado o estudo de delimitação do perímetro de proteção da captação de águas superficiais da Barragem do Rio da Mula, com vista à formalização do contrato de concessão desta captação / albufeira, entre a APA e a CMC, estudo que se encontra concluído, tendo sido enviado à APA em 23 de julho de 2020. Em 27 de agosto de 2020, o mesmo estudo obteve o parecer favorável por parte do ICNF, sendo que a AdC se comprometeu a ter em consideração as condicionantes referidas por esta Entidade no mencionado parecer, aquando da execução da obra, uma vez que as mesmas não implicam alteração do projeto enviado. Em 7 de maio de 2021, na sequência de reunião realizada na barragem do Rio da Mula, com representantes da CM Cascais, Proteção Civil, AdC e LNEC, foi enviado ao LNEC o projeto de execução da barragem, para compatibilização de alertas com a proteção civil.

Em 20 de dezembro de 2021, na sequência de reunião realizada com a Proteção Civil, e de acordo com informação prestada pela APA, fomos informados que face à reclassificação da barragem para classe 2, o processo em apreço não carece de parecer da Proteção Civil, pelo que o processo de licenciamento se encontra concluído. Nestas condições, no primeiro semestre de 2024, foram desenvolvidos os procedimentos necessários para a realização dos trabalhos contemplados no projeto de execução. A obra teve início em julho de 2022, tendo ficado concluída em janeiro de 2025.

Face à reclassificação da barragem como classe 2, solicitou-se à APA dispensa do Posto de Observação e Controle (POC), tendo a referida dispensa sido aprovada por esta entidade. Desta forma e encontrando-se reunidas as condições para dar continuidade ao licenciamento da captação da barragem do Rio da Mula, foi feita nova insistência sobre o assunto junto da APA, aguardando-se resposta.

Em 13 de fevereiro de 2025, foi realizada vistoria à obra em apreço com representantes da CCDR LVT, APA e AdC. A APA apresentou o respetivo relatório da vistoria, verificando-se a não existência de desconformidades relativamente ao projeto de execução. Aguarda-se relatório da CCDR LVT com vista à conclusão do licenciamento da captação da barragem do rio da Mula.

Foi realizada reunião com a Proteção Civil para a atribuição de responsabilidades a cada entidade envolvida, de acordo com o previsto na legislação vigente e no projeto de procedimentos simplificados de emergência associado à barragem do rio da Mula.





### Obra 32 – Ampliação e Remodelação de Conduções Distribuidoras

Durante o ano de 2025 foram realizadas ou tiveram início as seguintes obras:

- Av. Suíça – Estoril (obra 498) – esta empreitada foi iniciada em outubro e finalizada em dezembro de 2025;
- Praceta José da Silva Rola – S. Domingos de Rana (obra 838) – os trabalhos iniciaram-se a setembro de 2025, tendo ficado concluídos em dezembro de 2025;
- Rua 1.º de Maio – São Domingos de Rana (obra 1590) – Obra iniciada em abril e concluída em dezembro de 2025;
- Rua 1.º de Maio – São Domingos de Rana (obra 1590) – Adicional - Obra iniciada em abril e concluída em dezembro de 2025.

As fotografias seguintes ilustram alguns dos trabalhos realizados.





**Obra 59 – Reordenamento Geral da Rede dos Reservatórios Superior e das Cardosas**

No âmbito do reordenamento de redes de abastecimento na área de influência do reservatório Superior e do reservatório das Cardosas, durante o ano de 2025 foi iniciada a obra na Estrada Mata da Torre – Mata da Torre (Obra 103), tendo sido dada como concluída em setembro de 2025.



**Obra 62 – Reordenamento Geral da Rede da Abuxarda – 2ª Fase**

A obra na Rua de São Tomé – Cascais (Obra 1170) teve início em setembro e foi concluída em dezembro de 2025.





### Obra 64 – Reordenamento Geral da Rede dos Reservatórios do Cobre, Pampilheira, Quinta da Marinha e Cascais

Durante o ano de 2025 foi executada a obra na Estrada do Guincho – Forte de Oitavos – Cascais. Apresentam-se em seguida fotografias dos trabalhos realizados.



### Obra 72 – Reordenamento Geral da Rede do Monte Estoril

Os trabalhos considerados na obra na Rua do Viveiro – Estoril (Obra 357) foram iniciados no mês de outubro de 2025, estando em fase de conclusão. Apresentam-se em seguida fotografias dos trabalhos realizados.





#### Obra 74 – Reordenamento geral da rede dos reservatórios de Outeiro de Polima e Caparide

No sentido de efetuar o reordenamento de redes de abastecimento nas áreas de influência dos reservatórios de Outeiro de Polima e Caparide, foi iniciada no mês de outubro de 2025, a obra na Rua Belo Redondo, Parede (obra 1637), que se encontra em curso.



#### Obra 75 – Reordenamento geral da rede dos reservatórios de Moinhos de Rana, Parede Novo e SD de Rana

Durante o ano de 2025 foram concluídas as seguintes obras:

- Bairro Escola Técnica – Parede (obra 1654) – obra iniciada em setembro de 2024 e finalizada em fevereiro de 2025;
- Pct. Dr. Artur Azevedo Rua – Parede (obra 85) – obra iniciada a janeiro de 2025 e concluída em março de 2025;



– Rua Machado dos Santos – Parede – obra iniciada em fevereiro de 2025 e concluída em abril de 2025.

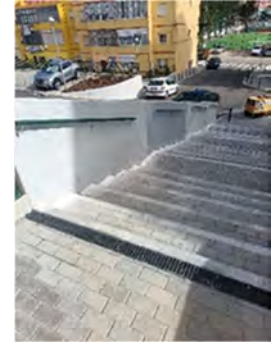


### Remodelação de Coletores da Amoreira

A CMC instruiu a AdC no sentido de executar, no âmbito do Plano de Investimentos da concessão, um conjunto de trabalhos técnicos relacionados com as redes subterrâneas de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de drenagem de águas pluviais, bem como as intervenções necessárias para a modernização e revitalização dos espaços exteriores, garantindo que todas as infraestruturas sejam atualizadas e integradas no novo cenário urbanístico.

Face à abrangência da intervenção preconizada, a obra será realizada em 2 obras, sendo esta divisão justificada por uma série de fatores práticos e estratégicos, que visam otimizar a execução dos trabalhos e minimizar os impactos para a população e os serviços locais. O faseamento definido irá permitir uma gestão mais eficiente dos recursos, assegurando que as intervenções sejam feitas com maior precisão e garantindo que a obra possa avançar sem comprometer a qualidade de vida dos moradores durante o processo. A primeira fase da obra teve início em outubro de 2024 e foi concluída em setembro de 2025.





### Remodelação do Emissário da Ribeira dos Mochos

A AdC entende que as redes executadas no âmbito da obra de remodelação do emissário dos Mochos são componentes de um sistema em alta e, por isso, devem ser transferidas para a Águas do Tejo Atlântico. Esta questão (limites dos sistemas) foi já amplamente debatida entre as três entidades (CMC, AdTA e AdC). No sentido de dar continuidade e concluir o processo de limites do sistema, foram realizadas reuniões de trabalho, tendo-se desenvolvido uma proposta consensual para a qual se aguarda a aprovação formal por parte daquelas entidades. Na sequência do referido acordo, foram executados os trabalhos de reformulação do emissário da ribeira dos mochos que, depois de reabilitado, deverá ser transferido para o sistema em alta.

Em dezembro de 2015, ficaram concluídos os trabalhos de implantação de infraestruturas e, no ano de 2016, finalizados os trabalhos de reposição de pavimentos e sinalização. Foram enviadas cartas, primeiro à ALVT e posteriormente à AdTA, no sentido de se formalizarem as respetivas permutas de infraestruturas entre os sistemas em baixa e em alta, o que até à presente data não aconteceu.

### Remodelação de Coletores da Parede

Tendo em vista a remodelação das redes de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais na zona da Rua de Santa Teresinha e Rua Cidade de Braga, na Parede, e no sentido de se encontrar a solução técnica mais adequada, foram realizadas diversas reuniões com a CMC, tendo ficado definido:

- A AdC, no âmbito da obra de remodelação de coletores de ARD, iria proceder à remodelação dos coletores de AP, bem como da rede AA;
- Foi solicitado pela CMC um aumento do diâmetro dos coletores de AP, de 500mm para 800mm;
- A CMC irá promover o projeto para o prolongamento do coletor de AP, através da Av. <sup>a</sup> da República até onde se verifique viável a ligação ao coletor existente;

Esta obra teve início em maio de 2024 e encontra-se concluída desde fevereiro de 2025.

No decurso do ano de 2025, foram também iniciadas as seguintes obras:

- Av. Adelino Amaro da Costa – ARD Condomínio – Murtal – início a novembro de 2025 e encontra-se em curso;
- Av. da República – Parede – iniciada em dezembro de 2025 e previsão de conclusão em setembro de 2026.

Apresentam-se em seguida fotografias dos trabalhos realizados.





### Remodelação de coletores das Marianas

Tendo em vista a remodelação dos coletores de ARD na zona em apreço, verificou-se a necessidade de intervencionar os coletores na Av. Amália Rodrigues, Rua Almada Negreiros e Rua Almeida Garrett, de forma a garantir as adequadas do escoamento das águas residuais nesta zona, sobretudo em épocas de grande pluviosidade. A obra teve início em novembro de 2024 e foi dada como concluída em outubro de 2025.

No mês de dezembro de 2025, foi iniciada a obra da Av. Dr. Manuel de Arriaga – CC Carcavelos, que visa corrigir as más condições de salubridade causadas por esses coletores no edifício do Centro Comercial de Carcavelos, sobretudo em épocas de grande pluviosidade. Esta obra encontra-se em curso.





### Remodelação de coletores dos Mochos

A CMC instruiu a AdC no sentido de realizar, no âmbito do Plano de Investimentos da concessão, as intervenções necessárias nas redes de abastecimento de água, drenagem de águas residuais e de águas pluviais, bem como as intervenções de melhoria das acessibilidades à localidade de Murches e nas restantes infraestruturas de eletricidade, gás e telecomunicações.

Neste âmbito, com o objetivo de melhorar as acessibilidades à localidade de Murches, a CMC desenvolveu o projeto para a construção de uma rotunda na zona do cruzamento da Estrada Malveira da Serra com a Rua Luis de Camões, como parte de um plano estratégico para otimizar a mobilidade urbana, aumentar a segurança rodoviária e proporcionar benefícios diretos à qualidade de vida da população. A obra teve o seu início a outubro de 2024 e foi dada como concluída em outubro de 2025.





### Obras em ARP para melhoria do Sistema de ARD

Em novembro de 2024, foi iniciada a obra da Av. Amália Rodrigues, em Tires, estando concluída desde outubro de 2025.





### 5.4.3 Planeamento e Projeto

As atividades de planeamento e projeto são, naturalmente, essenciais para o sucesso das obras a realizar no âmbito do Plano de Investimentos. Neste contexto, são estruturantes os Planos Gerais de Abastecimento de Água (PGAA) e Drenagem de Águas Residuais Domésticas (PGDAR), pois servem de orientação ao desenvolvimento dos projetos de execução.

No ano de 2025, foram iniciados ou tiveram continuidade, os seguintes Estudos e Projetos:

- Obra 1 – Reservatório de Manique;
- Obra 27 – Remodelação da ETA do Rio da Mula;
- Obra 32 – Remodelação da rede de água;
- Obra 59 – Reordenamento Geral da Rede dos Reservatórios Superior e das Cardosas;
- Obra 64 – Reordenamento geral dos Reservatórios do Cobre, Pampilheira, Quinta da Marinha e Cascais;
- Obra 72 – Reordenamento geral do Reservatório do Monte Estoril;
- Obra 74 - Reordenamento geral dos Reservatórios Outeiro de Polima e Caparide;
- Obra 75 - Reordenamento geral da rede dos reservatórios de Moinhos de Rana, Parede Novo e SD de Rana;
- Remodelação dos Coletores da Amoreira;
- Remodelação dos Coletores da Parede;
- Remodelação dos Coletores das Marianas;
- Remodelação dos Coletores dos Mochos;
- Obras de ARP para melhoria do sistema de ARD.

## 5.5 Atividade Comercial

### 5.5.1 Faturação

Considerando os últimos dados de população disponibilizados pelo INE, verificou-se uma tendência, no triénio 2014/2016, para uma redução das capitações, em paralelo com a redução do volume de água faturada. A partir de 2019, constata-se uma recuperação nas Captações Domésticas (consumos domésticos por habitante), sendo o valor de 2021 o mais elevado dos últimos 5 anos. Em 2022, no rescaldo da pandemia e dos sucessivos períodos de isolamento social, registou-se uma redução das capitações domésticas, cujo valor retomou, em 2023, números semelhantes aos registados em 2020 e 2021, situação que continua a verificar-se em 2025.



Capitações Domésticas – Consumos Domésticos per capita - últ 12 meses



Água Faturada - últ 12 meses



Conforme se pode ver na tabela seguinte, nos últimos 12 meses, verificou-se um aumento de cerca de 5% da tarifa média de abastecimento de água.

Designação	Unidades	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	dez/25	Variação 2025 / 2024
Tarifa Média de Consumo de AA - Acumulado Ano	€/m3	0,89	0,91	0,93	1,06	1,13	1,19	0,1 5%

Mantém-se em vigor o protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Cascais e a Águas de Cascais, que estabelece os termos do Apoio às Famílias Carentiadas e às Famílias Numerosas, revisto em 2012 para reajustar a sua aplicação, alargando o âmbito do mesmo no que se refere às famílias carentiadas e limitando o volume abrangido no caso das famílias numerosas.

No âmbito das medidas de resposta à pandemia da doença COVID-19, a Câmara Municipal de Cascais estabeleceu que todo o consumo respeitante ao tarifário das famílias numerosas será faturado ao valor correspondente ao 1.º escalão, com entrada em vigor em 1 de abril de 2020 e que se mantém. Em 2025 a aplicação deste Protocolo representou um benefício total de 770.291 € para os cerca de 4.587 clientes abrangidos. Na tabela seguinte apresenta-se o número de beneficiários ativos por ano de adesão e tipologia, registando-se um crescimento no número de beneficiários médio anual, quer no que se refere às famílias carentiadas, quer às famílias numerosas.

Ano de Adesão	Famílias Carentiadas	Famílias Numerosas
2010	32	41
2011	29	32
2012	38	23
2013	86	27
2014	115	18
2015	247	30
2016	174	9
2017	378	45
2018	417	66
2022	376	55
2023	370	59
2024	410	21
2025	346	30
<b>Acumulado</b>	<b>3.981</b>	<b>606</b>
<b>Volume Faturado 2025 (m³)</b>	<b>400.690</b>	<b>158.169</b>
<b>Valor do Benefício 2025 (€)</b>	<b>403.999</b>	<b>83.498</b>

De salientar os resultados alcançados com a promoção da fatura eletrónica, registando-se um aumento de 3% relativamente a 2024, mantendo-se a tendência de crescimento verificada nos últimos anos. No entanto, nesse mesmo período verificou-se uma redução da ordem de 2% na taxa de adesão à fatura bimestral, mantendo-se a tendência de redução.

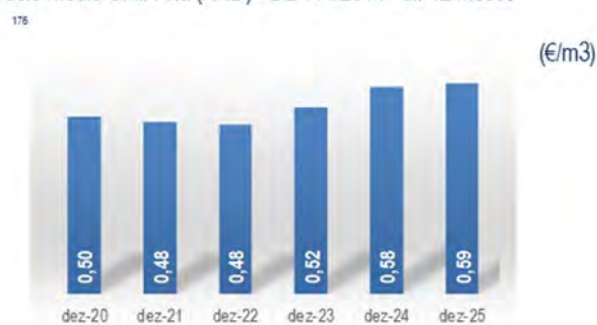
Designação	Unidades	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	dez/25	Variação 2025 / 2024	
Taxa de Adesão à Fatura Eletrónica	%	49,1	51,2	57,5	58,8	60,7	62,4	1,7	3%
Taxa de Adesão à Fatura Bimestral	%	24,6	24,6	24,2	23,9	23,8	23,4	-0,4	-2%

Nas figuras abaixo apresenta-se a evolução dos custos dos serviços em alta, verificando-se que, no ano de 2025, se registaram os valores mais elevados dos últimos 6 anos relativamente a esses custos.

Custo Médio Unit. Alta (AA) - DL 114/2014 - últ 12 meses



Custo Médio Unit. Alta (ARD) - DL 114/2014 - últ 12 meses



## 5.5.2 Dívida de Clientes

No quadro abaixo pode ver-se a evolução do peso da dívida de clientes com mais de 180 dias, registando-se uma ligeira redução no final do ano de 2025, face a 2024.

Designação	Unidades	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	dez/25	Variação 2025 / 2024	
Peso da Dívida de Clientes com mais de 180 dias	%	53,3	53,0	57,5	54,4	52,6	52,2	-0,4	-1%

Verifica-se um ligeiro aumento no número de avisos de interrupção de fornecimento enviados, face a 2024, bem como um aumento de 5% na Taxa de Suspensões efetivadas e uma redução de 8% na Cobrança após Suspensão. Em termos operacionais, deu-se continuidade às ações de fiscalização, bem como a ações preventivas à execução de ilícitos, como sejam formas de tamponamento cuja violação é mais difícil de executar, e à colocação de contador em novas construções, para evidenciar eventuais consumos sem contrato ativo.

Designação	Unidades	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	dez/25	Variação 2025 / 2024	
Avisos de Interrupção do Fornecimento - últ 12 meses	#	116.822	105.122	107.604	107.135	105.932	106.704	772	1%
Taxa de Emissão de Ordens de Interrup - Acumulado Ano	%	29,8	28,2	25,1	25,7	25,7	25,0	-0,7	-3%
Taxa de Suspensões efetivadas - Acum. Ano	%	17,4	8,9	22,6	21,5	21,7	22,8	1,1	5%
Cobrança após Suspensão do Fornecimento - Acum. Ano	%	81,0	90,3	94,2	85,6	97,8	90,1	-7,7	-8%

O processo de cobrança pela via Judicial encontra-se estabilizado e adequado à alteração ao regulamento das custas judiciais, de 2011, que veio implicar um acréscimo muito significativo nas taxas de justiça. No ano de 2025 foram patrocinados 10.256



processos judiciais, nos quais em 38,8% foi obtida força executiva. Houve cobrança ou acordo de pagamento em 29,8% dos processos.

Designação	Unidades	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	dez/25	Variação 2025 / 2024	
Injunções Intentadas	#	8.808	9.177	9.414	9.679	9.930	10.256	326,0	3%
Injunções Cobradas	%	31,6	31,3	30,9	30,5	30,3	29,8	-0,4	-1%
Injunções com Força Executiva	%	35,1	35,6	36,3	37,4	38,2	38,8	0,6	2%

### 5.5.3 Serviço ao Cliente

#### 5.5.3.1 Atendimento ao Cliente

Ao longo da última década temos vindo a investir recursos substanciais em sistemas de atendimento ao cliente. No entanto, um Serviço ao cliente eficaz e eficiente assenta, não apenas na aquisição de *software* específico, mas também na constante modernização e atualização dos próprios processos de negócio que asseguram a agilização da comunicação com o cliente.

Neste sentido, a procura de boas práticas que possam contribuir para a melhoria dos processos tem sido um dos principais focos da gestão. Por este motivo, a Águas de Cascais continuou a realizar uma série de ações no sentido de melhorar a qualidade do serviço prestado ao cliente, através da promoção e divulgação dos canais de contacto e serviços eletrónicos, bem como através da revisão/melhoramento dos próprios processos comerciais de atendimento telefónico e presencial. Nesta estratégia de desmaterialização da comunicação com os clientes assume natural destaque a Área do Cliente (disponível na *internet* e numa aplicação gratuita para *smartphones*), onde os clientes podem realizar um conjunto de consultas e informações relacionadas com a gestão contratual, e a Fatura Eletrónica.

Tendo presente a Orientação para o Cliente como um dos valores da Empresa, considera-se fundamental que o atendimento aos clientes seja rápido e eficaz. Por esse motivo, a melhoria nesta área consta da estratégia atual da empresa, tendo sido implementadas várias otimizações ao nível do *backoffice* - nomeadamente dando maior destaque no website à apresentação da informação das falhas de abastecimento, no sentido de reduzir o número de atendimentos necessários, quer nas lojas, quer através do *call center*.

A consolidação da implementação de uma nova plataforma de gestão de contactos dos Clientes, nomeadamente de e-mail e telefónicos, permitiu a centralização dos mesmos e algumas melhorias funcionais como a integração automática das leituras comunicadas pelos Clientes no Sistema de Informação de Gestão de Clientes. Com esta implementação, a linha de Apoio ao Cliente passou a disponibilizar um menu eletrónico com várias opções devidamente categorizadas, duas das quais respeitam à comunicação automática de leituras e à obtenção de informação sobre falhas de abastecimento, que substituem o anterior número que era disponibilizado exclusivamente para o efeito.

Destaca-se ainda a implementação de uma fila de atendimento prioritário nos quiosques de ambas as lojas e, ainda, do atendimento de Ramais e Loteamentos, que passou a realizar-se, também, na loja de Carcavelos, alargando ao Cliente as opções neste tipo de atendimento.

Em 2025 verificou-se uma redução da taxa de atendimento telefónico em 3% e a manutenção do tempo médio de espera no atendimento presencial, em cerca de 4 minutos. O *Webchat* tem-se revelado uma forma de comunicação rápida e um importante meio de comunicação e orientação ao Cliente. Esta plataforma contou, em 2025, com 3.616 chats respondidos o que resulta numa média mensal de 301 respostas.

Confirma-se a mais-valia no alargamento do número de situações para as quais é possível a criação e disponibilização de referência multibanco quando solicitado pelos nossos Clientes, situação que reduz, igualmente, a necessidade de visita às nossas lojas.



A aplicação Próximo permite aos nossos Clientes acompanhar, em tempo real, a evolução das filas nas nossas Lojas, bem como retirar a sua senha virtual, permitindo-lhes assim, programar as suas visitas para períodos de pouca afluência e reduzir o tempo de espera na loja.

Foi realizado um aperfeiçoamento na homepage do nosso site, tendo em vista facilitar a identificação das situações de interrupção do abastecimento resultantes de obras ou outras situações imprevistas, evitando o contacto para obtenção da respetiva informação, e alerta para outras mensagens relevantes, como a possibilidade de pagamento de faturas, cómoda e segura, através do MB WAY,

A aplicação myAQUA permite ao Cliente consultar e gerir os seus dados, consultar as suas faturas, pagamentos, comunicar as suas leituras e receber alertas, de acordo com as suas preferências, de forma rápida e 24 horas por dia. Esta aplicação contou, em 2025, com um total de 44.402 acessos, realizados por 30.185 entidades distintas.

A Área do Cliente tem mantido, nos últimos anos uma taxa de adesão sem grandes oscilações. A Águas de Cascais continua a considerar como linha estratégica de gestão a promoção da adesão à loja digital, onde o cliente pode tratar de diversos assuntos com autonomia e sem necessidade de se deslocar às lojas de atendimento presencial ou, inclusive, contactar telefonicamente a linha de apoio ao cliente.



### 5.5.3.2 Tratamento de Reclamações

Como se tem vindo a verificar, neste e noutros setores de *utilities*, a grande maioria das reclamações está relacionada com os processos comerciais de faturação, cobrança e atendimento, situação comum no setor. Na figura seguinte apresenta-se a variação do número de reclamações total, verificando-se um ligeiro aumento em 2025 comparativamente com o ano anterior.



Total de Reclamações recebidas - últ. 12 meses



Na tabela seguinte apresenta-se, com maior detalhe, a tipologia das reclamações recebidas.

Designação	Unidades	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	dez/25	Variação 2025 / 2024
Reclamações de Pressão - últ. 12 meses	#/1.000 ramais	0,23	0,31	0,14	0,23	0,23	0,29	0,1 29%
Reclamações de Qualidade da Água - últ. 12 meses	#/1.000 ramais	0,07	0,13	0,11	0,09	0,32	0,25	-0,1 -22%
Reclamações de Falha no Abastecimento - últ. 12 meses	#/1.000 ramais	1,79	2,32	1,88	2,71	1,80	1,48	-0,3 -18%
Reclamações de Recolha de AR - últ. 12 meses	#/1.000 ramais	0,35	0,35	0,32	0,09	0,23	0,40	0,2 73%
Reclamações relativas ao Atendimento - últ. 12 meses	#/1.000 Clientes	2,34	1,67	2,19	2,01	2,09	1,85	-0,2 -11%
Reclamações relativas à Faturação - últ. 12 meses	#/1.000 Clientes	1,66	1,49	1,15	0,90	1,16	1,46	0,3 26%
Reclamações relativas à Cobrança - últ. 12 meses	#/1.000 Clientes	2,35	0,91	1,27	1,25	1,24	1,42	0,2 15%
Reclamações relativas a Obras - últ. 12 meses	#/1.000 Clientes	0,10	0,03	0,07	0,20	0,12	0,07	0,0 -36%
Reclamações de Obras Particulares - últ. 12 meses	#	3	4	2	3	3	3	0 0%
Reclamações de Resp. Social (SA8000)- últ. 12 meses	#	0	0	0	0	0	0	0

Verifica-se, em 2025, um ligeiro aumento do número de reclamações comparativamente com o ano anterior. O maior número de reclamações volta a incidir nas relacionadas com atendimento, cobrança e faturação.

Relativamente às reclamações relacionadas com atendimento verifica-se um aumento comparativamente com as registadas em 2024. Pese embora a consolidação de estratégias e ações que decorrem da redução de contactos presenciais encontram-se incluídas nesta tipologia situações classificadas como *Contacto com o Cliente – Serviço* que estão relacionadas com interrupções do abastecimento e outros serviços.

No que concerne às reclamações relacionadas com a cobrança, que regista uma redução de 11% face a igual período de 2024, salienta-se a implementação do envio de SMS e e-mail aos clientes com dados relativos aos respetivos Avisos de Corte, a disponibilização do canal de pagamento de faturas no parceiro CTT, a disponibilização de possibilidade de pagamento de Avisos de Corte/Pagamento no Multibanco, que acresce à possibilidade de pagamento nos agentes Payshop, a conclusão do processo de distribuição de Avisos de Corte pela PGM e melhoria do processo de criação de referências multibanco imediatas. No ano de 2025 foi também alterado o fornecedor dos Avisos de Corte certificados, por e-mail, que mantém a disponibilização do respetivo comprovativo de receção.

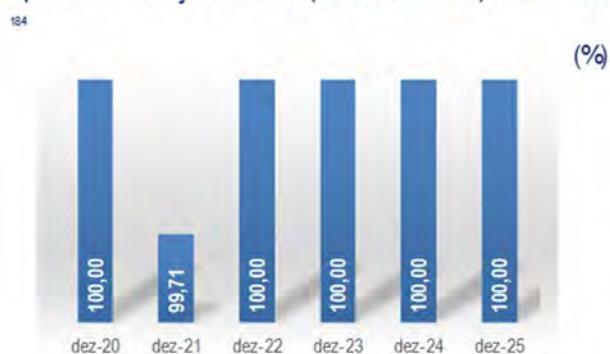
No que respeita às reclamações relacionadas com a faturação verifica-se, em 2025, um aumento comparativamente a 2024, sendo que 74% do total destas reclamações não tem fundamento.

Considerando essencial que a resposta às reclamações recebidas seja rápida e eficaz, é possível verificar que a percentagem de reclamações de AA e de AR respondidas dentro do prazo legal atingiu 100% no ano de 2025.

Designação	Unidades	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	dez/25	Variação 2025 / 2024	
Resposta a reclamações escritas (AA) - Acum. Ano	%	100,0	99,8	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0	0%
Resposta a reclamações escritas (AR) - Acum. Ano	%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0	0%

Apesar do prazo legal para resposta a reclamações ser de 22 dias úteis (ou 15 dias úteis, se forem apresentadas no livro de reclamações), mantendo-se o foco na melhoria da comunicação com o cliente, mantemos um objetivo mais ambicioso, no sentido de se concluírem as respostas às reclamações em apenas 10 dias úteis. As ações implementadas nesta área permitiram, não só responder à totalidade das reclamações dentro do prazo legal, como assegurar igualmente uma resposta em 10 dias úteis, à totalidade das reclamações no ano de 2025.

Resposta a reclamações escritas (Geral-Prazo AdC) - Acum. Ano



The image features a light blue background with several organic, flowing shapes in shades of grey, orange, and brown. Two stylized leaf outlines in a light beige color are positioned diagonally across the center. In the top left corner, there are three orange circles of varying sizes. In the bottom left corner, there is a white outline of a rounded, abstract shape.

**RECURSOS  
HUMANOS**

## 6 RECURSOS HUMANOS

### 6.1 Gerir a Estrutura Organizacional

Durante o ano de 2025 a Águas de Cascais teve ao seu serviço, em média, 201 colaboradores, dos quais 58 em regime de cedência de interesse público e 143 privados. Neste ano verificou-se um ligeiro aumento do número de colaboradores, face a 2024.

Designação	Unidades	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	dez/25	Variação 2025 / 2024	
Número de Colaboradores (incluindo recibos verdes e temporário)	#	216	213	204	199	199	204	5	3%

Durante o ano de 2025 a idade média dos nossos colaboradores era de 49 anos, sendo a sua estrutura em género de 133 homens (66%) e 68 mulheres (34%).

Designação	Unidades	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	dez/25	Variação 2025 / 2024	
Custo Médio com pessoal - últ 12 meses	€/colaborador	24.087	24.106	24.656	26.690	29.238	30.032	794,3	3%

Desde 2022, regista-se uma tendência gradual de subida no Custo Médio de Pessoal.

Designação	Unidades	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	dez/25	Variação 2025 / 2024	
Incidência de Trabalho Extraordinário - Acum. Ano	Horas/colaborador	1	2	1	2	2	2	0	8%

Durante o ano de 2025 o trabalho extraordinário foi residual. A reorganização das equipas e o esforço acrescido das chefias, contribuíram para este resultado.

Designação	Unidades	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	dez/25	Variação 2025 / 2024	
Gastos Horas Extra (Geral) - Acum. Ano	€/colaborador	8,8	15,4	10,6	21,7	25,4	29,0	3,6	14%
Gastos Regime de Turnos (Geral) - Acum. Ano	€/colaborador	381,2	294,5	303,3	338,8	365,4	370,1	4,7	1%

Mantém-se praticamente inalterada, face a 2024, a taxa de absentismo, como se mostra no quadro seguinte.

Designação	Unidades	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	dez/25	Variação 2025 / 2024	
Absentismo (exceto atividade Sindical e Greve) - últ 12 meses	%	5,9	3,9	3,9	4,2	3,5	3,7	0,1	4%
Absentismo (Exceto Doença Prolongada e atividade Sindical e Greve) - últ 12 meses	%	1,3	1,5	1,3	1,4	1,3	1,3	-0,1	-5%

No final do ano de 2025 a AdC tinha 21 colaboradores com contrato a prazo, representando 10,4%.

### 6.2 Desenvolver e Formar os Colaboradores

Durante o ano de 2025 foram realizadas 4.553 horas de formação. O objetivo para o ano de 2025 é de 3.830 horas. Podemos dizer que o objetivo foi superado.

As ações de formação ministradas nos diversos âmbitos têm revelado ser eficazes, constituindo mais valias para os Colaboradores abrangidos. A AdC pretende desenvolver e continuar a investir em diversas áreas desde a formação a novos colaboradores, assim como na área comportamental, técnica, gestão, ambiente e tecnologias, sempre como ferramentas



essenciais para o crescimento de desenvolvimento do nosso capital humano. O plano de formação para 2025 apostou em formações diversificadas e com um foco na contribuição para a motivação e interesses pessoais, não olhando só ao desenvolvimento técnico dos colaboradores. Na tabela seguinte apresenta-se, com detalhe, as ações de formação realizadas durante o ano de 2025.

### 6.3 Consultar e Informar os Colaboradores

Os colaboradores da Águas de Cascais têm total liberdade de Associação e Direito à Negociação Coletiva, registando-se um ligeiro aumento dos colaboradores sindicalizados. Mantem-se a Comissão Sindical do STAL para a AdC, tendo sido eleitos novos representantes em 2023.

Designação	Unidades	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	dez/25	Variação 2025 / 2024
Taxa de Trabalhadores Sindicalizados	%	20,8	19,2	19,6	19,6	19,6	19,6	0,0 0%

A AdC promove anualmente a realização de duas consultas aos trabalhadores no âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho (SST), em cumprimento da legislação aplicável em matéria de proteção da segurança e da saúde dos trabalhadores, tendo em conta os riscos profissionais associados às atividades desenvolvidas na AdC.

No ano de 2025, foram realizadas duas consultas aos trabalhadores, uma em cada semestre. Os respetivos relatórios foram partilhados em 2025, via e-mail, por todos colaboradores. Nos casos em que existe acesso limitado ao e-mail, a comunicação dos resultados foi efetuada junto das equipas através da afixação das medidas propostas na vitrina do SGI do Parque Operacional de Murches.

Para além dar cumprimento a uma obrigação legal, a Consulta aos Trabalhadores visa avaliar junto dos trabalhadores, a sua perceção para as condições de Segurança e Saúde no Trabalho nas várias unidades de trabalho da empresa. Os relatórios são divulgados na Intranet para conhecimento de todos os colaboradores, sendo que nos casos em que há acesso limitado de e-mail, os responsáveis de área comunicam às equipas. A AdC promove também a consulta aos prestadores de serviços com colaboradores a trabalhar nas instalações da empresa, sendo realizada através de um breve questionário.

A Empresa mantém um sistema de controlo dos seus fornecedores mais relevantes, onde se inclui a realização de auditorias (ver auditoria a fornecedores) e um sistema de visitas às obras contratadas a outras Empresas, não tendo sido, até à data, detetadas situações de tráfico humano, trabalho forçado ou infantil. Não foram criadas, durante o ano de 2025, ocorrências especificamente para alertar e resolver situações desta génese.

A Águas de Cascais tem como política, conforme estabelecido no seu Código de Conduta, a garantia de igualdade de oportunidades a todos os colaboradores. Todas as práticas, políticas e procedimentos da empresa asseguram a prevenção da existência de qualquer forma de discriminação na contratação, remuneração e outros benefícios, acesso a formação, promoção, término de contrato ou reforma, com base em raça, classe social, nacionalidade, religião, deficiência, sexo, idade, orientação sexual, associação a sindicato ou a filiação política. Conforme estabelecido no seu Código de Boa Conduta para a Prevenção de Combate ao Assédio no Trabalho, não são tolerados quaisquer comportamentos ou atos de assédio no local de trabalho, incluindo Colaboradores, Clientes ou Fornecedores, ainda que possam ocorrer fora do horário de trabalho e das instalações da empresa. A Empresa repudia, também, qualquer envolvimento no Tráfico Humano, Trabalho Infantil ou Trabalho Forçado e Compulsório.

O Comité de Segurança e Saúde no Trabalho (SST), criado em 2020 no âmbito do processo de transição da norma OSHAS 18001:2007 para a norma NP ISO 45001:2019 (Sistemas de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho), com o objetivo de debater e solucionar questões no âmbito da SST, que surjam especificamente em cada uma das áreas da empresa, continuou a atividade ano de 2025, abordando e debatendo de temas transversais às diferentes áreas da empresa, com implementação de diversas medidas.



Manteve-se o projeto “*Toolbox* - Ações de Sensibilização” direcionadas às áreas operacionais, realizadas pelos técnicos de Segurança, mas contando com a intervenção de todos os colaboradores presentes e respetivas direções e coordenações. Estas sessões têm como principal objetivo informar e sensibilizar os trabalhadores, abordando várias temáticas relacionadas com a Segurança e Saúde no Trabalho e Ambiente, fomentando também o envolvimento dos trabalhadores nestes âmbitos e promovendo a partilha de ideias.

Realizada com periodicidade mensal, através da afixação de cartazes em pontos estratégicos da empresa, publicação na intranet e envio por e-mail, a divulgação mensal dos acidentes de trabalho tem como objetivo a sensibilização dos colaboradores e reforçar as boas práticas relativas às matérias de segurança e higiene no trabalho, bem como mobilizar as equipas para a adoção de práticas seguras, utilizando o contador dos dias sem acidentes de trabalho.

A par da segunda fase da já conhecida campanha **A segurança começa em mim**, a Águas de Cascais lançou a todos os seus Colaboradores um desafio com a **Iniciativa Zero Acidentes**. Acreditamos que todos os acidentes, danos e doenças relacionadas com o trabalho são evitáveis e, por isso, esta iniciativa é uma estratégia pura de prevenção e de alerta.



The background features a vibrant, abstract composition. A large, light blue circle in the upper left contains a stylized branch with several light beige leaves. A white line curves from the top right, passing through the blue circle and ending near a small blue circle in the lower left. The upper right area is a solid reddish-orange, featuring a cluster of white dots. The lower half of the image is a light beige gradient, with a large, detailed orange leaf outline in the bottom left and a blue semi-circle in the bottom right.

**SISTEMA DE GESTÃO  
INTEGRADO**

## 7 SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO

### 7.1 Âmbito e Processos

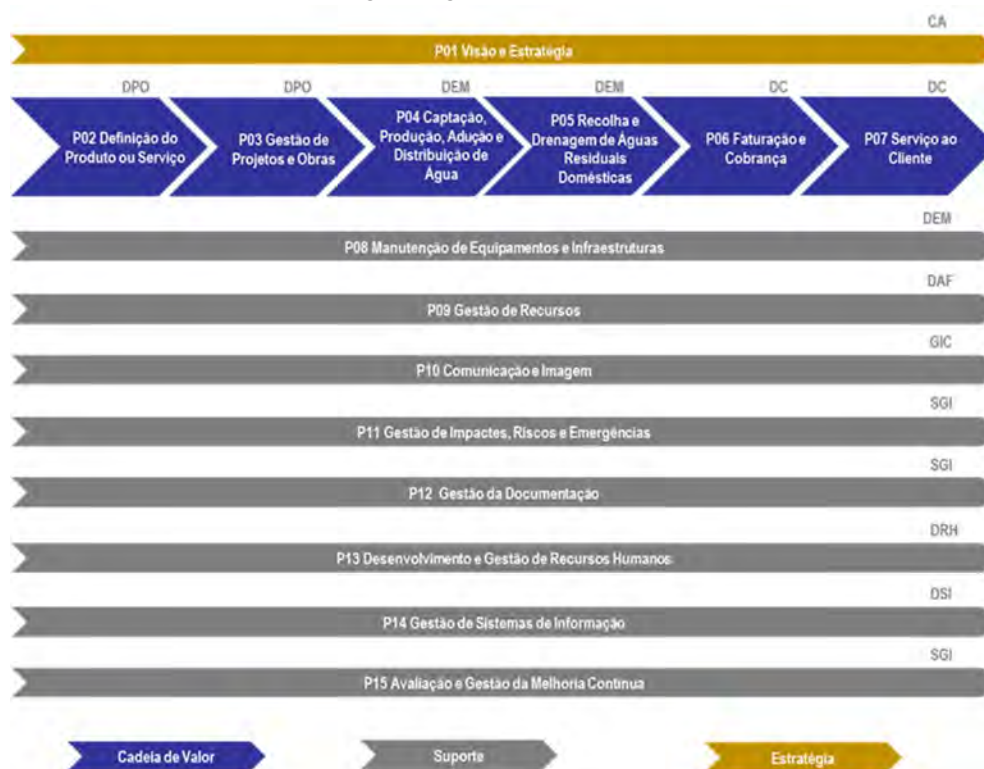
A Empresa dispõe, desde 2007, de um Sistema de Gestão Integrado (SGI), consistente e de acordo com as normas e referenciais internacionais, cujo âmbito compreende as seguintes atividades, desenvolvidas no Concelho de Cascais:

- Captação, adução, tratamento e distribuição de água;
- Drenagem de águas residuais domésticas;
- Manutenção da rede de águas pluviais, nos termos do contrato de concessão.

A partir de setembro de 2018 a APCER (Associação Portuguesa de Certificação), parceira da IQNet (*The International Certification Network*), renovou a certificação dos Sistemas de Gestão segundo os referenciais de Gestão da Qualidade (NP EN ISO 9001), Gestão Ambiental (NP EN ISO 14001) e Gestão da Saúde e Segurança no Trabalho (OHSAS 18001/NP 4397), certificação que a Águas de Cascais detém desde 2008. Em novembro de 2020 foi concluído o processo de migração da OHSAS 18001 para a NP ISO 45001:2019. A empresa mantém o sistema de Responsabilidade Social, tendo optado por não renovar a sua certificação no âmbito da SA 8000.

A Empresa dispõe, também, de um Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) do seu Laboratório, responsável pelo controlo da qualidade da água, na adução e distribuição, está acreditado pelo IPAC (Instituto Português de Acreditação), segundo a norma NP EN Iso IEC 17025, desde 1998.

A estrutura de processos do SGI é apresentada na figura seguinte.



O desempenho de cada um dos processos acima representados é analisado com detalhe no Relatório de Revisão pela Gestão, com periodicidade semestral. O SGI continua a manter-se consistente, adequado e eficaz.



## 7.2 Impactes e Riscos Operacionais

O processo de Gestão de Impactes, Riscos e Emergências materializa a política da Águas de Cascais no que se refere aos riscos e impactes operacionais, inerentes à atividade de distribuição de água para consumo humano e de recolha de águas residuais, assim como, aos riscos ambientais e de segurança e saúde no trabalho, sendo considerado um processo chave na organização.

A Águas de Cascais implementou, ainda, medidas de controlo para outros tipos de risco, como por exemplo, riscos económico-financeiros, jurídicos ou relativos aos sistemas de informação e proteção de dados. A carteira de seguros da Águas de Cascais cobre um amplo conjunto de riscos, nomeadamente, no ramo real, multiriscos comerciais e industriais, responsabilidade civil, responsabilidade ambiental, e frota automóvel, e, no ramo vida, seguro de doença, acidentes pessoais e acidentes de trabalho.

No que se refere à continuidade do serviço, importa relevar que a responsabilidade inerente ao fornecimento de água para consumo humano e recolha de águas residuais domésticas torna imperiosa a existência de uma organização planeada e treinada, que permite uma abordagem eficaz e sistemática a emergências.

Para esse efeito existe, na Águas de Cascais, um Centro de Atendimento Permanente, com o apoio de um sistema de Telegestão, que garante uma pronta resposta e que vem permitindo à Empresa, nos últimos anos, evitar importantes incómodos aos seus clientes e assegurar um muito elevado grau de fiabilidade no fornecimento.

Apesar dos mecanismos já disponíveis para atuação em caso de emergência, a Águas de Cascais pretende ainda reduzir o nível de risco através da realização de investimentos com impacte muito significativo nesta matéria, nos quais se destacam as obras de construção do reservatório superior e do terceiro adutor, em curso, que permitirão diversificar os pontos de entrega de água fornecida pela EPAL. No que concerne ao transporte de águas residuais domésticas (ARD), foram remodeladas recentemente as EEAR da Crismina, da Duquesa e da Charneca, com o objetivo de melhorar o encaminhamento das ARD e seu posterior tratamento.

No que se refere à segurança do produto fornecido (qualidade da água para consumo humano), a Empresa dispõe de sistemas físicos de controlo de contaminação nas suas infraestruturas, planos de manutenção e limpeza, procedimentos de trabalho no sentido de minimizar riscos, tendo também implementado um Programa de Controlo Operacional da Qualidade de Água que lhe permite uma monitorização eficaz, na origem (produção própria ou EPAL) e ao longo da rede de adução e distribuição. Este programa tem sido essencial para os excelentes resultados que a Empresa tem conseguido, no que se refere ao controlo da qualidade da água fornecida, realizado na torneira dos consumidores, nos termos da legislação e normas nacionais e europeias.

No sentido da melhoria contínua, a Águas de Cascais implementou um Plano de Segurança da Água (PSA), elaborado com base num sistema preventivo de garantia de segurança e seguindo o Guia Técnico da ERSAR sobre esta matéria, o qual se fundamenta numa metodologia semelhante ao HACCP (*Hazard Analysis and Critical Control Point*), tendo sido revisto no ano de 2025, para adequação à mais recente legislação sobre o tema.

Aquele plano incorpora uma avaliação de riscos, tendo em conta os perigos para os consumidores decorrentes de contaminações físico-químicas, biológicas ou outras, nas várias fases do ciclo da água, desde a origem até à entrega aos nossos clientes: captação, tratamento e adução.

Foi desenvolvido um plano de recuperação de desastre para as Tecnologias da Informação, que documenta as diversas componentes da recuperação de desastre já implementadas. A infraestrutura do POM recebe atualmente réplicas de todos os servidores das redes Corporativa e de Telegestão a cada 30 segundos. Foi instalada uma estação de trabalho da Telegestão no POM, para que a mesma possa ser operada totalmente a partir do POM em caso de desastre na Sede, recorrendo às réplicas dos servidores mencionadas.

A Águas de Cascais procedeu à identificação das questões externas e internas e das partes interessadas mais relevantes, tendo em consideração o contexto em que se insere e a estratégia da empresa, com a consequente inventariação das suas necessidades e expectativas e das obrigações de conformidade e avaliação dos riscos e oportunidades, procurando identificar a necessidade de desenvolvimento de ações para melhorar o seu desempenho. Tais ações têm revelado ser eficazes, pelo que se mantêm em permanente execução.

### 7.3 aspetos e impactes ambientais

A Águas de Cascais procede, periodicamente, à identificação dos seus aspetos ambientais, e à avaliação dos inerentes impactes ambientais, que decorrem da sua atividade ou dos seus fornecedores e clientes (ciclo da água). Dessa avaliação resulta um conjunto de ações que procuram melhorar o seu desempenho ambiental, assim como prevenir, em eventuais situações de acidente, fenómenos de poluição/contaminação.

Apesar da Águas de Cascais não operar nenhuma infraestrutura de tratamento de águas residuais (entrega as águas residuais ao sistema em alta, operado pela AdTA) e cerca de 85% da água que utiliza ser fornecida pela EPAL, existem alguns aspetos ambientais das suas atividades, produtos e serviços que pode controlar e influenciar numa perspetiva de ciclo de vida.

Da avaliação dos impactes ambientais resulta, também, a incorporação da melhoria do seu desempenho ambiental na estratégia da Empresa. Exemplos desta questão são os objetivos de redução das perdas, de aumento da eficiência energética e de eliminação de infiltrações de AP na rede de ARD, patentes nos objetivos estratégicos anteriormente apresentados neste relatório.

Em 2025 a Águas de Cascais deu início ao projeto ESG (Environmental, Social and Governance), tendo em vista a divulgação do primeiro relatório de Sustentabilidade da AdC em 2027.

### 7.4 Risco para os Trabalhadores

No que se refere à gestão da segurança e saúde no trabalho, a Empresa optou por serviços internos, dispondo nos seus quadros de três técnicos de segurança, enquadrados no Gabinete de Sistema de Gestão Integrado. No que se refere à Medicina no Trabalho, a opção passou pela subcontratação, cabendo à Direção de Recursos Humanos a gestão desse contrato.

As avaliações dos perigos e riscos de segurança e saúde no trabalho são revistas e atualizadas em resultado das visitas realizadas periodicamente às instalações e atividades da AdC, pelos técnicos de segurança ou pelo Médico do Trabalho, de situações detetadas pelos colaboradores e da ocorrência de acidentes de trabalho.

No âmbito da preparação para emergências, a AdC desenvolveu as Medidas de Autoproteção (MAP) para cada instalação (Sede, Parque Operacional de Murches e Laboratório) e os Planos Específicos de Pequenas Instalações (PEPI) – Loja de Cascais e Loja de Carcavelos –, integrando documentos, registos e diversas fichas de intervenção em caso de necessidade de intervenção nas mais diversas situações.

No ano de 2025 não foram aplicadas à Empresa quaisquer coimas referentes a incumprimentos de legislação ambiental ou relacionados com a segurança e saúde no trabalho.

### 7.5 Melhoria contínua

Na Águas de Cascais encaramos a melhoria e as mudanças inerentes como uma atividade tão contínua e permanente como o fornecimento de água ou a recolha de águas residuais domésticas. Para tal acontecer, consideramos essencial a existência de um processo sistemático para o tratamento de todas as melhorias, desde o registo das ideias iniciais, avaliação da sua oportunidade e definição das ações a implementar, até à avaliação da eficácia das ações implementadas.



Considerando todos os colaboradores como potenciais fontes de sugestões de melhoria, a Caixa de Sugestões intitulada de “Clube dos Iluminados”, acessível a partir da *Intranet* da Empresa ou de locais previamente definidos para os que não tiverem qualquer acesso a computadores, continua a ser uma ferramenta bastante utilizada. A informação relativa às sugestões apresentadas, a respetiva análise, responsáveis e estado de implementação é frequentemente atualizada e disponibilizada, para consulta de todos os colaboradores. No ano de 2025 foram implementadas 8 sugestões. Dos vários mecanismos de melhoria implementados, o “Clube dos Iluminados” é o mais acessível a todos, pelo que se valoriza mais a quantidade e simplicidade nas sugestões apresentadas do que noutras áreas.

## 7.6 Auditorias

Manteve-se a abordagem de realização de uma auditoria interna integral, envolvendo todos os processos da organização, abrangendo instalações diferentes das auditorias anteriores e recorrendo a auditores externos.

Considerando-se uma ferramenta essencial numa abordagem sistemática à melhoria, e dando continuidade ao procedimento adotado, a auditoria interna de 2025 foi realizada em junho, de acordo com o Programa de Auditorias estabelecido, no âmbito dos quatro referenciais. NP EN ISO 9001:2015, NP EN ISO 14001:2015, NP EN ISO 45001:2018 e com referência na SA 8000:2008. O número de Não Conformidades e de Sugestões decorrentes de auditorias internas, tem vindo a apresentar uma evolução consentânea com a maturidade do SGI.

A auditoria externa de acompanhamento foi realizada pela APCER, em outubro de 2025, tendo por base três referenciais normativos NP EN ISO 9001:2015, NP EN ISO 14001:2015, NP ISO 45001:2023. Na sequência desta auditoria, a Águas de Cascais manteve as certificações nos referenciais referidos.

No âmbito do esforço de melhoria conjunta com os fornecedores, a Empresa promove auditorias de segunda parte a estas entidades. As ações implementadas pelos fornecedores que decorreram das auditorias são depois consideradas no ciclo de avaliação seguinte. No ano de 2025 foram realizadas 3 auditorias a fornecedores.

## 7.7 Inovação e Desenvolvimento

Sendo a inovação um dos valores desta Empresa tem sido uma preocupação da gestão, como se descreveu, a sistematização dos processos de mudança e melhoria. Se, em alguns casos, as melhorias são de simples e rápida implementação, outros há em que implicam a realização de processos nunca realizados na organização e cujo desenvolvimento é relativamente complexo.

Para estes casos a Empresa tem vindo a estruturar projetos de I&D Empresarial, através de candidaturas ao Sistema de Incentivos promovido pela ADI (SIFIDE). Dando continuidade aos projetos que vêm sendo desenvolvidos, em 2025 a AdC apresentou a candidatura referente ao exercício de 2024.

Estando a Empresa abrangida pela obrigação prevista no Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, de promover e manter um sistema de gestão patrimonial de infraestruturas (PGPI) e considerando a oportunidade de melhorar o sistema de gestão integrado – SGI, nesta vertente (nas restantes a Empresa já tem maior maturidade e dispõe, inclusive, de certificação por entidade externa) iniciou-se, ainda em 2012, um projeto de implementação daquele sistema. Desde então tem-se vindo a dar continuidade ao referido programa, no sentido de se rever o respetivo planeamento estratégico, de se aprofundar o planeamento tático e realizar as ações definidas para a implementação dos referidos planeamentos.

Dando sequência ao Plano Estratégico de Cascais para as Alterações Climáticas (PECAC), elaborado em 2010 pela CM Cascais, em conjunto com o *Center for Climate Impacts, Adaption and Modelling* (CCIAM), da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, em 2017 foi desenvolvido o Plano de Ação de Cascais para a Adaptação às Alterações Climáticas, resultante de uma parceria do Município com a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, que visou a implementação de 13 medidas consideradas prioritárias para promover uma cidade mais resiliente e adaptada às alterações climáticas, até 2030.

A AdC esteve diretamente envolvida na elaboração de ações para as seguintes medidas:

- Alternativas ao fornecimento de água potável: tem como objetivo a proteção e garantia das melhores condições de utilização das captações próprias (encontram-se delimitados os perímetros de proteção das captações subterrâneas Portaria n.º 208/2012, de 6 de julho, tendo sido emitidos os títulos de utilização pela APA, em 2013), bem como o aumento da produção própria de água e continuar a garantir o controlo operacional do abastecimento;
- Separação de águas residuais e pluviais: tem como objetivo a gestão técnica das infiltrações, através da utilização de técnicas de diagnóstico permanente, monitorização do desempenho dos sistemas, deteção de ocorrências e zonas críticas e determinação de prioridades de atuação na redução dos caudais indevidos que afluem aos sistemas;
- Eliminação da poluição nas linhas de água: tem como objetivo contribuir para a boa qualidade das águas das ribeiras (e também balneares), área onde ainda serão possíveis melhorias, nomeadamente no que se refere ao cumprimento das regras ambientais pelos utilizadores da rede pública de drenagem de ARD.

Considerando as ações preconizadas no PECAC (2010) e no Plano de Ação, considera-se que a estratégia da AdC está, na generalidade, alinhada com as medidas preconizadas para a adaptação às alterações climáticas acrescentando-se uma área relacionada com a redução de infiltrações de águas pluviais na rede de águas residuais domésticas.



The background features a large orange area on the right and a light blue area on the left. A white line curves from the blue area into the orange area. There are two sets of stylized leaf outlines: one in orange in the top-left blue area and one in white in the bottom-left blue area. A light orange semi-circle is at the bottom right.

**PERSPETIVAS FUTURAS  
E NOTA FINAL**

## 8 PERSPETIVAS FUTURAS

A Águas de Cascais continuará a privilegiar o permanente contacto e o sãõ relacionamento com o Concedente, com os seus Acionistas, com os seus Clientes e restantes partes interessadas, procurando sempre as melhores soluções para as questões comuns.

A Empresa deverá manter a sua estratégia de permanente melhoria da eficiência, não apenas para compensar a eventual redução na atividade, mas também para manter os níveis de rentabilidade necessários para cumprimento com todas as suas obrigações contratuais, onde se destaca o desenvolvimento do importante plano de investimentos previsto contratualmente.

Dar-se-á, também, continuidade às atividades no âmbito da redução de perdas, com recurso a técnicas e meios mais eficazes de deteção de fugas, a redução de falhas no abastecimento e a deteção de anomalias nas redes de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais, no aumento da eficiência energética e no programa de realização de benfeitorias nas instalações geridas pela Águas de Cascais, bem como na realização das campanhas de substituição de contadores.

Será feita uma aposta na inovação e otimização de processos, resultado da análise efetuada aos vários processos da empresa e definição de soluções inovadoras, como a desmaterialização de alguns processos.



## 9 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após o termo do exercício de 2025 não ocorreram factos relevantes que devam ser considerados no âmbito do presente relatório.



## 10 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do artigo 18.º dos estatutos da Sociedade, propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício, no montante de 12.514.342,14 euros, seja aplicado da seguinte forma:

- Dividendos, no montante de 10.000.000,00 euros;
- Resultados Transitados, no montante de 2.514.342,14 euros.

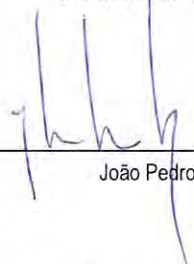


## 11 NOTA FINAL

A finalizar, gostaríamos de manifestar o nosso agradecimento aos Acionistas, pelo acompanhamento proporcionado através, designadamente, dos respetivos serviços de apoio a concessionárias, aos funcionários e colaboradores da Empresa, pelo empenhamento demonstrado na persecução dos objetivos definidos pela Administração, e, por último, à Concedente, ao Consórcio Bancário e aos Órgãos Sociais, pela forma positiva e cooperante com que pautaram a sua atuação.

Cascais, 18 de fevereiro de 2026

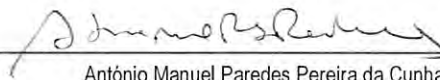
O Conselho de Administração



João Pedro Faria Feliciano



Altino Barbosa da Conceição



António Manuel Paredes Pereira da Cunha



Carlos Alberto da Silva Rodrigues





CONTAS

## 12 CONTAS

Balanço Individual em 31 de dezembro de 2025

		EUROS	
RUBRICAS	NOTAS	31/12/25	31/12/24
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não Corrente</b>			
Ativos Fixos Tangíveis	12	2.949.357	2.596.858
Ativos Intangíveis	13	61.180.712	61.350.293
Outros Investimentos Financeiros	14	1.838	21.912
Créditos a Receber	19	218.342	218.342
Ativos por Impostos Diferidos	15	42.100	99.494
		64.392.348	64.286.898
<b>Ativo Corrente</b>			
Inventários	16	171.193	192.643
Clientes	17	12.350.935	11.901.343
Adiantamentos a Fornecedores	25	17.767	2.130.150
Estado e Outros Entes Públicos	18	33.171	-
Outros Créditos a Receber	19	41.072	60.374
Diferimentos	20	156.659	148.401
Caixa e Depósitos Bancários	21	22.438.211	22.529.501
		35.209.008	36.962.411
<b>Total do Ativo</b>		<b>99.601.356</b>	<b>101.249.309</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital Próprio</b>			
Capital Subscrito	22	3.500.000	3.500.000
Reservas Legais	22	700.000	700.000
Resultados Transitados	23	45.832.203	42.902.779
Ajustamentos/Outras Variações no Capital Próprio	24	3.042.260	2.702.875
Resultado Líquido do Período		12.514.342	11.929.423
<b>Total do Capital Próprio</b>		65.588.805	61.735.077
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não Corrente</b>			
Financiamento Obtidos	26	3.884.289	6.965.898
Passivos por Impostos Diferidos	15	191	195
Outras Dívidas a Pagar	27	9.807.523	11.576.009
		13.692.003	18.542.103
<b>Passivo Corrente</b>			
Fornecedores	25	6.560.572	6.319.213
Estado e Outros Entes Públicos	18	1.252.300	1.622.987
Financiamentos Obtidos	26	3.099.730	3.540.830
Outras Dívidas a Pagar	27	9.284.412	9.250.171
Outros Passivos Financeiros	28	123.534	238.927
		20.320.548	20.972.129
<b>Total do Passivo</b>		34.012.551	39.514.232
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>		<b>99.601.356</b>	<b>101.249.309</b>

Cascais, 18 de fevereiro de 2026

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado




## Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas

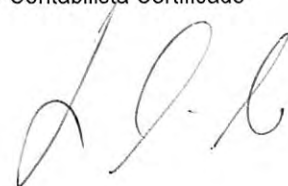
		EUROS	
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2025	2024
Vendas e Serviços Prestados	4	67.319.959	64.811.614
Trabalhos para a Própria Entidade	6	10.066.027	4.514.514
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	5	-12.203.378	-11.779.796
Fornecimentos e Serviços Externos	6	-31.093.860	-25.883.159
Gastos com Pessoal	7	-6.031.524	-5.801.341
Imparidade de Dívidas a Receber (perdas/reversões)	17	-559.897	-514.601
Aumentos / Reduções de Justo Valor	14	506	-486
Outros Rendimentos	8	1.847.359	1.991.332
Outros Gastos	9	-340.469	-363.269
<b>Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos</b>		<b>29.004.724</b>	<b>26.974.807</b>
Gastos / Reversões de Depreciação e de Amortização	12, 13	-11.003.328	-9.947.883
<b>Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)</b>		<b>18.001.396</b>	<b>17.026.924</b>
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	10	369.941	939.663
Juros e Gastos Similares suportados	11	-1.552.518	-1.912.422
<b>Resultado Antes de Impostos</b>		<b>16.818.819</b>	<b>16.054.166</b>
Imposto sobre o Rendimento do Período	15	4.304.477	4.124.743
<b>Resultado Líquido do Período</b>		<b>12.514.342</b>	<b>11.929.423</b>

Cascais, 18 de fevereiro de 2026

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

*Adm. sup. Res. Cascais*  
*Arturo Santos*  

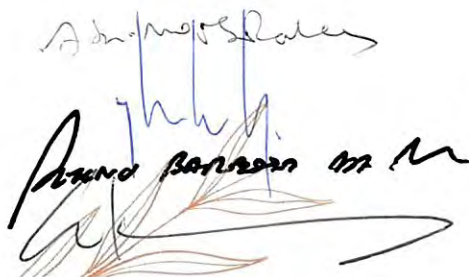
## Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa

		EUROS	
RUBRICAS	NOTAS	2025	2024
<u>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</u>			
Recebimentos de Clientes		85.445.758	81.648.357
Pagamentos a Fornecedores		-36.180.758	-39.467.830
Pagamentos ao Pessoal		-4.964.615	-5.693.063
Caixa gerada pelas operações		44.300.384	36.487.463
Pagamento / Recebimento do Imposto sobre o Rendimento		-6.397.932	-3.065.636
Outros Recebimentos / Pagamentos		-14.956.785	-14.835.303
Fluxos de caixa das atividades operacionais [1]		22.945.667	18.586.524
<u>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</u>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		-727.561	-659.104
Ativos Intangíveis		-10.045.667	-5.027.050
Investimentos Financeiros		-191.514	
Outros Ativos		-13.625	
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos Intangíveis			
Investimentos Financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios ao Investimento	24	1.004.837	631.544
Juros e rendimentos similares		323.496	575.428
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de Investimento [2]		-9.650.035	-4.479.182
<u>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</u>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamento obtidos			
Realizações de Capital e de Outros Instrumentos de Capital Próprio			
Cobertura de Prejuízos			
Doações			
Outras Operações de Financiamento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamento obtidos		-3.540.830	-3.941.830
Juros e Gastos Similares		-846.092	-1.262.059
Dividendos	23	-9.000.000	-9.000.000
Reduções de Capital e de Outros Instrumentos de Capital Próprio			
Outras Operações de Financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de Financiamento [3]		-13.386.922	-14.203.889
<b>Variação de Caixa e seus Equivalentes [1+2+3]</b>		<b>-91.290</b>	<b>-96.547</b>
<b>Efeito das Diferenças de Câmbio</b>			
<b>Caixa e seus Equivalentes no início do período</b>		<b>22.529.501</b>	<b>22.626.047</b>
<b>Caixa e seus Equivalentes no fim do período</b>		<b>22.438.211</b>	<b>22.529.501</b>

Cascais, 18 de fevereiro de 2026

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado




## Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio

EUROS													
DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Subscrito	Ações próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Posição em 31 de dezembro de 2023	1	3.500.000				700.000		42.931.227	-222.100		2.834.417	8.971.552	58.715.096
<b>Alterações no período</b>													
Primeira adoção de novo referencial contabilístico													
Alterações de políticas contabilísticas													
Ajustamentos por impostos diferidos													
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								-28.448	-10.398		-15.518		-25.915
	2							-28.448	46.731		69.742	28.448	116.473
<b>Resultado líquido do período</b>	3							-28.448	36.334		54.224	28.448	90.558
<b>Resultado Integral</b>	4=2+3							-28.448	36.334		54.224	11.957.871	12.019.981
<b>Operações com detentores de capital no período</b>													
Realizações de capital													
Distribuições												-9.000.000	-9.000.000
Entradas para cobertura de perdas													
Outras operações													
	5											-9.000.000	-9.000.000
Posição em 31 de dezembro de 24	6=1+4+5	3.500.000				700.000		42.902.779	-185.766		2.888.641	11.929.423	61.735.077
Posição em 31 de dezembro de 2024	6	3.500.000				700.000		42.902.779	-185.766		2.888.641	11.929.423	61.735.077
<b>Alterações no período</b>													
Primeira adoção de novo referencial contabilístico													
Alterações de políticas contabilísticas													
Ajustamentos por impostos diferidos													
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								2.929.423	-24.521		-57.059		-91.580
	7							2.929.423	115.394		315.572	-2.929.423	430.966
	8							2.929.423	90.873		248.513	-2.929.423	339.386
<b>Resultado líquido do período</b>	9=7+8							2.929.423	90.873		248.513	12.514.342	12.514.342
<b>Resultado Integral</b>								2.929.423	90.873		248.513	9.584.919	12.853.728
<b>Operações com detentores de capital no período</b>													
Realizações de capital													
Distribuições												-9.000.000	-9.000.000
Entradas para cobertura de perdas													
Outras operações													
	10											-9.000.000	-9.000.000
Posição em 31 de dezembro de 2025	6+9+10	3.500.000				700.000		45.832.203	-94.893		3.137.154	12.514.342	65.588.805


Cascais, 18 de fevereiro de 2026

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

*António Barbosa da Silva*  
*António Barbosa da Silva*  
*António Barbosa da Silva*

*[Handwritten signature]*



**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS PARA O PERÍODO  
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO**

## 13 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

### 1. Identificação da Empresa

A sociedade AdC-Águas de Cascais, S.A., pessoa coletiva n.º 505 124 289, com sede na Estrada da Malveira da Serra, 1237, Aldeia de Juso, em Cascais, foi constituída em 29 de agosto de 2000.

A sua atividade decorre do Contrato de Concessão celebrado, em 2 de novembro de 2000, com o Município de Cascais; com a duração de 25 anos, este contrato tem por objeto a Concessão da Exploração do Sistema Municipal de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais de Cascais. Foi assinado com o Município de Cascais um Aditamento ao Contrato de Concessão, que prolonga a Concessão por mais 5 (cinco) anos, até 2030.

A Estrutura Acionista é a seguinte:

- AGS-Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, SA, com sede na Quinta da Fonte Office Park, Edifício Q54 D. José, Piso 2, Paço de Arcos, em Oeiras; detém uma participação de 50%.
- AQUAPOR Serviços, SA, com sede na Av. Marechal Gomes da Costa, 33 – 1.º A, Lisboa; detém uma participação de 50%.

### 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras estão em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas, as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), e as Normas Interpretativas.

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho; as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2025 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

As presentes demonstrações financeiras não são as primeiras apresentadas de acordo com as NCRF.

As divulgações que não constam deste anexo, não foram incluídas por não serem aplicáveis.

### 3. Principais políticas contabilísticas, estimativas e julgamentos relevantes

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a empresa adotou:

- As Bases de Preparação das Demonstrações financeiras constantes do anexo ao Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que instituiu o SNC, alterado pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, pelas Leis n.ºs 66-B/2012, de 31 de dezembro, e 83-C/2013, de 31 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho;
- As NCRF em vigor na presente data.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adotadas pela empresa foram as seguintes:



### **Ativos Fixos Tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis estão registados ao custo histórico de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas pelo método da linha reta, numa base duodecimal, utilizando-se, de um modo geral, as taxas de depreciação definidas pelo Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de forma a reintegrar o valor destes ativos no período estimado da sua vida útil.

As taxas de depreciação utilizadas podem ser resumidas da seguinte forma:

	PERÍODO DE VIDA ÚTIL		
	ANOS		
Equipamento básico	7	a	10
Equipamento de transporte	4	a	5
Ferramentas e utensílios	5	a	8
Equipamento administrativo	3	a	10

As aquisições de valor inferior a 1.000 € são depreciadas integralmente no ano de aquisição.

As despesas de reparação e manutenção que não aumentem a vida útil dos ativos são registadas como gastos do período em que ocorrem. As despesas relacionadas com grandes reparações e benfeitorias, que aumentem a vida útil do bem, são consideradas como valor acrescentado desse Ativo e objeto das correspondentes depreciações.

O ganho ou perda que resulte do desreconhecimento de um ativo tangível (valor de venda deduzido do custo da venda e do valor contabilístico) faz parte do resultado do exercício em que o ativo é desreconhecido.

### **Ativos Intangíveis**

As despesas de constituição estão registadas ao custo histórico de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas de imparidade acumuladas.

Pelo conjunto de bens imóveis, que integram os sistemas de Abastecimento de Água e de Saneamento, colocados pela Concedente à disposição da empresa, resulta o pagamento da retribuição anual, ao longo do período da concessão.

A Retribuição à Concedente está registada a valores de 2009, conforme Aditamento ao Contrato de Concessão, mensurado ao custo amortizado, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Na assinatura do contrato de concessão a empresa comprometeu-se a efetuar investimentos em infraestruturas de Água e Saneamento no concelho de Cascais. Estes investimentos no final da concessão revertem a favor da Concedente (Município de Cascais), sem custos nem ónus. Este direito é reconhecido como Ativo Intangível no momento da sua disponibilização para exploração e mensurado ao custo, acrescido, caso exista, da capitalização de encargos financeiros incorridos no seu financiamento durante a sua execução.

As Infraestruturas reversíveis para a Concedente no final do Contrato estão registadas ao custo histórico de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Estes ativos intangíveis (despesas de constituição, retribuição à Concedente, e infraestruturas reversíveis) são amortizados, numa base duodecimal, no número de anos até final da Concessão; com a assinatura do Aditamento ao Contrato de

Concessão a 31 de março de 2010, este foi prolongado em 5 anos. Por este motivo, as amortizações, a partir do início do mês de abril de 2010, foram calculadas tendo em consideração esta extensão do Contrato de Concessão. O método de amortização usado é o da linha reta, porque é o método que melhor tem refletido os benefícios económicos do ativo consumidos pela empresa, e melhor reflete os futuros benefícios económicos.

A manutenção e reparação do ativo afeto à Concessão são da responsabilidade da empresa durante o período de duração do contrato de concessão, sendo contabilizadas em gastos no exercício em que ocorrem.

### ***Imparidade dos ativos***

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento, ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)”, ou na rubrica “Imparidade de dívidas a receber”, caso a mesma respeite a ativos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)”.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou não, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecida em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas de imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que está reconhecida.

### ***Locações***

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles foram transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, ou como locações operacionais se através deles não foram transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são reconhecidos pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo é registado no ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização/depreciação do ativo, calculada conforme descrito acima, são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas referentes a bens adquiridos neste regime são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

### ***Custos de empréstimos obtidos***

Os gastos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo.



Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis ou intangíveis (infraestruturas reversíveis) são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando aqueles ativos estão disponíveis para utilização ou no final da construção do ativo ou quando o projeto em causa se encontra suspenso.

### ***Inventários***

As existências estão valorizadas ao custo de aquisição.

Quanto ao método de custeio adotaram-se os seguintes critérios:

- as saídas de armazém de matérias-primas, subsidiárias e de consumo foram valorizadas pelo custo médio ponderado;
- as saídas de mercadorias (água fornecida pela EPAL) foram valorizadas ao custo de aquisição efetivo.

### ***Provisões***

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

### ***Clientes e Outros créditos a receber***

As contas a receber de clientes são mensuradas pelo justo valor da retribuição a receber deduzida das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidade concedidos.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos, e legislação em vigor para o setor.

Não são perdas por imparidade, por não se considerarem de cobrança duvidosa, as dívidas do Estado, das Regiões Autónomas, das autarquias locais ou aquelas em que estas entidades tenham prestado aval.

### ***Fornecedores e outras dívidas a pagar***

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor de custo.

O valor em dívida da Retribuição à Concedente, mensurado ao custo amortizado, é atualizado anualmente nos termos estabelecidos no Contrato de Concessão.

O reconhecimento em corrente e não corrente advém da sua maturidade.

### ***Estado e Outros entes públicos***

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

Aos ativos não foi reconhecida imparidade por se considerar não ser aplicável, pela natureza específica do relacionamento.



### **Ativos e passivos contingentes**

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo, os mesmos, objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

### **Ativos e passivos por impostos diferidos e imposto sobre o rendimento**

Os Ativos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.

Os Ativos por Impostos Diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço;
- Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

O gasto relativo a “Imposto sobre o rendimento do período” representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).



Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados, e anualmente avaliados, utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

### ***Financiamentos Obtidos***

Os financiamentos estão valorizados ao custo amortizado.

Nos financiamentos para os quais existe cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, o respetivo derivado é apresentado em Outros Passivos Financeiros.

### ***Outros passivos financeiros***

Esta rubrica inclui instrumentos financeiros derivados relativamente aos quais exista cobertura efetiva nos termos da NCRF 27.

A empresa celebrou um contrato de taxa de juro variável, através do qual converteu a taxa de juro variável em taxa de juro fixa, com o objetivo de efetuar cobertura económica dos seus empréstimos.

### ***Capital Subscrito***

O capital social encontra-se totalmente realizado à data das demonstrações financeiras.

### ***Outros Instrumentos de Capital Próprio***

Esta rubrica inclui Prestações Acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das Prestações Suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC) e apesar de não terem prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o total do Capital Próprio não ficar inferior à soma do Capital e da Reserva Legal (art.º 32 do CSC).

### ***Reservas Legais***

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5 % do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no Capital Social (art.º 296 do CSC).

### ***Resultados Transitados***

Esta rubrica inclui (i) aplicação de resultados do exercício anterior, (iii) ajustamentos efetuados de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro.

### **Ajustamentos em Ativos Financeiros**

Esta rubrica inclui o montante relativo à valorização do instrumento derivado referente ao contrato de Cobertura de Taxa de Juro, celebrado com o Sindicato Bancário formado pelo BPI / CGD.

### **Outras Variações no Capital Próprio**

Esta rubrica inclui as participações da Concedente ao investimento incluído no Plano de investimentos, nos termos do n.º 5 da Cláusula 46.ª do Contrato de Concessão.

### **Rédito**

O rédito proveniente da venda de água e de prestações de serviços apenas é reconhecido quando (i) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (ii) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a empresa e (iii) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas e prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

O não cumprimento dos prazos estabelecidos obrigará os clientes ao pagamento de juros por atraso no pagamento, nos termos e de acordo com a legislação em vigor. Pelo recebimento, os juros são registados como rendimento financeiro.

### **Subsídios à exploração**

Nos Subsídios à exploração são reconhecidos todos os subsídios das entidades públicas não reembolsáveis, que não estão relacionados com ativos.

O reconhecimento na demonstração de resultados é feito numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados.

### **Trabalhos para a própria entidade**

Nos Trabalhos para a própria entidade são reconhecidos todos os custos com a execução dos bens reversíveis contratualizados, e a capitalização dos gastos de financiamento ocorridos durante o processo.

### **Outros rendimentos e gastos**

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras contas a pagar ou a receber”.

### **Julgamentos e estimativas**

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e suposições efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, e iii) provisões. As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a



essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

#### 4. Vendas e Prestações de Serviços

As vendas e prestações de serviços dos exercícios de 2024 e 2025 dividem-se da seguinte forma:

	2025	2024
Venda de água	21 364 017	20 299 517
Prestações de serviços de água	16 884 958	16 626 452
Prestações de serviços de saneamento	29 070 984	27 885 645
	67 319 959	64 811 614

#### 5. Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas nos exercícios de 2024 e 2025 foram determinados da seguinte forma:

	2025			2024		
	MERCADORIAS	MATÉRIAS- PRIMAS, SUBS. E DE CONSUMO	TOTAL	MERCADORIAS	MATÉRIAS- PRIMAS, SUBS E DE CONSUMO	TOTAL
Inventários iniciais	65 539	127 104	192 643	62 243	113 243	175 486
Compras	12 177 620	304 371	12 481 991	11 747 736	433 572	12 181 308
Saídas para ativo fixo tangível	-	200 990	200 990	-	272 141	272 141
Saídas para gastos de conserv. reparação	-	99 072	99 072	-	112 214	112 214
Inventários finais	66 114	105 080	171 194	65 539	127 104	192 643
	12 177 045	26 333	12 203 378	11 744 440	35 356	11 779 796

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo correspondem a materiais utilizados nas redes de águas de abastecimento e de águas residuais. Destes materiais, os contadores para medição do consumo de água representam o principal valor, e a saída de inventários corresponde à sua instalação na rede e consequente registo como ativo fixo tangível. As saídas para gastos são materiais utilizados na conservação e manutenção da rede de águas de abastecimento e na rede de saneamento. O custo das matérias consumidas corresponde aos materiais utilizados na execução de ramais de água.

## 6. Fornecimentos e Serviços Externos

O detalhe desta rubrica nos exercícios de 2024 e 2025 foi o seguinte:

	2025	2024
Subcontratos – Tratamento e destino final de efluentes (AdTA)	9 224 602	9 011 113
Subcontratos – contratos de construção	9 837 340	4 266 356
Subcontratos – Outros	859 252	867 695
Trabalhos especializados	5 129 637	4 958 285
Comissões	251 180	252 075
Conservação e reparação	3 237 323	3 846 053
Eletricidade	478 767	550 716
Combustíveis	175 620	182 192
Rendas e alugueres	992 768	1 044 654
Comunicação	102 279	91 846
Seguros	225 989	240 024
ERSAR	169 293	162 659
Comissões e encargos com garantia à Concedente	81 992	82 217
Outros	327 818	327 274
	31 093 860	25 883 159

A descrição das cauções e garantias e os respetivos valores constam da nota 32.

A rubrica “Subcontratos – contratos de construção” é o valor das infraestruturas construídas e faturadas com base em autos de medição com o seguinte detalhe e valores:

	2025	2024
Ativos reversíveis para a Concedente	9 837 340	4 266 356

O valor dos ativos reversíveis para a concedente foi registado no Ativo Intangível em curso por contrapartida da rubrica de “Trabalhos para a própria entidade”. Esta rubrica decompõe-se da seguinte maneira:

	2025	2024
Ativos intangíveis reversíveis	9 837 340	4 266 356
Fiscalização interna	228 687	248 158
	10 066 027	4 514 514

A rubrica “Subcontratos – Outros”, no exercício de 2025 incluiu 190.467 euros de serviços comerciais, 493.689 euros de execução de ramais de saneamento e 175.096 euros de ramais de água.

A entidade detém o direito em locações operacionais de utilização de veículos, os quais levaram ao reconhecimento do gasto de 251.495 euros no ano de 2025 e, de 336.846 euros em 2024 na rubrica “Rendas e alugueres”. O decréscimo ocorrido está relacionado com a renovação da frota de ligeiros de passageiros e mercadorias ocorrida durante o ano de 2024 de cerca de meia centena de viaturas, que originou durante o acondicionamento das mesmas a sobreposição de rendas até à entrega final das viaturas às respetivas locadoras.



No final do período a entidade tem compromissos por locações operacionais não canceláveis com os seguintes vencimentos:

A menos de 1 ano	236 339
A mais de 1 ano e menos de 5 anos	751 105

A rubrica de conservação e reparação decompõe-se da seguinte maneira:

	2025	2024
Edifícios	262 448	479 892
Equipamento de transporte	196 489	66 042
Outros equipamentos	543 408	557 082
Rede de águas	1 640 178	1 815 318
Rede de saneamento	594 800	927 719
	3 237 323	3 846 053

A conservação e reparação de edifícios em 2025 incluiu 206.613 euros de limpeza e reparação de reservatórios e outras instalações de exploração, 43.277 euros de espaços exteriores e jardins e 12.558 euros de outros custos.

Na conservação e reparação de equipamento de transporte, os gastos dizem respeito essencialmente a viaturas limpa-coletores, limpa-fossas, autotanque e máquinas retroescavadoras. A variação ocorrida está relacionada com o prazo da entrega três novas viaturas, um limpa-coletores e dois limpa-fossas que obrigaram a intervenções de manutenção de alguma relevância ao longo do ano às viaturas já existentes até à entrega das novas.

A conservação e reparação de outros equipamentos no exercício de 2025 incluiu 520.962 euros de equipamentos de telegestão de estações elevatórias de água de abastecimento e de águas residuais domésticas, 13.452 euros de outro equipamento básico e 8.994 euros de outros equipamentos.

A rubrica de trabalhos especializados decompõe-se da seguinte maneira:

	2025	2024
Auditorias	40 643	45 592
Prestação de Serviços dos Acionistas	3 633 029	3 507 146
Prestação de Serviços informáticos	403 776	425 727
Pessoal técnico de enquadramento	214 505	214 505
Gastos administrativos de faturação e cobrança	340 836	357 637
Estudos e projetos	2 500	24 808
Deteção de fugas	135 012	128 545
Ensaios / análises laboratoriais	15 998	16 202
Prestação de Serviços Jurídicos	31 958	10 703
Outros trabalhos especializados	311 380	227 420
	5 129 637	4 958 285

A rubrica “Auditorias” reflete as auditorias efetuadas ao laboratório decorrentes de acreditação, auditorias ao sistema de gestão integrada e, gastos com revisão legal de contas.

A prestação de serviços dos acionistas traduz os valores relativos ao contrato de assistência técnica e aos administradores não executivos.



A prestação de serviços informáticos respeita a gastos com as plataformas informáticas, SAP, SIG, gestão documental, monitorização de caudais e, serviços técnicos ao hardware da empresa.

Os gastos administrativos com faturação e cobrança incluem gastos com a plataforma informática, serviços de *finishing* e *mailing*.

A prestação de serviços jurídicos inclui despesas de advogados com o contrato de concessão e despesas com solicitadores.

Em Outros trabalhos especializados, estão refletidos gastos com comissão agente, serviços especializados em saúde e higiene no trabalho, processos de injeção e serviço de recolha de resíduos e sistema integrado de gestão.

## 7. Gastos com o pessoal

Os gastos de pessoal nos exercícios de 2024 e 2025 distribuem-se conforme o quadro seguinte:

	2025	2024
Remunerações com órgãos sociais	15 600	19 600
Remunerações de pessoal	4 665 747	4 475 664
Encargos sobre remunerações	1 012 938	967 220
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	130 145	122 433
Outros gastos com pessoal	207 094	216 424
	6 031 524	5 801 341

Os outros gastos com pessoal dizem respeito a gastos de formação, bolsas de estudo a colaboradores e familiares e, gastos de ação social.

O número médio de empregados ao serviço da AdC e o número final no período findo a 31 de dezembro dos anos de 2024 e 2025 foram os seguintes:

	2025	2024
Número médio de empregados	201	198
Número de empregados no fim do período	204	199

## 8. Outros rendimentos

Os outros rendimentos distribuem-se conforme o quadro seguinte:

	2025	2024
Rendimentos suplementares	1 126 698	1 116 783
Ganhos em inventários	3 587	3 280
Correções de exercícios anteriores	4 105	22 940
Imputação de subsídios ao Investimento	689 264	561 802
Restituição de Impostos	-	235 104
Outros Rendimentos e ganhos	23 705	51 423
	1 847 359	1 991 332

Os rendimentos suplementares de maior relevância são a venda de informações e pareceres sobre documentos técnicos, serviços de manutenção da rede de pluviais, reembolsos por parte dos clientes de despesas com processos de injeção, reembolsos por parte dos clientes de despesas administrativas de processos judiciais e de avisos de corte, e venda de energia elétrica da instalação de unidades de microprodução.



O valor de correções de exercícios anteriores representa correções de estimativas de gastos de anos anteriores e, restituição de quantias de processos de injunção.

A quantia da rubrica Imputação de subsídios ao investimento traduz o rendimento do período dos valores da comparticipação da Concedente ao Investimento referida na nota 24.

A rubrica de outros rendimentos e ganhos em 2025 tem como quantia mais relevante 22.921 euros referentes a venda de resíduos.

## 9. Outros gastos

Os outros gastos distribuem-se conforme o quadro seguinte:

	2025	2024
Impostos	35 923	28 081
Perdas em inventários	7 215	3 552
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	24 636	22 014
Correções relativas a anos anteriores	207 181	224 603
Multas fiscais e não fiscais	222	222
Indemnizações	54 585	42 957
Outros gastos e perdas	10 707	41 840
	<b>340 469</b>	<b>363 269</b>

Na rubrica de impostos os valores mais relevantes em 2025 foram 27.744 euros referentes a taxas de processos de injunção e 4.186 euros de impostos de selo de financiamentos e garantias.

A rubrica de gastos e perdas em investimentos não financeiros refletem basicamente as perdas com abate de contadores de consumos de clientes retirados da rede parcialmente depreciados.

As correções relativas a exercícios anteriores são essencialmente valores de notas de créditos emitidas a clientes.

As indemnizações correspondem ao valor das franquias ou dentro do valor da franquia de eventos segurados.

Em Outros gastos e perdas, o valor mais relevante em 2025 foram 7.163 euros referentes a IVA não recuperável.

## 10. Juros e rendimentos similares obtidos

	2025	2024
Juros obtidos de depósitos bancários	303 758	569 230
Juros obtidos por atraso de pagamento	66 183	74 776
Outros rendimentos similares	-	295 657
	<b>369 941</b>	<b>939 663</b>

Na rubrica de “Outros rendimentos similares” estão registadas as quantias da atualização de instrumentos financeiros.



## 11. Juros e gastos similares suportados

	2025	2024
Juros suportados de empréstimos bancários	834 593	1 241 343
Outros gastos similares	717 925	671 079
	1 552 518	1 912 422

A caracterização do empréstimo bancário e as taxas de juro aplicadas estão explicados na nota 26.

Na rubrica de “Outros gastos similares” estão registadas as quantias da atualização de instrumentos financeiros conforme o quadro seguinte:

	2025	2024
Passivo financeiro - Retribuição à Concedente	717 925	671 079
	717 925	671 079

## 12. Ativo Fixo Tangível

	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	EM CURSO	TOTAL
<b>Quantia escriturada bruta inicial</b>	<b>9 395 047</b>	<b>889 460</b>	<b>1 156 913</b>	<b>193 824</b>	-	<b>11 635 244</b>
Depreciações acumuladas iniciais	-7 206 510	-757 068	-904 562	-170 246	-	-9 038 386
<b>Quantia escriturada líquida inicial</b>	<b>2 188 537</b>	<b>132 392</b>	<b>252 351</b>	<b>23 578</b>	-	<b>2 596 858</b>
Adições						
Transferência tangível em curso	-	-	-	-	-	-
Outras	460 521	589 021	51 728	34 150	-	1 135 420
<b>Total das adições</b>	<b>460 521</b>	<b>589 021</b>	<b>51 728</b>	<b>34 150</b>	-	<b>1 135 420</b>
Diminuições						
Depreciações	-530 733	-82 904	-131 226	-13 422	-	-758 285
Abates – Valor bruto	-334 067	-	-86 796	-3 094	-	-423 957
Abates– Depreciações Acumuladas	310 021	-	86 206	3 094	-	399 321
Transferência para firme	-	-	-	-	-	-
<b>Total das diminuições</b>	<b>-554 779</b>	<b>-82 904</b>	<b>-131 816</b>	<b>-13 422</b>	-	<b>-782 921</b>
<b>Quantia escriturada líquida final</b>	<b>2 094 279</b>	<b>638 509</b>	<b>172 263</b>	<b>44 306</b>	-	<b>2 949 357</b>

No contrato de financiamento celebrado a 31 de março de 2010 com o sindicato bancário (BPI e CGD), aditado em 28 de dezembro de 2010, e que entrou em vigor em 11 de fevereiro de 2011, a Águas de Cascais constitui a favor dos Bancos o penhor dos equipamentos e dos bens móveis. Este contrato e respetivo Aditamento faz parte integrante do Contrato de Concessão e pelo Aditamento assinado em 31 de março de 2010.



### 13. Ativo Intangível

	PROPRIEDADE IND. OUTROS DIREITOS	DESPESAS DE INSTALAÇÃO	RETRIBUIÇÃO CONCEDENTE	INFRAESTRUTURAS E AFINS	EM CURSO	TOTAL
<b>Quantia escriturada bruta inicial</b>		<b>3 811 350</b>	<b>46 909 446</b>	<b>110 263 326</b>	<b>2 280 821</b>	<b>163 264 943</b>
Depreciações acumuladas iniciais		-2 930 760	-36 646 663	-62 337 227		-101 914 650
<b>Quantia escriturada líquida inicial</b>		<b>880 590</b>	<b>10 262 783</b>	<b>47 926 099</b>	<b>2 280 821</b>	<b>61 350 293</b>
Adições						
Transferência tangível em curso		-	-	11 092 911	-	11 092 911
Outras		-	-	9 435	10 066 027	10 075 462
<b>Total das adições</b>				<b>11 102 346</b>	<b>10 066 027</b>	<b>21 168 373</b>
Diminuições						
Depreciações		-146 765	-1 710 464	-8 387 814	-	-10 245 043
Perdas por imparidade						
Transferência para firme		-	-	-	-11 092 911	-11 092 911
<b>Total das diminuições</b>		<b>-146 765</b>	<b>-1 710 464</b>	<b>-8 387 814</b>	<b>-11 092 911</b>	<b>-21 337 954</b>
<b>Quantia escriturada líquida final</b>		<b>733 825</b>	<b>8 552 319</b>	<b>50 640 631</b>	<b>1 253 937</b>	<b>61 180 712</b>

Na rubrica “infraestruturas e afins” o valor de adições por transferência do intangível em curso representa o valor de obras de instalações, de redes de água de abastecimento e, de redes de águas residuais que ficaram prontas neste exercício reversível para a Concedente.

O Intangível em curso corresponde a infraestruturas de água de abastecimento e de águas residuais reversíveis para a Concedente, que ainda não estão concluídas.

A empresa não tem ativos intangíveis registados por quantias revalorizadas.

### 14. Outros Investimentos Financeiros

O valor corresponde ao Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho, nos termos da Lei n.º 70/2013 de 30 de agosto, e do Regulamento n.º 390-A/2013 de 14 de outubro. Os valores do Fundo de Compensação do Trabalho estão mensurados pelo justo valor.

### 15. Impostos Diferidos e Imposto sobre o rendimento do período

	2025		2024	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
<b>Saldo em 1 de janeiro</b>	<b>99 494</b>	<b>195</b>	<b>128 316</b>	
Efeitos na demonstração de resultados:				
Gastos acima dos valores fiscalmente aceites	-32 960		-18 338	
Rendimentos por mensuração justo valor	87	-5	-87	195
<b>Total de efeitos na demonstração resultados</b>	<b>-32 873</b>	<b>-5</b>	<b>-18 425</b>	<b>195</b>
Efeitos em capitais próprios:				
Cobertura risco taxa juro (swap)	-24 521		-10 397	
<b>Total de efeitos em capital próprio</b>	<b>-24 521</b>	<b>-</b>	<b>-10 397</b>	
<b>Saldo em 31 dezembro</b>	<b>42 100</b>	<b>191</b>	<b>99 494</b>	<b>195</b>

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos na demonstração de resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 podem ser detalhados como segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Imposto corrente	4 271 413	4 106 317
Imposto diferido	33 064	18 425
	4 304 477	4 124 743

A reconciliação do resultado antes de imposto para o imposto do exercício é a seguinte:

	BASE DE IMPOSTO		TAXA DE IMPOSTO	
	2025	2024	2025	2024
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>16 818 819</b>	<b>16 054 166</b>		
Variações patrimoniais				
Taxa de imposto	21,25%	22,25%		
<b>Custos não dedutíveis para efeitos fiscais:</b>				
Imparidades acima das fiscalmente aceites	155 106	-82 418		
Outros	24 453	1 653		
	<b>179 559</b>	<b>-80 765</b>	1,06%	1,00%
<b>Proveitos não tributáveis</b>				
Benefícios fiscais	15 353	25 359		
Restituição de impostos não dedutíveis	-	235 104		
Outros	4 611	408		
	<b>19 964</b>	<b>260 871</b>		
<b>Lucro tributável</b>	<b>16 978 415</b>	<b>15 712 529</b>		
Taxa imposto sobre o rendimento (50.000€ de matéria coletável PME)	16%	17%		
Taxa de imposto sobre o rendimento	20%	21%		
Imposto calculado	<b>3 393 683</b>	<b>3 297 631</b>	20,00%	21,00%
Derrama estadual	653 921	590 626	3,85%	3,80%
Derrama municipal	212 230	196 407	1,25%	1,30%
Tributação autónoma	11 579	21 653	0,07%	0,10%
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b>4 271 413</b>	<b>4 106 317</b>	<b>25,16%</b>	<b>26,13%</b>

A taxa de derrama para o Município de Cascais foi de 1,25% em 2024 e 2025.

O pagamento de dividendos aos acionistas não tem consequências no imposto sobre o rendimento constante das demonstrações financeiras a nível das taxas aplicáveis, nem a nível de reembolsos de impostos já pagos.

Por este motivo não há lugar à divulgação de quantias relativas às potenciais consequências no imposto sobre o rendimento relacionado.

## 16. Inventários

A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

	31.12.2025	31.12.2024
Mercadorias (água para distribuição)	66 113	65 539
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	105 080	127 104
	171 193	192 643



## 17. Clientes

O detalhe desta rubrica, em 31 de dezembro de 2024 e de 2025 é o seguinte:

	31.12.2025	31.12.2024
Clientes c/c	7 760 644	7 456 884
Clientes por acréscimos	2 685 663	2 665 620
Clientes de cobrança duvidosa	8 841 038	8 273 813
Clientes – perdas por imparidade acumuladas	-6 936 410	-6 494 974
	12 350 935	11 901 343

As maturidades em 31 de dezembro de 2024 e de 2025 da dívida de Clientes são:

A Receber	31.12.2025	31.12.2024
<30 dias	7 108 086	6 836 886
30 a 60 dias	218 672	203 731
60 a 90 dias	201 153	121 740
90 a 180 dias	405 383	287 695
180 a 360 dias	437 918	270 342
> 360 dias	8 230 469	8 010 303
	16 601 681	15 730 697

Para determinação da dívida dos clientes sujeita a imparidades, são deduzidas as quantias das taxas de resíduos sólidos urbanos e a taxa de recursos hídricos porque não são rendimento da Águas de Cascais e, por essa razão não afetam os resultados da empresa.

Os valores de resíduos sólidos urbanos e de tarifa de gestão de resíduos são rendimento da Câmara Municipal de Cascais e a taxa de recursos hídricos é rendimento da ARH-Administração de Recursos Hídricos.

As dívidas do Estado e da Autarquia não são objeto de perdas por imparidade.

O quadro seguinte apresenta a dívida para determinação das imparidades, as taxas aplicadas e os valores de imparidades:

	DÍVIDA SUJEITA A IMPARIDADES	% DE IMPARIDADES	IMPARIDADES ACUMULADAS
Faturas emitidas até 2021, inclusive	5 436 024	100%	5 436 024
Faturas emitidas em 2022 – 1.º semestre	207 724	100%	207 724
Faturas emitidas em 2022 – 2.º semestre	259 532	100%	259 532
Faturas emitidas em 2023 – 1.º semestre	145 719	100%	145 719
Faturas emitidas em 2023 – 2.º semestre	244 160	100%	244 160
Faturas emitidas em 2024 – 1.º semestre	115 985	100%	115 985
Faturas emitidas em 2024 – 2.º semestre	242 853	100%	242 853
Faturas emitidas em 2025 – 1.º semestre	284 413	100%	284 414
	6 936 410		6 936 410

Os movimentos na rubrica de clientes c/c com perdas por imparidade acumuladas nos exercícios de 2024 e 2025 estão no seguinte quadro:

	31.12.2025	31.12.2024
Saldo inicial	6 494 974	6 629 346
Reforço	559 897	514 601
Utilização	118 461	648 973
Saldo final	6 936 410	6 494 974

## 18. Estado e outros entes públicos

No Ativo esta rubrica apresentava os seguintes valores a 31 de dezembro de 2024 e de 2025:

	31.12.2025	31.12.2024
IVA a recuperar	33 171	-
	33 171	-

No Passivo esta rubrica apresentava os seguintes valores a 31 de dezembro de 2024 e de 2025:

	31.12.2025	31.12.2024
Imposto sobre o rendimento	674 888	1 080 374
Retenção de Imposto sobre o rendimento	79 426	76 363
IVA a pagar	106 549	87 723
Contribuições para Segurança Social	110 789	108 148
Outras tributações – Taxa de recursos hídricos	280 648	270 379
	1 252 300	1 622 987

Em 31 de dezembro de 2025, a quantia de imposto sobre o rendimento resulta de pagamentos por conta (+3.515.652 euros), retenções sobre rendimentos de capitais (+80.874 euros) e do IRC do exercício (-4.271.414 euros).

A “Retenção de imposto sobre o rendimento” e as “Contribuições para a Segurança Social” respeitam a rendimentos postos à disposição em dezembro cuja entrega ocorre em janeiro do ano seguinte.

O valor da rubrica de IVA a pagar/receber corresponde ao IVA do período de novembro e dezembro do exercício, sendo a entrega da declaração periódica no ano seguinte, assim como o seu pagamento.

A taxa de recursos hídricos, a pagar pelos clientes finais, é cobrada pelas entidades gestoras de água de abastecimento e de águas residuais, de acordo com o Decreto-Lei n.º 97/2008 de 11 de junho. A Águas de Cascais efetua pagamentos desta taxa a 3 entidades, ARH na parte das captações próprias de água, EPAL fornecedor de água para distribuição e ÁGUAS DO TEJO ATLÂNTICO prestador do serviço de tratamento e destino final de efluentes.

A taxa de recursos hídricos é um valor estimado, sendo a estimativa corrigida no início de cada ano. O valor debitado aos clientes é igualmente uma estimativa.

## 19. Créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2025, esta rubrica apresentava as seguintes quantias:



A Receber	31.12.2025	31.12.2024
<b>ATIVO NÃO CORRENTE:</b>		
Devedores por depósito garantia (Cascais Sedenova)	202 548	202 548
Outros devedores por depósito de garantia	15 794	15 794
	<b>218 342</b>	<b>218 342</b>
<b>ATIVO CORRENTE:</b>		
Devedores por depósito de garantia	2 000	2 000
Outros devedores	39 072	58 374
	<b>41 072</b>	<b>60 374</b>
	<b>259 414</b>	<b>278 716</b>

O valor constante na rubrica Devedores por depósito de garantia é a caução à Cascais Sedenova, resultado do aditamento do Contrato de Cedência de Utilização e de Prestação de Serviços referido na nota 31.

## 20. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2025 a rubrica de diferimentos no Ativo tinha a seguinte decomposição:

	31.12.2025	31.12.2024
Gastos com sistemas de informação	132 657	134 035
Outros	24 002	14 366
	<b>156 659</b>	<b>148 401</b>

A quantia em Gastos com sistemas de informação é referente a contratos de base anual e plurianual.

## 21. Caixa e depósitos bancários

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa	11 372	14 168
Depósitos bancários	22 426 839	22 515 333
	<b>22 438 211</b>	<b>22 529 501</b>

Com exceção da quantia de 1.939.430 euros relativa ao serviço da dívida, todos os saldos incluídos em caixa e depósitos bancários encontram-se disponíveis para uso na data das demonstrações financeiras.

A Empresa além dos compromissos de tesouraria correntes, tem no mês de janeiro o compromisso de pagamento da retribuição à Concedente.

## 22. Capital

ACIONISTA	% PARTICIPAÇÃO	N.º DE AÇÕES	CAPITAL SUBSCRITO (EUROS)
AQUAPOR	50	350.000	1.750.000
AGS	50	350.000	1.750.000
	<b>100,0</b>	<b>700.000</b>	<b>3.500.000</b>

O Código das Sociedades Comerciais estabelece que, pelo menos, 5 % do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20 % do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de



liquidação da entidade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital. A reserva legal já representa 20% do capital.

### 23. Resultados transitados

RUBRICA	SALDO INICIAL	VARIAÇÃO	SALDO FINAL
Resultados transitados	42 902 779	2 929 423	45 832 203

A variação na rubrica “Resultados transitados” corresponde a parte do resultado líquido do exercício de 2024. A restante quantia do resultado líquido, 9.000.000 euros, foi distribuída pelos Acionistas como dividendos conforme deliberação da Assembleia Geral realizada em 28 de março de 2025. O pagamento foi efetuado dia 31 de maio de 2025.

### 24. Ajustamentos/Outras Variações no Capital Próprio

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2025, esta rubrica apresentava as seguintes quantias:

	31.12.2025	31.12.2024
AJUSTAMENTOS EM ATIVOS FINANCEIROS		
Outros ajustamentos em passivos financeiros, SWAP	-123 534	-238 927
Impostos diferidos	28 640	53 161
	-94 894	-185 766
OUTRAS VARIAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO		
Subsídios ao investimento da Concedente	4 030 866	3 715 294
Impostos diferidos	-893 712	-826 653
	3 137 154	2 888 641
	3 042 260	2 702 875

Nos termos do n.º 5 da Cláusula 46.ª do Contrato de Concessão, Aditamento de 31 de março de 2010, os investimentos incluídos no Plano de Investimentos para o período de 2011 a 2030 serão comparticipados pelo Concedente em montantes anuais de €872.285,00 (oitocentos e setenta e dois mil duzentos e oitenta e cinco Euros), a preços de junho de 2007, atualizável nos termos do n.º 2 da mesma Cláusula, devidos na proporção do valor do investimento efetivamente realizado no ano em causa.

### 25. Fornecedores

O detalhe desta rubrica, em 31 de dezembro de 2024 e de 2025 é o seguinte:

	31.12.2025	31.12.2024
Fornecedores c/c gerais	3 451 725	3 155 498
Fornecedores c/c – empresa mãe	338 527	319 026
Fornecedores c/c – entidades relacionadas	7 495	5 345
Fornecedores por acréscimos	2 762 825	2 839 344
<b>SOMA</b>	6 560 572	6 319 213
Adiantamentos a fornecedores	-17 767	-2 130 150
	6 542 805	4 189 063

Tal como em anos anteriores os adiantamentos respeitam a aprovisionamentos de materiais para realização de obras ao abrigo do Plano de Investimentos. Durante o ano de 2025 foram regularizados praticamente todas as obras em curso, com destaque para a remodelação dos coletores da Amoreira.



Em 31 de dezembro de 2024 e de 2025 as dívidas a fornecedores apresentavam as seguintes maturidades:

	31.12.2025	31.12.2024
<30 dias	3 780 179	3 108 372
30 a 60 dias	2 237	373 960
60 a 90 dias	-53 993	-2 111
90 a 180 dias	5 650	-351
180 a 360 dias	-	-
> 360 dias	63 675	-
	<b>3 797 748</b>	<b>3 479 870</b>

## 26. Financiamento obtido

	31.12.2025	31.12.2024
	CAPITAL	CAPITAL
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>		
Empréstimos bancários	3 884 289	6 965 898
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>		
Empréstimos bancários	3 099 730	3 540 830
	<b>6 984 019</b>	<b>10 506 728</b>

O contrato de financiamento em regime de *Project Finance*, que estabelece um empréstimo de médio longo prazo, no valor de 40.100.000 euros, entrou em vigor em 11 de fevereiro de 2011. A taxa de juro está indexada à taxa EURIBOR a 6 meses, adicionada de uma margem de 4,25% até 15 dezembro de 2014, de 4,5% até 15 de dezembro de 2019, e de 4,75% após esta data. Este empréstimo tem 1% de comissão de imobilização sobre o montante não utilizado.

Este contrato de financiamento considera um empréstimo de curto prazo no valor máximo de 250.000 euros, a uma taxa de juro indexada à taxa EURIBOR a 6 meses, adicionada de uma margem de 2%, e com comissão de imobilização, sobre o montante não utilizado, de 0,75%.

A Águas de Cascais tem um contrato de cobertura de risco, *Swap*, para o empréstimo médio longo prazo, com uma taxa fixada em 3,955%.

As garantias para este empréstimo foram prestadas pelos Acionistas, com a penhora das ações, e cartas de conforto.

## 27. Outras Dívidas a pagar

O valor de outras dívidas a pagar refletido no passivo não corrente tem o detalhe do quadro abaixo:

	31.12.2025	31.12.2024
Câmara Municipal Cascais (retribuição)	8 989 532	10 825 077
Ajustamento de imposto diferido relativo a subsídios ao investimento	817 991	750 932
	<b>9 807 523</b>	<b>11 576 009</b>

O valor de outras dívidas a pagar refletido no passivo corrente tem o seguinte detalhe:



A Pagar	31.12.2025	31.12.2024
Fornecedores de Investimento	520 967	917 639
Credores por acréscimos de gastos	794 707	765 522
Câmara Municipal Cascais (RSU+TGR)	3 177 710	3 154 998
Credores por depósito de garantia	1 918 609	1 632 991
Câmara Municipal Cascais (retribuição)	2 535 349	2 482 095
Clientes com IVA regularizado	205 815	200 508
Ajustamento de imposto diferido relativo a subsídios ao investimento	75 916	75 721
Outros credores	55 339	20 697
	9 284 412	9 250 171

A rubrica de fornecedores de investimento tem uma maturidade inferior a 30 dias em ambas as datas.

A rubrica Credores por acréscimo de gastos tem como valores mais relevantes em 2025, 713.616 euros de acréscimos de gastos relativos a direitos adquiridos por trabalho prestado (férias, subsídio de férias, horas extraordinárias) e 30.651 euros de acréscimos de gastos financeiros.

A rubrica Câmara Municipal de Cascais (RSU+TGR) diz respeito à tarifa de resíduos sólidos urbanos e à taxa de gestão de resíduos incluídos nas faturas aos clientes que é rendimento da Câmara Municipal. A Águas de Cascais tem o compromisso de incluir nas faturas dos clientes as tarifas aprovadas pela Câmara Municipal, efetuar a sua cobrança e, proceder à entrega dos valores recebidos.

A rubrica Credores por depósito de garantia corresponde à retenção de 10% sobre o valor de fatura das obras do plano de investimentos, que não têm cobertura por garantia bancária.

A rubrica Câmara Municipal de Cascais (Retribuição) reflete o valor estimado da retribuição a pagar à Concedente no próximo ano.

A rubrica Clientes com IVA regularizado representa o valor do IVA de faturas de clientes em dívida, que foi regularizado nos termos do Código do IVA.

A rubrica Ajustamento de imposto diferido relativo a subsídios ao investimento reflete o imposto correspondente à quantia de subsídio ao investimento a reconhecer como rendimento nos próximos 12 meses.

## 28. Outros passivos financeiros

A empresa contratou um instrumento financeiro de cobertura para minimizar os riscos financeiros. O risco a que a empresa está exposta é a flutuação da taxa de juro do financiamento não corrente contratado a taxa de juro variável.

Passivos financeiros mensurados pelo justo valor por contrapartida em Capital próprio:

	31.12.2025	31.12.2024
Derivados de cobertura		
Valor <i>Notional</i>	4 803 980	8 478 477
Swap de taxa de juro fixa	123 534	238 927

A Águas de Cascais, SA, tem um contrato de financiamento com duas instituições bancárias, em que cada uma tem 50% do valor do contrato, percentagem que também se aplica ao instrumento financeiro de cobertura (*swap*).



## 29. Passivos contingentes

Estão a decorrer alguns processos instaurados à Águas de Cascais, SA:

OBJETO DO PROCESSO	VALOR DO PEDIDO	PREVISÃO DO GABINETE JURÍDICO DA AdC
Pedido de indemnização por danos	115.274,30 €	A AdC apresentou contestação em 20/04/2012, nomeadamente, pedindo a intervenção no processo, como Ré, da sua seguradora, Chartis Europe, S.A. - Sucursal em Portugal, tendo-se seguido a tramitação do processo, e a determinado passo foi pela AdC apresentado, em 01/03/2013, recurso para o Tribunal Central Administrativo Sul de despacho de não admissão da intervenção da seguradora Chartis. Após julgamento foi proferida sentença totalmente favorável à AdC, tendo esta ficado totalmente absolvida dos pedidos formulados pelo Autor. Foi apresentado recurso pelo Autor, e contra-alegações por parte da AdC. Aguarda-se decisão.
Ação administrativa especial	42.582,72 €	A AdC apresentou, em 06/11/2015, contestação, através de mandatário não pertencente ao seu Gabinete Jurídico, tendo sido proferida sentença notificada a 07/09/2022, considerando totalmente improcedente a Impugnação Judicial e, em consequência determinando a manutenção dos atos impugnados na ordem jurídica. A sentença foi posteriormente objeto de recurso por parte da Autora, em 10/10/2022, tendo a AdC apresentado contra-alegações. Em resultado do recurso, o STA ordenou que o processo voltasse ao tribunal de primeira instância para ser novamente decidido, tendo já sido proferido decisão judicial, com a qual a Autora não concorda, tendo apresentado recentemente novo recurso, e por sua vez, tendo a AdC apresentado as suas contra-alegações. De momento, nada mais de relevante há a assinalar. No que respeita ao risco/probabilidade de condenação, não existe uma expectativa segura do que possa vir a suceder em termos de decisão final.
Pedido de indemnização por danos	36.320,00 €	A AdC – Águas de Cascais, S.A., apresentou, em 29/11/2013, contestação à acção, nomeadamente, pedindo a intervenção no processo, como Ré, da sua seguradora, Chartis Europe, S.A. – Sucursal em Portugal, tendo sido proferida, em 13/06/2015, sentença julgando a acção improcedente e absolvendo do pedido as Rés e as chamadas (AdC e Chartis Europe, S.A. – Sucursal em Portugal). Entretanto, a Autora interpôs, em 04/09/2015, recurso da sentença para o Tribunal Central Administrativo Sul, tendo a AdC apresentado, por sua vez, em 03/11/2015, contra-alegações, aguardando-se presentemente o acórdão daquele tribunal superior. Quanto ao risco/probabilidade de condenação no pedido, existe boa probabilidade de a AdC não ter de pagar nada.
Pedido de condenação na reposição de pavimentos, em betuminoso e calçada	30.001,00 €	A AdC apresentou em 11/01/2013 oposição, tendo em 30/01/2013 sido decretada sentença negando provimento à ação. O Autor interpôs recurso da decisão, estando o processo presentemente a correr termos no Tribunal Central Administrativo do Sul. Não existe, de momento, nada mais de relevante, a assinalar. Existe relevante probabilidade de a AdC ser absolvida totalmente do pedido.
Impugnação de ato administrativo	30.000,01€	A ação judicial instaurada é de impugnação do ato administrativo constituído pelo despacho proferido no âmbito dos procedimentos PCV nº 2/2017 – I – CMC – 2017 – 6991, do Presidente da Câmara Municipal de Cascais, datado de 09.10.2019, que ordena ao Autor a execução de obras de conservação necessárias à correção das más condições de segurança e salubridade do imóvel sito na Rua Dom Afonso Henriques, nº 901, 2765-572 Estoril, detetadas nas vistorias realizadas nos dias 23/01/2018, 29/01/2018 e 03/01/2019. A AdC apresentou contestação no sentido de a decisão dos autos dever ser formulada de acordo com a prova que naqueles vier a ser produzida. Aguardam-se desenvolvimentos do processo, existindo a expectativa segura de não existência de qualquer condenação da AdC, visto não ter sido colocada em causa na ação e em consequência, na mesma não tendo sido objeto de qualquer pedido condenatório.

### 30. Acontecimentos após a data do Balanço

Não há acontecimentos relevantes a registar.

### 31. Partes relacionadas

A Águas de Cascais, SA tem relacionamento com as empresas-mãe e com outras empresas detidas por uma ou mais das empresas-mãe, conforme detalhe do quadro seguinte:

PARTES RELACIONADAS	NATUREZA DO RELACIONAMENTO
AGS	Assistência técnica Cedência de Administrador e cedência de pessoal técnico Aluguer equipamento microprodução energia Manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de telegestão, de estações elevatórias de água de abastecimento e de águas residuais. Monitorização de caudais, <i>waterwise</i> , <i>pensa</i> e <i>meterwise</i>
AQUAPOR	Assistência técnica Cedência de Administrador e cedência de pessoal técnico Apoio comercial, serviço de SMS, e <i>storage</i>
LUSÁGUA	Trabalhos especializados (videoscopias, análises, PSA)
AQUASIS	Assessoria técnica, e manutenção software SIG / G INTERÁQUA / AQUAFIELD
CASCAIS SEDENOVA	Aluguer do edifício sede

Como garantia do empréstimo intercalar, as empresas-mãe constituíram, a favor do Banco BPI, penhor financeiro sobre as suas ações.

A Cascais Sedenova disponibilizou em fevereiro de 2013 o edifício, onde funciona a sede da Águas de Cascais, SA, tendo ambas as partes celebrado o Contrato de Cedência de Utilização e de Prestação de Serviços.



As quantias das transações nos exercícios de 2024 e 2025 e os saldos em 31-12-2024 e 31-12-2025 constam do quadro seguinte:

Partes relacionadas	Aquisição de serviços	Dívidas a pagar
AGS		
2025	2 587 786	239 580
2024	2 617 742	229 516
AQUAPOR		
2025	1 956 109	98 947
2024	1 916 509	89 510
LUSÁGUA		
2025	104 044	6 240
2024	105 072	925
AQUASIS		
2025	43 090	1 255
2024	44 772	4 421
CASCAIS SEDENOVA		
2025	683 076	-
2024	678 018	-

A remuneração dos membros chave da gestão no exercício de 2025 foi de 432.089 euros.

### 32. Garantias Bancárias

As garantias bancárias prestadas pela empresa são as constantes do quadro seguinte:

A FAVOR DE	VALOR	OBJETIVO
Câmara Municipal de Cascais	4 043 467	Contrato de Concessão
José Abreu M. Freire e Outros	23 119	Processo de expropriação de terreno para captação de água
PETROGAL – Petróleos de Portugal	43 000	Contratos de fornecimento de combustível
	4 109 586	

### 33. Divulgações exigidas por diplomas legais

#### 1. Divulgação exigida pelo n.º 1 alíneas a) e b) do art.º 66-A do Código das Sociedades Comerciais

Não existem operações não incluídas no Balanço, pelo que não há lugar à divulgação da respetiva natureza, impacto financeiro ou riscos e benefícios.

#### 2. Divulgação exigida pelo n.º 1 alínea b) do art.º 66-A do Código das Sociedades Comerciais

Os honorários faturados pela sociedade de revisores oficiais nos exercícios de 2024 e 2025 são os seguintes:

	2025	2024
Honorários faturados pela Revisão Legal de Contas	21 575	20 850



**3. Divulgação exigida pelo n.º 2 do art.º 66-A do Código das Sociedades Comerciais**

A divulgação das operações realizadas com partes relacionadas está na nota 32.

**34. Data de autorização para emissão**

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pelo órgão de gestão e autorizadas para emissão em 18 de fevereiro de 2026.

Cascais, 18 de fevereiro de 2026

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

*Adriano Barroca*

*Adriano Barroca*

**ADRIANO BARROCA**

*Adriano Barroca*

*J. P. B.*





Shape the future  
with confidence

Ernst & Young  
Audit & Associados - SROC, S.A.  
Avenida da Índia, 10 - Piso 1  
1349-066 Lisboa  
Portugal

Tel: +351 217 912 000  
www.ey.com

## Certificação Legal das Contas

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de AdC-Águas de Cascais, S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 99.601.356 euros e um total de capital próprio de 65.588.805 euros, incluindo um resultado líquido de 12.514.342 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de AdC-Águas de Cascais, S.A. em 31 de dezembro de 2025, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião com reservas

Em 31 de dezembro de 2025 a Entidade tem registado no seu ativo intangível o montante de 8.552 milhares de Euros (2024: 10.263 milhares de Euros) (nota 13), referente ao valor da retribuição a pagar à concedente, o qual, no momento do seu reconhecimento inicial, não foi sujeito adequadamente à correspondente atualização financeira, tal como definido na NCRF 27 - Instrumentos Financeiros. Adicionalmente, este ativo, bem como os ativos classificados como “Infraestruturas e afins” (50.641 milhares de euros em 31 de dezembro de 2025) (47.926 milhares de euros em 31 de dezembro de 2024) têm vindo a ser amortizados linearmente tendo por base o período da concessão. Este método de amortização não é aquele que mais adequadamente reflete a expectativa de consumo dos benefícios económicos futuros, tal como definido na NCRF 6 - Ativos Intangíveis, sendo tal objetivo atingido caso os referidos ativos tivessem vindo a ser amortizados pelo método das “unidades de produção”, utilizando para tal o volume anual dos caudais e o volume total dos caudais previstos na concessão, volumes esses que decorrem do modelo económico-financeiro de base à mesma. Consideramos que a informação disponibilizada não nos permite quantificar o efeito da não aplicação dos normativos contabilísticos acima referidos.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

#### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



Shape the future  
with confidence

AdC-Águas de Cascais, S.A.  
Certificação Legal das Contas  
31 de dezembro de 2025

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.





Shape the future  
with confidence

AdC-Águas de Cascais, S.A.  
Certificação Legal das Contas  
31 de dezembro de 2025

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 13 de março de 2026

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:

Paulo Jorge Luis da Silva - ROC n.º 1334  
Registado na CMVM com o n.º 20160944

**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**

**Exmos/as. Senhores/as, Acionistas da sociedade AdC - Águas de Cascais, S.A.,**

No cumprimento das disposições legais e estatutárias e, nos termos do mandato que nos foi conferido, cumpre-nos apresentar o relatório da nossa ação fiscalizadora e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas elaborados pelo Conselho de Administração da sociedade **AdC - Águas de Cascais, S.A.**, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

**1) Introdução:**

- a) Acompanhámos a gestão da sociedade e a evolução da atividade através do contacto regular mantido com o Conselho de Administração e com os departamentos Financeiro e de Contabilidade, durante o exercício de 2025;
- b) Solicitámos os elementos e esclarecimentos que, nas circunstâncias, entendemos necessários e adequados, quer ao órgão de gestão e demais responsáveis técnicos, quer ao Revisor Oficial de Contas;
- c) O desenvolvimento dos nossos trabalhos contou com a colaboração dos intervenientes e responsáveis das diferentes áreas/serviços que consideramos relevantes, ao nível do relato financeiro da sociedade.

**2) Responsabilidades:**

- a) Averiguámos a observância da lei e o cumprimento do contrato de sociedade;
- b) Procedemos a verificações por amostragem dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte e avaliamos globalmente a eficácia do sistema de controlo interno da sociedade, com a periodicidade e extensão consideradas necessárias e aplicáveis;
- c) Examinamos as demonstrações financeiras anexas, que compreendem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no

## Conselho Fiscal AdC - Águas de Cascais, S.A.

capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas e o relatório de gestão da sociedade, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025;

- d) Analisámos a Certificação Legal das Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas - Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A. - datada de 13 de março de 2026, a qual inclui uma reserva (por desacordo, não quantificada):

“Em 31 de dezembro de 2025, a Entidade tem registado no seu ativo intangível o montante de 8.552 milhares de Euros (2024: 10.263 milhares de Euros) (nota 13), referente ao valor da retribuição a pagar à Concedente, o qual, no momento do seu reconhecimento inicial, não foi sujeito adequadamente à correspondente atualização financeira, tal como definido na NCRF 27 - Instrumentos Financeiros. Adicionalmente, este ativo, bem como os ativos classificados como "Infraestruturas e afins" (50.641 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2025) (47.926 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2024) têm vindo a ser amortizados linearmente tendo por base o período da concessão. Este método de amortização não é aquele que mais adequadamente reflete a expectativa de consumo dos benefícios económicos futuros, tal como definido na NCRF 6 - Ativos Intangíveis, sendo tal objetivo atingido caso os referidos ativos tivessem vindo a ser amortizados pelo método das "unidades de produção", utilizando para tal o volume anual dos caudais e o volume total dos caudais previstos na concessão, volumes esses que decorrem do modelo económico-financeiro de base à mesma. Consideramos que a informação disponibilizada não nos permite quantificar o efeito da não aplicação dos normativos contabilísticos acima referidos.”

Efetuamos, ainda, indagações junto do Revisor Oficial de Contas, solicitando os esclarecimentos que consideramos pertinentes, atendendo a natureza e relevância das situações identificadas.

### **3) Opinião:**

- a) Os atos da Administração que são do nosso conhecimento não colidem com a lei, nem com o contrato de sociedade e demais regulamentação aplicável;

## Conselho Fiscal AdC - Águas de Cascais, S.A.

- b) A Contabilidade, as Demonstrações Financeiras e o “Relatório de Gestão e Contas” satisfazem as disposições legais aplicáveis, refletindo a atividade e a situação económica, financeira e patrimonial da sociedade, no exercício de 2025.
- c) No seguimento das observações anteriores, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a considerar que o "Relatório de Gestão e Contas" da Sociedade não se encontra preparado de acordo com as disposições contabilísticas, legais, estatutárias e regulamentares aplicáveis. É, portanto, nosso parecer que o mesmo deve ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas;
- d) Somos de parecer que a Assembleia Geral de Acionistas deverá aprovar a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração;

Par último, expressamos o nosso agradecimento ao Conselho de Administração da sociedade e a todos os responsáveis e colaboradores com quem contactamos, bem como ao Revisor Oficial de Contas, pela disponibilidade e colaboração demonstradas.

Cascais, 16 de março de 2026

Assinado por: **PEDRO MIGUEL DIAS DE CAMPOS**  
Num. de Identificação: 10998703  
Data: 2026.03.18 12:18:08+00'00'

Pedro Miguel Dias de Campos - Presidente  
(Revisor Oficial de Contas n.º 1.538, CMVM n.º 20161148)

Rodrigo

Rosenbusch

Digitally signed by  
Rodrigo  
Rosenbusch  
Date: 2026.03.23  
16:38:53 Z

Rodrigo Lima Catalão de Campos Rosenbusch – Vogal

MARCO BRUNO  
PALMA OLIVEIRA  
SANTOS

Assinado de forma digital  
por MARCO BRUNO  
PALMA OLIVEIRA SANTOS  
Dados: 2026.03.19  
17:09:54 Z

Marco Bruno Palma Oliveira Santos - Vogal